

The cover features a photograph of a landscape with a body of water and a distant shoreline. On the left side, there is a vertical, textured wall that appears to be made of stone or concrete, with a rough, uneven edge. The sky is overcast and grey. The title is printed in a bold, green, sans-serif font. The subtitle is in a smaller, black, sans-serif font.

# ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

organização\_

Camila D'Ottaviano  
João Rovati

# ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

organização\_

Camila D'Ottaviano  
João Rovati

ANPUR . 2019

© 2019 ANPUR

**revisão**  
Camila D'Ottaviano  
João Rovati

**projeto gráfico**  
Paula Custódio de Oliveira

**foto capa**  
Camila Alberti

**impressão e encadernamento**  
LPG - FAUUSP  
Coord. André Luis Ferreira

1ª edição | dezembro.2019

---

Além dos Muros da Universidade: Planejamento Urbano e Regional e Extensão Universitária/ Organização: Camila D'Ottaviano, João Rovati. - 1º ed. - São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019.

202 p. : il; 26,5x20cm

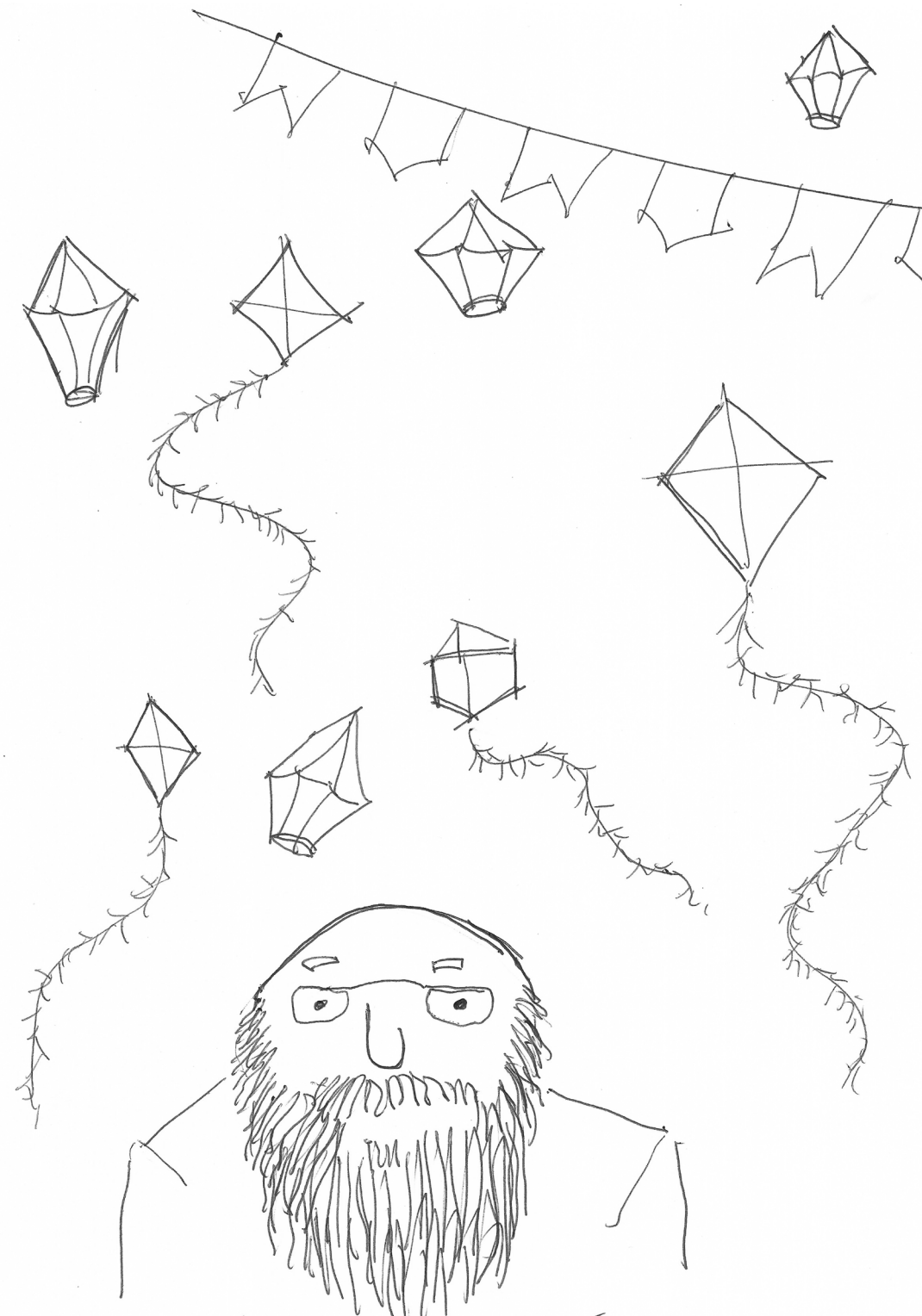
ISBN (impresso): 978-65-80485-02-4  
ISBN (digital): 978-65-80485-03-1

1. Extensão Universitária. 2. Planejamento Urbano. 3. Planejamento Regional. 4. Ensino. I. D'Ottaviano, Camila. II. Rovati, João.

---

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529/9786580485031>

desenho de Bruno Mello



Aos que lutam pelo ensino superior público, gratuito e de excelência.  
Aos que resistem através do diálogo, amorosamente.  
Aos que praticam o *esperançar*.

# sumário\_

A Extensão Universitária na ANPUR: consolidando o debate	9
Camila D'Ottaviano . João Rovati	
<b>1</b> EXTENSÃO EM MOVIMENTO	15
Camila D'Ottaviano	
<b>2</b> EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AÇÃO EDUCADORA PARA UMA OUTRA CIDADE	33
Luciana Corrêa do Lago	
<b>3</b> EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PARCERIA	47
Jorge Bassani . Camila D'Ottaviano	
<b>4</b> O MUNDO MULTIPLEXO DO ORNITORRINCO DE PAPEL: UNIVERSIDADE, CIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	63
Wrana Panizzi	
<b>5</b> PRÁTICAS DE PESQUISA-AÇÃO E EXTENSÃO EM FORTALEZA: ENTRE CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	81
Renato Pequeno	
<b>6</b> CO-CRIANDO A CIDADE COM CRIANÇAS E ADOLESCENTE: ARTICULAÇÕES E REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS EM ESPAÇOS EDUCATIVOS	111
Curiar	
<b>7</b> ENTRE TENSÕES E EXTENSÕES: UMA ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO ABRICÓ - EMAU/UFRJ	129
Bruna Garritano Ferreira . Erick Santos de Mouro . Maria Eduarda Lessa . Mariana Aló Rodrigues Araujo da Silva	
<b>8</b> TRAJETÓRIA, VIVÊNCIAS, PERMANÊNCIA E CONTINUIDADE. REFLEXÕES SOBRE A EXTENSÃO NO XVIII ENANPUR	151
Jane Roberta de Assis Barbosa . Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros	
<b>9</b> A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO XVIII ENANPUR	175
Inês Martina Lersch . Rita de Cássia Lucena Velloso	
<b>POSFÁCIO</b> . Dimensões para pensarmos a Extensão Universitária	191
Márcio José Veríssimo Catelan	
sobre os autores	200



Vila Nazaré, Porto Alegre, 2018.  
foto\_ Camila Alberti



Vila Nazaré, Porto Alegre, 2018.  
foto\_ Camila Alberti

## A Extensão Universitária na ANPUR: consolidando o debate

*um bom poema leva anos  
cinco jogando bola,  
mais cinco estudando sânscrito,  
seis carregando pedra,  
nove namorando a vizinha,  
sete levando porrada,  
quatro andando sozinho,  
três mudando de cidade,  
dez trocando de assunto,  
uma eternidade, eu e você,  
caminhando junto*

**Paulo Leminski**

Em seus 36 anos de existência, a **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR<sup>1</sup>** tem sido um importante aglutinador dos centros de ensino e pesquisa do campo dos estudos urbanos e regionais. Desde 1986 a ANPUR é responsável pela organização do maior encontro científico da área (e, acreditamos, de seu mais importante fórum nacional): os **ENANPUR**, seus **Encontros Nacionais**, bienais.

Entre associados e filiados, a ANPUR reúne hoje 73 programas de pós-graduação – 5 da região Norte, 14 do Nordeste, 4 do Centro-Oeste, 32 do Sudeste e 18 da região Sul. São programas voltados a diversas disciplinas e áreas de pesquisa, como planejamento urbano e regional, arquitetura e urbanismo, demografia, desenvolvimento urbano e regional, estudos urbanos e regionais, planejamento ambiental, geografia, estudos amazônicos, planejamento e dinâmicas territoriais no semiárido, ciências sociais e políticas públicas.

Em 1986, o primeiro ENANPUR teve 110 participantes. Hoje, e isso há mais de uma década, nossos encontros reúnem centenas de pesquisadores, professores e estudantes, propiciando um profundo debate sobre nossa produção científica e políticas de ensino, pesquisa e pós-graduação.

Em 2017, durante o XVII ENANPUR, tivemos pela primeira vez uma Sessão Temática do Encontro dedicada integralmente ao debate da Extensão Universitária, a **Sessão Temática 11 – A Extensão Universitária como perspectiva de atuação social e pedagógica para além da sala de aula**,<sup>2</sup> coordenada pelos professores Caio Santo Amore, João Rovati e Regina Lins. O registro desse primeiro momento foi consolidado com a publicação do livro *Para além da sala de aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional*,<sup>3</sup> no qual está reunida grande parte das atividades (em especial as Oficinas de Práticas Urbanas) e debates realizados naquele momento.

Este segundo livro, como o primeiro, é um registro da caminhada iniciada em 2016,<sup>4</sup> e, sobretudo, da consolidação do debate sobre Extensão Universitária dentro da ANPUR.

O livro tem nove capítulos, mais posfácio, e procura incorporar os relatos, reflexões, análises, debates, temáticas, inquietações e experiências presentes: (i) na Mesa Redonda *Extensão Universitária: desafios e potencialidades na formação de planejadores urbanos e regionais*, que contou com a participação dos professores Karina Leitão (coordenação), Caio Santo Amore, Luciana Corrêa do Lago e Renato Pequeno; (ii) na *Sessão Temática 09 – Extensão Universitária e Assistência Técnica no campo e na cidade*, coordenada pelas professoras Inês Martina Lersch, Rita de Cássia Lucena Velloso e Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros; (iii) nas *Oficinas de Práticas Urbanas*; e (iv) nos debates dos grupos de trabalho, reuniões informais e conversas nos corredores durante o XVIII ENANPUR.<sup>5</sup>

1. A ANPUR foi criada em 1983, por iniciativa de cinco programas de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (atualmente programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (atualmente Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE) e Mestrado em Planejamento Urbano da Universidade de Brasília (atualmente Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da FAU/UnB).

2. Uma discussão mais aprofundada sobre a Extensão Universitária no âmbito da ANPUR aconteceu em 2016, durante o VIII SEPEPUR/Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, realizado em Porto Alegre/UFRGS. Foi por deliberação da Assembleia realizada no encerramento do SEPEPUR que esta Sessão Temática foi incorporada à programação do XVII ENANPUR.

3. D'OTTAVIANO, C. & ROVATI, J. (2017). Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: ANPUR/FAUUSP.

4. Para detalhes ver D'OTTAVIANO, C. & ROVATI, J. (2017). A Extensão Universitária na ANPUR: um primeiro ciclo. In D'OTTAVIANO & ROVATI, op. cit., pp. 6-11.

5. Todos os textos apresentam exclusivamente a opinião de seus autores e não uma posição da ANPUR ou mesmo de sua Diretoria.

No primeiro capítulo, **Extensão em Movimento**, Camila D'Ottaviano, da Universidade de São Paulo (USP), reflete sobre o amplo campo de atuação da Extensão Universitária em Planejamento Urbano e Regional, enfatizando o atual momento de desvalorização das universidades públicas brasileiras, ressaltando a importância da Extensão na formação de planejadores comprometidos com o enfrentamento das profundas desigualdades socioterritoriais brasileiras.

No capítulo seguinte, **Extensão Universitária como ação educadora para uma outra cidade**, Luciana Corrêa do Lago, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trata da importância da Extensão Universitária na formação de jovens profissionais em busca de uma cidade mais democrática.

No capítulo **Extensão Universitária e parceria**, os professores Camila D'Ottaviano e Jorge Bassani (USP) destacam a importância particular do *território* para a Extensão, e da permanência continuada nele, como forma de propiciar experiências efetivas de troca e parceria entre universidade e sociedade.

No capítulo **O mundo multiplexo do ornitorrinco de papel: universidade, cidade e Extensão Universitária**, Wrana Panizzi, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ex-presidente da ANPUR, com base em artigo apresentado no XVIII ENANPUR, reflete sobre o papel singular da Extensão para a instituição universitária.

No capítulo **Práticas de Pesquisa-Ação e Extensão em Fortaleza: entre conflitos e resistências**, o professor Renato Pequeno, da Universidade Federal do Ceará (UFC), faz um retrospecto da importância das atividades de Extensão do Laboratório de Estudos da Habitação (Lehab) no seu dia a dia como docente e pesquisador, mas também para a produção científica da área. Esse texto resume sua apresentação na Mesa Redonda *Extensão Universitária: desafios e potencialidades na formação de planejadores urbanos e regionais*.

Os próximos dois capítulos são de autoria de alunos de graduação ligados aos escritórios modelo de duas universidades federais, o **Curjar**, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e o **Abriçó**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No capítulo **Co-criando a cidade com crianças e adolescentes: articulações e reflexões a partir de experiências em espaços educativos**, integrantes do Curjar (Ana Clara Oliveira de Araújo, Davi Lima Bastos, Maria Luiza Freitas Rocha & Mariana Ribeiro Pardo) fazem um relato crítico de duas de suas experiências de Extensão.

Já Bruna Garritano Ferreira, Erick Santos de Mouros, Maria Eduarda Lessa & Mariana Aló Rodrigues Araujo da Silva, membros do Abriçó, no capítulo **Entre tensões e extensões: uma análise de estratégias de atuação do Abriçó - EMAU/UFRJ**, mostram as dificuldades enfrentadas por parte dos estudantes para a realização de experiências autônomas de Extensão Universitária.

As professoras Jane Roberta de Assis Barbosa e Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros (Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN) apresentam no capítulo **Trajétoria, vivências, permanência e continuidade. Reflexões sobre a Extensão no XVIII ENANPUR**, um relato sobre as *Oficinas de Práticas Urbanas* realizadas no XVIII ENANPUR.

No capítulo **A Extensão Universitária no XVIII ENANPUR**, Inês Martina Lersch (UFRGS) e Rita de Cássia Lucena Velloso (UFMG), coordenadoras da *Sessão Temática 09 – Extensão Universitária e Assistência Técnica no campo e na cidade*, fazem um balanço sobre os trabalhos apresentados durante nosso último Encontro Nacional.

Por fim, no posfácio **Dimensões para pensarmos a Extensão Universitária**, o colega Márcio José Veríssimo Catelan (Universidade Estadual de São Paulo UNESP-Presidente Prudente) faz uma reflexão sobre a Extensão Universitária em nossas universidades hoje, isso a partir das discussões proporcionadas pela Mesa Redonda *Extensão Universitária: desafios e potencialidades na formação de planejadores urbanos e regionais*.<sup>6</sup>

Se este segundo ciclo de debates sobre Extensão Universitária mostrou que esta é uma temática importante e pertinente no âmbito da ANPUR, também apontou a existência de alguns desafios importantes a serem enfrentados por nós nos próximos Encontros.

Em primeiro lugar, persiste o desafio de incorporar ao debate as várias áreas de conhecimento presentes na ANPUR. Na Sessão Temática, os trabalhos e as discussões ficaram concentradas nas experiências de programas e cursos de Arquitetura e Urbanismo. Isso talvez tenha ocorrido devido à temática proposta para a Sessão, que se referia especificamente à Assistência Técnica, campo ainda de alguma forma dominado pela Arquitetura e Urbanismo.

Tanto os debates quanto a audiência maciça da Mesa Redonda, por outro lado, mostraram que a Extensão Universitária de fato mobiliza as várias áreas de conhecimento que compõe a Associação.

Um segundo desafio, na nossa visão, é a ampliação do debate para além das nossas fronteiras nacionais, incorporando diálogos e discussões sobre a realidade latino-americana. Conforme apontam Espinoza & Marx em sua recuperação histórica sobre a

6. Na manhã seguinte à realização da Mesa Redonda, o professor Márcio Catelan contou que tinha ficado tão sensibilizado pelo debate que chegou ao hotel e começou a escrever um texto sobre o que tinha visto e ouvido. O texto do Posfácio, em parte, incorpora suas reflexões da noite do dia 29 de maio de 2019.

prática extensionista, a Extensão Universitária, como a definimos aqui, e como já foi exposto no livro *Para além da sala de aula*, parece ser uma formulação “latino-americana”.<sup>7</sup> Pensamos que esse diálogo muito contribuiria para o aprofundamento de uma prática extensionista engajada e comprometida política e socialmente.

Este segundo ciclo reforçou ainda mais a importância de tornar pública, de forma crítica e sistemática, a experiência extensionista de nossos programas de Pós-graduação. As Sessões Temáticas realizadas nos últimos dois encontros têm se mostrado um espaço importante para essa sistematização e reflexão, como revela, por exemplo, o relato do Abricó publicado neste livro. Nosso último desafio é, portanto, garantir e ampliar esse espaço de publicização e debate crítico dentro da ANPUR, através das sessões temáticas e mesas redondas durante os ENANPURs, mas também abrindo espaço para a temática na RBEUR/Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.

Ao final, gostaríamos de agradecer aos colegas que gentilmente cederam as imagens usadas no livro. E fazer um agradecimento especial aos diretores da ANPUR, Márcio Moraes Valença, Carolina Pescatori Cândido

da Silva, Fernanda Ester Sánchez García, Fernando César de Macedo Mota, Ivo Marcos Theis e Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros, que prontamente apoiaram a realização deste segundo livro.

“Um bom poema leva anos”, escreveu um dia Paulo Leminski. Sabemos que a consolidação da temática da Extensão no campo do Planejamento Urbano e Regional e, em especial, no âmbito da ANPUR, precisa de *tempo*. Como o primeiro livro *Para além da sala de aula*, este é mais uma etapa desse processo.

Em tempos de ameaça ao livre-pensar e ao livre-ensinar, que as experiências, ideias e sonhos aqui relatados possam ser exemplos de formação engajada, luta e resistência, para os pesquisadores e profissionais do nosso campo. Como nos ensinou Paulo Freire, que mostrem a importância de sermos, na nossa prática cotidiana, professores, pesquisadores e extensionistas *amorosos*. E assim seguiremos juntos na luta cotidiana por um Brasil mais justo e democrático.

*Camila D’Ottaviano & João Rovati*

*São Paulo | Porto Alegre  
dezembro de 2019*

7. ESPINOZA, H & MARX, J. (2019). La vinculación/extensión en Latinoamérica: una mirada al siglo XX. In Anais do Primer Congreso Internacional de Vinculación con la Sociedad. Cuenca: Universidad Católica de Cuenca.





Vila Nazaré, Porto Alegre, 2018.  
foto\_ Ananda Rossi

# EXTENSÃO EM MOVIMENTO

*Camila D'Ottaviano*<sup>1</sup>

*Para ter rua é preciso ter corpo.*

Eliane Brum

Em 2017, Fabiana Britto já alertava que *Extensão é puro desafio*.<sup>2</sup> Chegamos ao final de 2019 com desafios ainda maiores e mais profundos.

Este texto procura problematizar os desafios institucionais da Extensão Universitária, sem perder de vista suas potencialidades. Ao mesmo tempo, defende uma prática extensionista que tenha como princípio básico o estabelecimento de uma **relação transformadora** entre Universidade e Sociedade, na qual, segundo Paulo Freire, vivenciamos a experiência

# CAPÍTULO 1

“(…) de algo que é levado por um sujeito que se encontra ‘atrás do muro’ àqueles que se encontram ‘além do muro’, ‘fora do muro’ (...). [E onde,] ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.”<sup>3</sup>

Ao debater aspectos institucionais e normativas, o objetivo aqui é discutir duas questões que considero centrais: afinal, qual é a Extensão Universitária que acredito e defendo? E quais são os desafios atuais para a realização desta Extensão?

Vivemos um momento de desmonte da coisa pública. Com a Extensão Universitária não é diferente, uma vez que ela é justamente uma das ferramentas de afirmação da **dimensão pública** da Universidade.<sup>4</sup> Por isso é importante definir o que entendemos por Extensão em Planejamento Urbano e Regional para, a partir disso, consolidar os territórios ou campos desta prática em nossas universidades.<sup>5</sup>

Parto do entendimento da Extensão como prática dialógica de formação, onde vivenciamos não apenas a troca de saberes, mas também a confluência de saberes, sempre tendo por base a experiência real do e no território, em parceria<sup>6</sup> com atores externos à universidade.<sup>7</sup>

1. Em grande medida, este texto é um desdobramento das conversas, reflexões e atividades de Extensão Universitária realizadas com os colegas da FAUUSP – Caio Santo Amore, Catharina Pinheiro, Jorge Bassani e Karina Leitão, e da UFRGS – Bruno Mello e João Rovati.
2. BRITO, F. D. A. (2017). Extensão Universitária em tempos de crise. In C. D’OTTAVIANO & J. ROVATI. (Org.). Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: FAUUSP/ ANPUR, pp. 26-35.
3. FREIRE, P. (1983[1969]). Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 12 e 15.
4. ROVATI, J. & D’OTTAVIANO, C. (2017). Os territórios da Extensão Universitária. In: D’Ottaviano & Rovati, op. cit., pp. 14-24.
5. ROVATI & D’OTTAVIANO, op. cit.
6. Ver Capítulo 3 “Extensão Universitária e parceria”.
7. Para Bassani, o território deve ser entendido como resultado de uma ação conduzida por atores. Qualquer que seja a ciência ou disciplina (urbanismo, geografia, biologia), parte-se da ideia de que o território é um espaço de ação e conflito. BASSANI, J. (2019). Das intervenções artísticas à ação política urbana. Tese de Livre-docência. São Paulo: FAUUSP.

## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA HOJE

Embora bastante conhecida, e como forma de iniciar o debate, é importante retomarmos a definição da Extensão formulada em 2012 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, o FORPROEX:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a **relação transformadora** entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da **praxis** de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a **troca de saberes** sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social<sup>8</sup>

O FORPROEX, historicamente, é formado pela reunião dos Pró-reitores de Extensão das universidades federais brasileiras. Desde o período de redemocratização, o FORPROEX tem tido um papel fundamental na definição e defesa da Extensão Universitária como atividade formadora e constituinte de nossas universidades públicas. Tomarei a liberdade, porém, de falar um pouco das realidades específicas da Universidade de São Paulo (USP), onde sou docente, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a qual tenho projetos em comum. Por ser a maior universidade pública do país, analisar como a USP vê a Extensão Universitária pode nos ajudar a compreender os vários desafios a serem enfrentados na consolidação de uma Extensão Universitária de fato transformadora, tanto dentro quando fora dos “muros” de nossas universidades. De outra parte, entender a prática da Extensão em uma Universidade Federal com presença ativa no FORPROEX, como a UFRGS, parece-me um contraponto necessário.

As primeiras experiências brasileiras relacionadas à Extensão aconteceram justamente nas faculdades que deram origem à USP, com cursos e conferências realizados em 1911.<sup>9</sup> A estrutura da Extensão Universitária como conhecemos

8. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS/FORPROEX (2012). Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS, pp. 21-22 (grifo da autora).
9. D’OTTAVIANO, C. & ROVATI, J. (2016). O Ensino de Urbanismo no Brasil: experiências de Extensão Universitária em São Paulo e Porto Alegre. In Actas XX Congreso ARQUISUR 2016 Hábitat Sustentable. Concepción: Universidad del Bío-Bío, p. 770-783.

hoje, no entanto, só foi definida depois da redemocratização pós-Ditadura (1965-1985), quando o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão foi criado. O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras aconteceu em 1987. A USP, no entanto, não participa do FORPROEX – isto é, desenvolve suas políticas de Extensão com certa independência em relação às Universidades Federais.

Toda a normativa relativa à Extensão Universitária da USP está definida no *Regimento de Cultura e Extensão Universitária* aprovado em 2011. De acordo com esse documento, o regulamento se baseia nos seguintes princípios:

– que a extensão universitária é um processo que articula o ensino e a pesquisa de forma a viabilizar a **interação transformadora** entre a universidade e a sociedade.

– que a relação entre ensino, pesquisa e extensão universitária enriquece o processo pedagógico, favorecendo a **socialização** do saber acadêmico e estabelecendo uma dinâmica que contribui para a **participação da comunidade na vida universitária**.<sup>10</sup>

Ao primeiro olhar, os princípios definidos pela Universidade de São Paulo, como “interação transformadora entre a universidade e a sociedade”, parecem muito próximos das definições do FORPROEX. Porém, o *Regimento* fala também em “socialização do saber acadêmico” e em “participação da comunidade na vida universitária”. Esses princípios, assim me parece, distanciam a Extensão da ideia de “troca de saberes” e mesmo de “práxis”, ao valorizar a ideia de que o conhecimento científico produzido pela universidade é algo a ser “levado” à sociedade.

Em seu *Título I – Da Cultura e Extensão Universitária*, a Resolução define que “A extensão universitária visa **estender** à sociedade suas atividades, indissociáveis do ensino e da pesquisa.” (Artigo 3º, grifo nosso).

“Estender” à sociedade as atividades da universidade pública configura justamente algo a ser combatido, conforme já afirmado anteriormente:

Durante o XVII ENANPUR, na mesa redonda *Crise e perspectivas das lutas sociais*, o ativista argentino Juan Grabois, ao falar sobre Extensão Universitária, disse que precisávamos achar um nome melhor para definir essa atividade, tão importante para

10. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução Nº 5940, de 26 de julho de 2011 (grifos da autora).

nossas universidades. Em forma de anedota, perguntou então se quando convidamos alguém a nossa casa para jantar fazemos uma “extensão” da nossa mesa, ou se o chamamos para sentar conosco, para compartilhar a mesa que temos. Assim como Grabois, entendemos que essa é uma das questões centrais sobre a qual temos que nos debruçar: como fazer com que as atividades que incluem a “sociedade”, o lado de lá do “muro” das nossas universidades, sejam incorporadas de forma efetiva ao dia a dia de nossas instituições?<sup>11</sup>

A grande questão, portanto, está na definição das atividades a serem consideradas “de Extensão”:

Artigo 4º – A cultura e extensão universitária compreendem as seguintes atividades, de acordo com os critérios definidos neste Regimento:

I – formação profissional e educação continuada: a – Curso de Especialização; b – Curso de Aperfeiçoamento; c – Curso de Atualização; d – Residência; e – Prática Profissionalizante;

II – assessoria, consultoria e prestação de serviço especializado;

III – assistência;

IV – orientação;

V – as seguintes atividades também são consideradas de cultura e extensão universitária:

a – participação em bancas examinadoras ou julgadoras, realizadas fora da Universidade de São Paulo (...); b – participação em colegiado ou comissão externa à Universidade de São Paulo; c – atividade de educação e divulgação artística, cultural, científica, técnica, tecnológica ou desportiva (...); d – participação na direção de sociedades científicas, técnicas, tecnológicas, artísticas, honoríficas, culturais ou profissionais e conselhos editoriais; e – supervisão de estágios não obrigatórios, de treinamentos, de reciclagens, de visitas monitoradas ou técnicas e projetos do corpo discente; f – promoção e organização de eventos científicos, técnicos, tecnológicos, culturais, artísticos e desportivos; g – contribuição em eventos científicos, técnicos, tecnológicos, culturais, artísticos, desportivos, palestras, conferências, seminários, simpósios, jornadas, encontros, oficinas, reuniões e congressos; h – participação na elaboração de projetos de lei e normas legais e técnicas; i – elaboração de pareceres, laudos técnicos e perícias judiciais; j – participação em projetos comunitários; k – outras atividades não contempladas nos incisos e alíneas anteriores, a juízo do Conselho de Cultura e Extensão Universitária.<sup>12</sup>

11. ROVATI & D’OTTAVIANO, op. cit., p. 16.

12. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução Nº 5940, de 26 de julho de 2011.

Por outro lado, em 2012, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possivelmente à luz das diretrizes da Política Nacional definida pelo FORPROEX, estabeleceu que sua Política de Extensão seria estruturada a partir de dez itens fundamentais:

1. Interagir com a sociedade incluindo o atendimento às demandas sociais e às ações de produção e difusão cultural e tecnológica;
2. Manter seu **compromisso** com os direitos humanos, respeitando as diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros;
3. Assegurar a **relação bidirecional** entre a Universidade e a Sociedade para o desenvolvimento, produção e preservação cultural, artística e tecnológica relevantes para a afirmação do caráter regional e nacional;
4. Promover atividades de extensão interinstitucionais, voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
5. Assegurar a extensão universitária como um processo acadêmico importante na **formação** do aluno em nível de graduação e pós-graduação, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
6. Promover relações multi, inter e/ou transdisciplinares de setores da Universidade e da Sociedade;
7. Ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;
8. Ampliar o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social do país;
9. Garantir Programa de Fomento às atividades de extensão devidamente

registradas e aprovadas nas instâncias acadêmicas; 10. Buscar o financiamento da extensão com recursos provenientes de setores públicos e/ou privados.<sup>13</sup>

Rm 2015, ao definir as *Normas Gerais para Atividades de Extensão Universitária*,<sup>14</sup> a UFRGS apresenta como “Tipos das Atividades Extensão” uma lista tão abrangente quanto a da USP, incluindo atividades como bancas, palestras, organização de eventos, publicações, etc.

A última normativa aprovada pelo Ministério da Educação (MEC) – Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, mantém, em linhas gerais, a mesma definição proposta pelo FORPROEX em 2012. No entanto, define cinco modalidades distintas de Extensão Universitária: (1) Programas; (2) Projetos; (3) Cursos e Oficinas; (4) Eventos; (5) e Prestação de Serviços.<sup>15</sup>

A amplitude dada às atividades que podem ser reconhecidas como “de Extensão” dentro de nossas universidades faz com que a mesma possa ser entendida como “tudo aquilo que não é Ensino ou Pesquisa”. Ora, essa é justamente a “definição” que procuramos combater.

13. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL/CONSELHO UNIVERSITÁRIO (2012). Política Extensão Universitária UFRGS, Decisão nº 266/2012, Porto Alegre, 20 de julho de 2012 (grifos da autora).

14. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL/CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (2015). Normas Gerais para Atividades de Extensão Universitária, Resolução no 17/2015, Porto Alegre, 29 de abril de 2015.

15. BRASIL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2018). Resolução no 7 de 18 de dezembro de 2018. Voltarei a essa Resolução mais a frente.

Entendo (e creio que aqui posso falar em nome dos colegas que têm participado das atividades ligadas à Extensão no âmbito da ANPUR) a Extensão Universitária como uma prática de **formação** que supõe, necessariamente, a existência de uma **relação dialógica** ou processo de **troca** com a sociedade, isto é, de uma relação que vai além das nossas salas aula, dos nossos muros, alambrados e cercas.

## UNIVERSIDADES “À VENDA”

No processo de desmanche do Estado capitaneado pelo atual governo federal,<sup>16</sup> uma das questões que nos toca diretamente é justamente o desmonte e a sistemática desvalorização da Universidade Pública<sup>17</sup> e do ensino público de forma geral. Nesse quadro, a Extensão Universitária, como prática dialógica de formação, tem ainda

dois outros grandes desafios pela frente: o ensino à distância (EaD) e o novo modelo de financiamento privado das universidades públicas proposto pelo governo federal através do programa *Future-se*.

Uma primeira questão: é possível fazer Extensão Universitária, nos moldes por nós defendidos, através de cursos e programas de ensino à distância?

Em julho de 2018, durante Seminário de Ensino de Arquitetura e Urbanismo promovido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU-RS),<sup>18</sup> durante a mesa “O papel da Extensão na formação acadêmica”, fui perguntada sobre como promover a Extensão Universitária no ensino à distância. Minha posição foi clara: não se faz Extensão Universitária à distância.

16. O atual governo defende o princípio do Estado Mínimo, preconizando a diminuição do papel do poder público na regulação econômica. Ao Estado Mínimo caberia garantir a ordem e a legalidade, concentrando sua ação nos serviços mínimos necessários para tanto (como policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário). De acordo com esse entendimento o Estado é “mínimo” apenas para alguns. Para referências sobre esse debate ver definição de Lalo W. Minto disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_estado\\_minimo.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_estado_minimo.htm).

17. De acordo com o atual ministro da Educação, Abraham Weintraub, a Universidade Pública é o local da balbúrdia. Em abril de 2019, entre outras declarações, o ministro disse: “Universidade que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”; “a universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”; “sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus”. Disponível em <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>, acesso em 16/novembro/2019.

18. Em sua Deliberação Plenária 1031 de 22 de março de 2019, o CAU-RS decidiu não reconhecer o diploma de Arquitetura e Urbanismo de egressos de cursos EaD. No mês de julho, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) reconheceu a legitimidade do Conselho em não registrar egresso de curso EaD.

Acredito na Extensão como **práxis**. Em nosso campo de atuação, sua realização plena só é possível a partir da experiência com e no **território**. Parafraçando a afirmação de Eliane Brum: para ter Extensão Universitária é preciso ter corpo. E é preciso que este corpo ocupe seu espaço no território.

A segunda questão relaciona-se ao novo modelo proposto pelo governo para as universidades e institutos federais, de “captação de recursos no mercado”.<sup>19</sup> De acordo com Ministério da Educação:

○ Future-se tem o objetivo dar maior autonomia financeira a universidades e institutos federais por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

A proposta do MEC com o Future-se é aumentar a autonomia administrativa, financeira e de gestão das universidades e institutos federais em todo o país. A adesão ao programa é voluntária.<sup>20</sup>

De fato, o que o governo federal propõe sob os nomes de “empreendedorismo” e “autonomia” é o fim do orçamento regular para a manutenção das universidades públicas federais – as universidades agora deveriam buscar fontes privadas de financiamento para suas várias atividades.

Sem entrar no debate da proposta (com a qual não concordo, em absoluto), é importante pensar que papel teria a Extensão Universitária nesse novo modelo de gestão. Um risco real é que nesse processo de “captação de recursos privados” pela universidade pública, a Extensão venha a ser utilizada como uma das formas de “vender” o conhecimento ali produzido, via assessorias, cursos, consultorias e afins.

Uma última questão merece atenção: a obrigatoriedade definida pela Resolução nº 7/2018 de que 10% da carga horária dos cursos de graduação deve ser dedicada necessariamente à Extensão:

Artigo 4 - As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.<sup>21</sup>

O debate e aprovação da obrigatoriedade de um número mínimo de horas necessariamente dedicado à Extensão Universitária foi feito num outro momento histórico, onde o entendimento sobre as atividades de Extensão era balizado pela atuação do FORPROEXT.<sup>22</sup> Se, de uma parte, a obrigatoriedade de horas mínimas dedicadas à Extensão pode representar

algo positivo, de outra, no atual quadro de enfraquecimento do ensino público, pode levar à desqualificação e fragilização da prática extensionista que defendemos.

Novamente tomando a liberdade de pensar a partir da instituição onde sou docente, farei aqui um exercício, refletindo sobre o que poderá significar essa obrigatoriedade no nosso curso de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP).

A partir de 2021, nossos 150 alunos de graduação deverão cumprir obrigatoriamente 588 horas de atividades de Extensão Universitária. Como garantir que turmas de 150 alunos realizem um volume tão grande de atividades de Extensão, praticando atividades onde a *ação dialógica* e a *troca de saberes* de fato sejam o eixo condutor?

Lembro ainda que a Resolução define também que suas diretrizes “podem ser direcionadas aos cursos superiores de pós-graduação, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de educação superior”.<sup>23</sup> Ou seja, as práticas de Extensão Universitária na Pós-graduação poderão ser definidas individualmente pelas várias instituições com Programas de Pós-graduação ativos.

Considerando as normas vigentes atualmente nas duas universidades analisadas, penso que a prática da Extensão aqui defendida encontra-se em xeque.

As definições e diretrizes originais do FORPROEX apontam para uma Extensão Universitária humanizada, voltada para a formação de jovens profissionais-cidadãos comprometidos com a realidade social brasileira, a partir de uma **prática transformadora**.<sup>24</sup>

Porém, as definições das atividades de Extensão Universitária (como as feitas pela Resolução 7/2018, pela Universidade de São Paulo e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul), somadas à lógica de “venda” da universidade, à obrigatoriedade de horas mínimas dedicadas por todos os estudantes à Extensão e à possibilidade de ensino à distância, podem transformá-la num grande balcão de prestação de serviços, de forma mercadológica e sem qualquer vinculação com a formação humanizada e transformadora pretendida em sua origem.

19. As universidades estaduais tem estruturas de gestão e financiamento definidas localmente. No caso do estado de São Paulo, desde 1988, as universidades estaduais (USP, Unicamp e UNESP) recebem uma porcentagem fixa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), definida por lei.

20. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>, acesso em 16/nov/2019.

21. BRASIL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução no 7, de 18 de dezembro de 2018.

22. Ver BRITTO, op. cit.

23. BRASIL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução no 7, de 18 de dezembro de 2018, Parágrafo Único.

24. Ver D'OTTAVIANO & ROVATI, 2017, op. cit.

## EXTENSÃO, ASSESSORIA OU ASSISTÊNCIA

A partir desse quadro, é urgente pensarmos, na área do planejamento urbano e regional, quais são de fato os limites entre essas atividades que denominamos “Extensão Universitária”, “Assessoria” e “Assistência Técnica”. Essas delimitações por vezes são difíceis de precisar. Mas, faremos aqui um esforço na tentativa de valorizar a importância da Extensão como atividade de **formação**.

O primeiro ponto a ser ressaltado, portanto, é que a Extensão deve se caracterizar sobretudo como atividade de **formação**, onde o aprender constante, a partir do diálogo e da práxis, é prática formadora. Como Luciana Lago,<sup>25</sup> entendo que a Extensão deve ser vista, **sempre**, como uma troca ou confluência de saberes. Já a assessoria ou assistência técnica,<sup>26</sup> de modo geral, se constitui sobretudo como uma prática de transmissão de conhecimento:

Não se trata, portanto, de transmissão do conhecimento apenas, como as práticas de assistência técnica, por exemplo, mas de colocá-lo em xeque frente a outras formas de compreensão da realidade e de atuar nela. (...) Nesse sentido, a prática extensionista deve estar presente no desenvolvimento da pesquisa e do ensino acadêmico como instrumento didático que fomenta a aprendizagem. Quando

praticamos nosso conhecimento científico nas assessorias diversas, na formação técnica e política, na pesquisa empírica, precisamos estar preparados e abertos para o confronto com outros conhecimentos. A educação transformadora é aquela que provoca o confronto de ideias e ideais, ao promover espaços para as argumentações e as práticas de convencimento. A educação transformadora é necessariamente democrática.<sup>27</sup>

A prática da assessoria técnica como praticada atualmente surge nos anos 1980, especificamente como uma atividade de assessoria aos movimentos de moradia:

As assessorias técnicas de arquitetura no Brasil emergiram, pois, como campo de atuação profissional principalmente durante os mutirões [habitacionais] paulistas das décadas de 80 e 90. Atraíram profissionais interessados em promover uma “arquitetura pública”, em ocupar espaços negligenciados pelo mercado e também onde o Estado não fora capaz de suprir as necessidades de infraestrutura, serviços essenciais e moradia digna (apesar de dependerem dos programas e fundos públicos). Apresentam-se em formas diversas: além das organizações não governamentais, se conformavam também em estruturas semelhantes à de escritórios de arquitetura; por militantes, sem o respaldo de uma figura jurídica; e no interior das universidades.<sup>28</sup>

25. Ver Capítulo 2 - Extensão Universitária como ação educadora para uma outra cidade.

26. Bruno Mello acredita que devemos também relativizar e rever o termo “técnico”. Esse, no entanto, é um debate que não cabe neste texto.

27. LAGO, L. C. DO (2019). Extensão Universitária como ação educadora para uma outra cidade. In D’OTTAVIANO, C. & ROVATI, J. (2019). *Além dos muros da Universidade: Planejamento Urbano e Regional e Extensão Universitária*. São Paulo: ANPUR, pp. 33.

28. MIRANDA, A. C. M. DE. (2019). *Autogestão Habitacional no Rio de Janeiro. O acúmulo de experiências e a influência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, p. 48.

Conforme apontado por Santo Amore<sup>29</sup> e Miranda,<sup>30</sup> apesar de processos participativos para a elaboração dos projetos, na prática da assessoria, os saberes técnicos no geral se sobrepõem aos populares. Além disso, o tempo e determinantes externos para a elaboração dos projetos impõem restrições à participação efetiva dos moradores (ou parceiros) em todo o processo.

Denise Morado Nascimento<sup>31</sup> também defende que as fronteiras entre Extensão, assessoria e assistência técnica devem ser definidas como forma de valorizar o papel da Extensão Universitária na formação de planejadores. Ao analisar especificamente a realidade da arquitetura e urbanismo, afirma que:

Experiências de assessorias técnicas pelo Brasil mostram que as que mais recebem investimento privado mais se distanciam do compartilhamento de processos (e do diálogo *freireano*).

(...) Quando as assessorias técnicas são financiadas pelo mercado privado, elas não são realizadas por meio de metodologias e instrumentos capazes de estabelecer o

efetivo diálogo ou trocas de saberes com o autoconstrutor. O vínculo entre arquiteto e autoconstrutor se dá por relações mercantis; a prática torna-se *assistência técnica*, reproduzindo-se enquanto prestação de serviços.<sup>32</sup>

Miranda também procura avançar na definição dos campos de atuação da assessoria técnica e da assistência técnica:

Não é incomum se deparar com o termo “assistência técnica”, apesar de ele não ser bem aceito entre os trabalhadores das assessorias. Isso porque além de remeter às iniciativas sociais introduzidas pelo regime ditatorial, em sentido denotativo diz respeito à ajuda gratuita direcionada à população com baixa renda. “Assessoria”, apesar de ter um sentido próximo, refere-se mais objetivamente ao apoio técnico especializado, sendo um termo mais neutro. Santo Amore (2004, p.76) contudo diz que “a trajetória dessas entidades demonstra que suas atividades, quando observadas pela ótica do atendimento à comunidade e a suas demandas objetivas, vão se transformando paulatinamente de assessoria em assistência”, por efetivamente prestarem uma assistência social de caráter físico, através de projeto e obra.<sup>33</sup>

29. SANTO AMORE, C. (2004). *Lupa e Telescópio – o mutirão em foco*. São Paulo, anos 90 e atualidade. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP.

30. MIRANDA, op. cit.

31. Ver NASCIMENTO, D. M. (2019). O que é extensão? Incertezas e provocações. In FERREIRA, L.; OLIVEIRA, O.; & IACOVINI, V. (Org.). *Dimensões do intervir em favelas: desafios e perspectivas*. São Paulo: Peabiru TCA/LabLaje, pp. 241-246. A professora Denise também defendeu que as fronteiras entre Extensão, Assessoria e Assistência Técnica devem ser definidas tanto teórica quando conceitualmente em sua fala durante o II Seminário EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: diálogos e perspectivas, realizado na FAUUSP em novembro de 2019.

32. NASCIMENTO, op. cit., p. 243.

33. MIRANDA, op. cit., pp. 47.

No caso da arquitetura e urbanismo,<sup>34</sup> que usamos aqui como referência, a Assistência Técnica foi regulamentada pela Lei no 11.888/2008, que “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”.<sup>35</sup>

A Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, ou ATHIS, tem mobilizado intensamente profissionais e gestores, com realização de eventos como os Fóruns regionais promovidos pelos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo, como o *Fórum de Assistência Técnica e Extensão Universitária em Habitação de Interesse Social: Atuação Integrada no Espaço Urbano*,<sup>36</sup> realizado em São Paulo em 2018, o *Seminário Nacional de ATHIS*, realizado em novembro de 2019 pelo CAU-RJ, ou projetos específicos, como o “Adote uma Casa”, parceira do CAU-Espírito Santo e da Universidade de Vila Velha.<sup>37</sup>

Em **todos** os exemplos citados a ATHIS foi associada à temática da Extensão Universitária. No entanto, toda a regulamentação da ATHIS pressupõe a assistência via prestação de um serviço técnico, com profissional habilitado que responda às normas e definições do CAU (existência de registro profissional, pagamento de taxas, etc.).

Em síntese, nesse contexto, a assistência técnica é pautada pela ideia de “levar o conhecimento a quem não tem” – e não pelo propósito da construção compartilhada do conhecimento.

A assistência ou assessoria técnica realizada por grupos como a Peabiru,<sup>38</sup> ou experiências de formação como a do CPPATHIS<sup>39</sup> da FAUUSP, parecem se aproximar do entendimento da Extensão como formação, aqui defendida. Porém, experiências de assessoria e assistência técnica com essas características não são a prática corrente e não devem ser tomadas como parâmetro para a definição e conceituação desses diferentes campos de atuação, que, necessariamente, devem ser compreendidas como práticas distintas.

34. A Assistência Judiciária, no âmbito do Direito, também tem regulamentação própria. Porém no caso do Direito, desde 1950 (Lei N° 1.060, de 5 de fevereiro de 1950), a assistência judiciária é gratuita para a população de baixa renda.

35. BRASIL (2008). Lei Federal no 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

36. Ver <https://www.athis.org.br/forum-athis/>.

37. Ver <https://www.caubr.gov.br/cba/athis-es/>.

38. Peabiru Trabalhos Técnicos Comunitários e Ambientais, ONG e assessoria técnica fundada em 1993 e sediada em São Paulo. Para mais informações ver: <http://www.peabirutca.org.br/>

39. Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social FAUUSP. Para maiores informações ver: <http://www.fau.usp.br/cultura-e-extensao/cursos/>

Mesmo sabendo que o debate entre Extensão, Assessoria e Assistência Técnica é muito focado na realidade da arquitetura e do urbanismo, a delimitação desses campos se mostra importante também ao pensarmos a Extensão Universitária em Planejamento Urbano e Regional, uma área *multi-inter-trans* disciplinar por natureza. Porque uma das potências da Extensão Universitária é justamente a possibilidade de **praticar** essa *multi-inter-trans* disciplinaridade.

## EXTENSÃO EM MOVIMENTO<sup>40</sup>

A Extensão Universitária, portanto, é um campo em disputa tanto dentro quanto fora das nossas universidades. Por isso é tão importante compreender qual é a prática extensionista que defendemos e pela qual vale a pena lutar.

Participei há pouco de uma atividade numa ocupação de moradia onde desenvolvo um projeto de Extensão já há algum tempo.<sup>41</sup> O encontro era a comemoração dos sete anos da ocupação. Ao iniciar a roda de conversa, uma das lideranças destacou que a presença da FAUUSP nas atividades da ocupação tem sido fundamental nas respostas ao poder público, tanto em relação a “questões técnicas” (como pequenas reformas, projetos e adequação às demandas da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros) quanto em relação aos processos de reintegração de posse. Logo depois, o advogado Manoel Del Rio, uma das lideranças da Frente de Luta por Moradia, começou sua fala lembrando de sua passagem pela USP no início dos anos 1970 e da importância que a Universidade tem, desde então, em atividades junto à população da cidade de São Paulo. E terminou destacando sua alegria em ver ali, na sala da ocupação, vários alunos da USP.

40. A ideia de “Extensão em Movimento” vem de uma fala do professor Bruno Mello no II Seminário EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: diálogos e perspectivas, realizado na FAUUSP, em novembro de 2019. Porém tem também como referência a experiência de formação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/MST consolidada no livro “Escola em Movimento”. Ver CALDARTI, R. (2014). Escola em Movimento. Instituto de Educação Josué de Castro. São Paulo: Expressão Popular.

41. É uma das ocupações em que a liderança teve a prisão preventiva decretada. Entre as práticas reacionárias do novo governo federal está a ameaça de incluir as atividades dos movimentos populares, em especial os movimentos de moradia, entre aquelas a serem tratadas como “terroristas”. Em São Paulo, como resultado das investigações relativas ao incêndio e desabamento, em maio de 2018, do edifício Wilton Paes de Almeida, prédio pertencente ao Patrimônio da União, ocupado precariamente por famílias sem moradia e localizado no centro da cidade, quatro lideranças de diferentes movimentos de moradia foram presas (Ednalva Franco, Sidnei Ferreira, Janice Ferreira (Preta) e Angélica dos Santos Lima) e várias outras tiveram sua prisão preventiva decretada, acusadas de extorsão em processos baseados em denúncias anônimas. Vale destacar que nenhum dos acusados fazia parte do movimento que ocupava o edifício que desabou, o Movimento de Luta Social por Moradia (MLSM).

As atividades na ocupação envolvem alunos de graduação, bolsistas de Extensão, alunos que estão desenvolvendo seus trabalhos de conclusão de curso, mestrados e doutorandos. Cada um deles com atividades, projetos e pesquisas ligados em maior ou menor medida ao projeto de Extensão e à parceria com a ocupação e com os movimentos de moradia atuantes no centro de São Paulo. Conto isso para destacar que este tipo de ação (como outras relatadas neste livro) demonstra que a Extensão pode ser o catalizador para a efetivação do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão em nossas universidades.

Entendo que a ação transformadora só se dá quando Extensão, Ensino e Pesquisa de fato acontecem de forma conjunta, articulada e compartilhada, onde as atividades de Extensão não sejam encaradas como “tudo aquilo que não é Ensino ou Pesquisa”. Temos como desafio consolidar a produção do conhecimento a partir da interação sistemática desse três “pés” da universidade, com a prática extensionista como caminho importante para a produção teórica, a partir da *práxis*, e também fonte regular de conhecimento aplicado dentro das nossas salas de aula, onde a *práxis* deve ser vista como forma de atuação na e para a sociedade. Uma prática que pressupõe a vivência no território e a vivência de seus

conflitos, a experiência do “conhecer de outra maneira”, distinta da experiência vivida dentro dos muros da universidade. Uma *práxis* realizada através do convívio com demandas concretas da população, que implica no envolvimento dos estudantes com realidades que muitas vezes desconhecem.

Essa experiência, somada ao trabalho coletivo, contribui decisivamente para a formação de um profissional qualificado não apenas como “técnico”, mas também e sobretudo como sujeito humanizado e socialmente comprometido, apto a enfrentar as enormes desigualdades sócio-territoriais do nosso país.

Como nos ensinou Paulo Freire, pensador central da educação brasileira (e que, não por acaso, tem sido fortemente atacado pelo atual governo federal), a participação pressupõe “descruzar” os braços, o que só é possível a partir de um conhecimento aberto à *complexidade* e *comprometido*, social, ética e politicamente.<sup>42</sup> Ao descrever o “como fazer”, o como implementar uma participação efetiva, Freire destaca a importância do diálogo, no âmbito de um método ativo e crítico:

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se de amor, de humanidade, de esperança,

42. ROVATI & D'OTTAVIANO, op.cit.

de fé, de confiança. Por isso, somente o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé no próximo, se fazem críticos na procura de algo e se produz uma relação de “empatia” entre ambos. Só ali há comunicação. “O diálogo é, portanto, o caminho indispensável”, diz Jaspers, “não somente nas questões vitais para nossa ordem política, mas em todos os sentidos da nossa existência.”<sup>43</sup>

**A prática extensionista comprometida socialmente deve ser feita através do diálogo, da liberdade e da tolerância.**

Ao expor a importância do pensamento de Paulo Freire, Oscar Jara nos ajuda a entender como a prática extensionista pode ser um dos caminhos para a produção de novos conhecimentos, sempre a partir do diálogo:

(..) ele criou uma maneira de pensar e de fazer educação que é uma educação libertadora. Uma educação que vai dirigida a construir as capacidades de ser sujeito protagonista da história. E que mudou a relação tradicional entre **ensino e aprendizagem**. Tradicionalmente o peso principal para o papel dos educadores e da educadoras era o papel do ensino. O que vão ensinar, quais os conteúdos que vão se transmitir. Mas

Paulo Freire diz “não é possível transferir conhecimento se não criar as condições para sua produção ou sua construção”.

(..) Muitas vezes a gente sabe, conhece como começam os processos. Mas [n]os processos educativos que são criativos de verdade a gente não sabe. (...)

Então o processo dialógico, o processo que vincula o estudo com a realidade, a teoria com a prática, o sentido comum com o bom sentir. Todos aqueles processos nos quais vamos nos construindo como pessoas solidárias, pessoas capazes de criar um novo mundo possível.<sup>44</sup>

Ainda tendo o pensamento freireano como referência, a Extensão Universitária é uma oportunidade de aprendizagem também para nós professores e educadores, uma vez que a troca de saberes deve ter sempre a disposição para a aprendizagem mútua:

Porque o que Paulo Freire defende é a ideia de criar o seu próprio pensamento, a sua própria capacidade crítica e também criar para nós educadoras e educadores a nossa disposição de aprendizagem. Se a gente não tem essa disposição para apreender não vamos criar capacidades criativas realmente transformadoras.

43. FREIRE, P. (1979). Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 39.

44. JARA, O. (2019). Abertura do Seminário “Freireando Porto Alegre”. Faculdade de Educação da UFRGS, 19 de outubro de 2019 (grifo da autora). Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BFJsq7rtH7s&feature=youtu.be>.



Então estamos em um momento na América Latina em que temos também que reinventar, reinventar esse jeito freireano. O que significa que neste momento de intolerância, neste momento de agressividade, de ódio, de violência, é o momento em que a gente coloca no centro o diálogo, o respeito, o respeito às ideias, o respeito às outras pessoas. E coloca a amorosidade como um fator fundamental para construir uma sociedade solidária.<sup>45</sup>

A Extensão Universitária aqui defendida pressupõe, portanto, corpo, troca, confluência, participação, parceria, afeto, diálogo e, neste momento de ameaça à Universidade Pública, coragem. Ou, em outras palavras: “Não desanimemos. O muro tem fissuras. E nas fissuras do muro, esperanças. A educação é revolucionária. O amor. O pensamento. O povo sem medo. Sigamos... O caminho é de grandes tarefas.”<sup>46</sup>

---

45. JARA, op. cit.

46. Anotações de Gabriel Zarth, aluno-extensionista do Projeto Novas Práticas Urbanas (UFRGS), após visita à Vila Nazaré, em Porto Alegre. ZARTH, G. (2019). Vila Nazaré. In MELLO, B.C.E; NODARI, G.R.; LERSCH, I.M.; & ROVATI, J.F. (org.) (2019). Práticas Urbanas Emergentes. Porto Alegre: UFRGS, p. 157. Universitária UFRGS, Decisão nº 266/2012, Porto Alegre, 20 de julho de 2012 (grifos da autora).



Ocupação 9 de Julho, São Paulo, 2019 foto\_ Camila D'Ottaviano

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AÇÃO EDUCADORA PARA UMA OUTRA CIDADE

*Luciana Corrêa do Lago*

## CAPÍTULO 2

A intenção deste texto é apresentar alguns desafios postos pela Extensão Universitária para as nossas teorias e leituras críticas da realidade social e, mais especificamente, da realidade urbana brasileira. Uso “nossas” por englobar os intelectuais dedicados ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão nas universidades do país. São ideias ainda em construção, alimentadas por experiências acadêmicas “fora” e “dentro” dos muros da Universidade Federal do Rio de Janeiro, das quais tive, e ainda tenho, o privilégio de participar direta ou indiretamente: assessoria técnica e cursos de formação para movimentos sociais de moradia como projetos de extensão, disciplinas de graduação praticadas em ocupações de movimentos sociais, pesquisa participante de monografias e dissertações nas mesmas ocupações e disciplinas de pós-graduação centradas nos resultados desse conjunto de práticas.

Os desafios propostos mais adiante partem da concepção de “Extensão Universitária” elaborada em 1987 pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas. Uma concepção abrangente e comprometida com a renovação do ensino universitário para a transformação social, da qual partilho. Por isso, vou começar expondo sucintamente tal concepção com seus possíveis desdobramentos, para em seguida, pontuar algumas potencialidades das práticas extensionistas na construção de uma outra sociedade e de uma outra cidade. Por fim, centrarei no principal desafio, a meu ver, da Extensão Universitária que é a produção de novos conhecimentos e projetos resultantes das tensões entre os saberes popular e acadêmico. Trarei quatro situações de tensão vividas ao longo da realização do projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>1</sup> na Ocupação Solano Trindade, coordenada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) em Duque de Caxias, periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Foram tensões que estimularam o repensar de alguns preceitos estabelecidos sobre a democratização da cidade, abrindo o caminho para novas formulações teórico-práticas. Minha intenção aqui não é desenvolver uma reflexão conclusiva, mas sim, expor algumas situações de tensão que ainda estão em aberto.

## SOBRE A AMPLITUDE DA CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PÓS 80

Ensino-Pesquisa-Extensão são os componentes do tripé de sustentação da educação universitária no Brasil, segundo a Constituição de 1988 e a Política Nacional de Extensão (PNE) de 2012, que estabelece que “a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”.<sup>2</sup>

Estamos em 2019 e esse tripé ainda não se configurou da forma imaginada, embora os três componentes estejam presentes na estrutura acadêmica das universidades públicas e os incentivos às atividades extensionistas, até 2016, sejam inequívocos. Destaco o Plano Nacional de Educação de 2014, que seguindo a concepção de Extensão de 1987, estabeleceu o mínimo de 10% da carga horária dos cursos superiores de graduação em programas e projetos de Extensão Universitária. As reações contrárias por parte de segmentos da comunidade acadêmica foram e continuam sendo significativas, instalando um bem-vindo confronto aberto entre concepções

do papel da Universidade na construção da sociedade. A Extensão entrou na pauta do debate universitário e expandiu, ainda timidamente, suas atividades.

As funções estabelecidas para a Extensão Universitária permanecem como grandes desafios a serem alcançados a longo prazo. Uma primeira função é garantir a unidade Ensino-Pesquisa-Extensão por meio das atividades prático-críticas nos processos de formação e produção do conhecimento. A segunda é acionar a troca dos saberes acadêmico e popular num processo dialógico e dialético produtor de um novo conhecimento. Não se trata, portanto, de transmissão do conhecimento apenas, como as práticas de assistência técnica, por exemplo, mas de colocá-lo em xeque frente a outras formas de compreensão da realidade e de atuar nela. A terceira função da Extensão é integrar os campos disciplinares, sobrepondo metodologias e conceitos para dar conta da complexidade da vida cotidiana, essencialmente transdisciplinar. As três funções mencionadas são produtoras de transformações de grande alcance, tanto na formação do estudante quanto nas formas de compreensão da realidade social.

Temos uma educação universitária marcada pela incompletude, pela ausência ou fraca presença do componente que possibilita a checagem permanente do conhecimento acadêmico produzido e difundido nas salas

de aula, nos livros, revistas acadêmicas e na mídia. Nesse sentido, a prática extensionista deve estar presente no desenvolvimento da pesquisa e do ensino acadêmico como instrumento didático que fomenta a aprendizagem. Quando praticamos nosso conhecimento científico nas assessorias diversas, na formação técnica e política, na pesquisa empírica, precisamos estar preparados e abertos para o confronto com outros conhecimentos. A educação transformadora é aquela que provoca o confronto de ideias e ideais, ao promover espaços para as argumentações e as práticas de convencimento. A educação transformadora é necessariamente democrática. Muitos de nós que viveram experiências extensionistas junto a grupos ou organizações sociais com outras visões de mundo e outras trajetórias de vida, tiveram que lidar com conflitos e impasses que não estavam previstos nas metodologias e planos de atividades. As saídas para tais situações podem ir da suspensão das ações, até a concordância em alterar estratégias iniciais de um projeto. O grande desafio é nos mantermos receptivos às críticas e às propostas que surgem nos confrontos, sem perdermos o sentido político-pedagógico dos projetos de extensão. Nesse sentido, vejamos algumas premissas do projeto de construção de uma outra cidade, democrática e igualitária, que vem agregando um conjunto de ações de Ensino-Pesquisa-Extensão no Brasil, junto a organizações e movimentos sociais.

1. O projeto de extensão que reúne professores, alunos e técnicos do Laboratório de Estudos de Águas Urbanas (LEAU/Prourb/FAU), do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/NÍDES), do Observatório das Metrópoles/IPPUR, do Mutirão de Agroecologia (MUDA/NÍDES), do Núcleo de Atividades de Pesquisas e Extensão sobre o Morar (naMORAR/Prourb/FAU) e do Laboratório de Informática para Educação (Lipe/NÍDES).

2. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS/FORPROEX (2012). Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS, p.42.

## ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA CIDADE

Uma das funções das atividades de Extensão é checar a serventia do conhecimento acadêmico para a reprodução de forma plena da vida social. Um conhecimento que responda às necessidades humanas definidas e redefinidas socialmente e que amplie as alternativas de respostas a essas necessidades, multiplicando os caminhos para a transformação social. E a educação universitária cumpre um papel essencial na construção desses caminhos. Caminhos para o desenvolvimento social, entendido como processo democrático e permanente de elevação do nível de bem-estar comum segundo os interesses da sociedade, e não do capital.

A produção capitalista de bens e serviços cria dialeticamente novas necessidades e mercadorias para satisfazê-las e o ritmo desse processo criativo é o princípio definidor da visão hegemônica de “desenvolvimento econômico e social”. No caso específico da produção do ambiente construído urbano, o capital imobiliário determina a dinâmica do mercado por meio de uma constante busca por sobrevalorização dos imóveis produzidos. A base dessa sobrevalorização está na diferenciação social do espaço urbano, o que exige a permanente reprodução dessa diferenciação, seja “renovando” ou “deteriorando” áreas consolidadas, seja incorporando novas áreas ao mercado imobiliário. A criação, a

renovação ou a deterioração de pedaços da cidade produzem necessidades-mercadorias novas, alterando o padrão de desigualdades. As disputas em torno do acesso à cidade se dão no âmago desse processo de mercantilização, que engloba o imóvel e todos os serviços urbanos que o tornam uma habitação digna. A privatização dos serviços urbanos vem alterando a pauta das lutas. Como exemplo, temos a expansão das redes de transporte, de água e de eletricidade, acompanhada pelo aumento exponencial das tarifas para garantir a rentabilidade das empresas concessionárias.

Apontando para outra direção, podemos pensar o desenvolvimento social como movimento emancipatório, movimento de definição autônoma dos bens e serviços necessários para o bem-estar comum. E esse movimento só se dá no conflito, no confronto de projetos e experiências. As experiências autogestionárias dos movimentos de moradia no Brasil são exemplos relevantes dessa luta, ao centrarem suas pautas na desmercantilização e na democratização da cidade.

No contexto atual de profunda crise econômica e política, a riqueza, por todas as regiões do país, de experiências associativas populares dedicadas à produção habitacional nos desafia a pensar a potência organizativa dessa aprendizagem coletiva no quadro de uma economia popular urbana. Formas diversas de organização e produção dos espaços populares urbanos foram se sobrepondo e se inscrevendo na

trama complexa de relações mercantis e não mercantis mais ou menos solidárias que dão forma ao hábitat popular. É nesse quadro marcado por contradições que muitas práticas extensionistas se desenvolvem, no caminho para uma educação universitária integral e transformadora. Esse é o caso do projeto de extensão sobre o qual falaremos a seguir.

## AS TENSÕES ENTRE OS SABERES E AS SÍNTESES POSSÍVEIS

Em sociedades de classe profundamente desiguais como a brasileira, a vida cotidiana é marcada pelo confronto permanente entre os saberes popular (prático) e científico. As benesses geradas pela ciência moderna para elevar a qualidade de vida humana não chegaram, até o momento, a boa parte da população com baixa capacidade de consumo. Serviço de saúde, saneamento básico, transporte público, internet entre outras benesses, não têm acesso garantido a toda população, ou porque o serviço funciona de forma precária, ou porque precisa ser pago. Essa inacessibilidade dos pobres aos

bens e serviços definidos socialmente como básicos para a reprodução de uma vida digna está delimitada territorialmente nas cidades, dando forma às chamadas “periferias”.

É nesse contexto que se insere a Ocupação Solano Trindade, efetivada pelo MNLM em 2014, num terreno público com cerca de 50.000 m<sup>2</sup>, localizado na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Desde então, vem sendo desenvolvido um projeto de ensino-pesquisa-extensão reunindo núcleos da UFRJ na ocupação, com várias frentes de trabalho: regularização fundiária, projetos urbanístico e de arquitetura, organização do trabalho coletivo na produção de alimentos e na requalificação dos prédios e experimentação de tecnologias alternativas na construção civil, infraestrutura urbana e agroecologia.<sup>3</sup> Temos hoje estudantes, professores e técnicos universitários (além de profissionais sem vínculo direto com a universidade) desenvolvendo suas atividades em projetos de pesquisa-extensão e em disciplinas curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação.<sup>4</sup>

3. Para uma descrição densa do projeto Ocupação Solano Trindade, especialmente dos processos de aprendizagem mútua, ver a dissertação PETRUS, F. (2019). Ocupação Solano Trindade, espaço comum e o trabalho coletivo: das práticas concretas a uma agenda atualizada para a Reforma Urbana. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/FAU-UFRJ.

4. Até o momento, foram realizadas sete disciplinas de graduação e de mestrado que tiveram como objeto de estudo teórico-prático a Ocupação Solano Trindade. (PETRUS, op. cit.)



FIGURAS 1 a 4  
Solano Trindade\_reunião

FIGURAS 5 a 7  
Solano Trindade\_saneamento

FIGURA 8 (pág. seguinte)  
Solano Trindade\_telhado

Fonte: Fernanda Petrus, 2018.



A origem dessa relação UFRJ-MNLM foi marcada por uma convergência de visões estratégicas sobre a luta pela desmercantilização da cidade. Uma primeira visão que nos aproximou foi a indissociabilidade entre o direito à moradia digna e ao trabalho emancipado. Em outras palavras, os projetos habitacionais autogestionários financiados pelo Estado deveriam incorporar projetos de sustentabilidade econômica das famílias por meio de empreendimentos coletivos de trabalho e renda. Uma segunda visão estratégica comum foi a necessidade de pensar alternativas de financiamento por fora do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-Entidades) que possibilitassem processos de produção do habitat popular de fato autogestionários.

A experiência do movimento no Rio de Janeiro com financiamento do MCMV-Entidades expos inúmeros entraves para que tais processos ocorressem, o que levou à decisão de não mais apresentarem projetos no âmbito do Programa. No entanto, o golpe político em 2016 alterou os rumos da Ocupação Solano Trindade, quando a coordenação local do movimento decidiu, frente às notícias de suspensão dos financiamentos habitacionais, responder à Chamada do Programa Entidades de 2016, demandando assessoria técnica da UFRJ para a elaboração de um projeto habitacional de 105 casas unifamiliares em parte do terreno da ocupação. A partir desse momento, as frentes de trabalho tiveram que absorver esse novo projeto com todas as contradições geradas no desenvolvimento dos demais projetos. As situações de tensão que vou expor adiante estão, de alguma maneira, relacionadas a esse contexto de re-adesão ao MCMV-Entidades.

Meu olhar sobre as situações de tensão está instruído por um dos desafios da Extensão Universitária, vistos anteriormente: incitar a troca dialógica e dialética entre o saber acadêmico e o saber popular. Essa troca exige confiança entre sujeitos de camadas sociais distintas, com trajetórias, projetos e visões de mundo distintas, mas compartilhando princípios ético-políticos. Todos os envolvidos precisam se expor, ouvir, argumentar, contra-argumentar, convencer e ser convencido em pé de igualdade e é nesse embate de ideias que a confiança pode ser construída.

Como já dito, o projeto da UFRJ em Solano Trindade partiu da convergência de princípios e propostas de ação entre o corpo universitário, tais como a desmercantilização dos bens e serviços urbanos, a terra como bem público, o trabalho associativo autogestionário e o Estado como instância redistributiva da riqueza. No entanto, na experiência cotidiana de realização conjunta dos projetos, as contradições e tensões vieram à tona em função, primeiramente, da incorporação, por parte dos moradores e algumas lideranças, dos parâmetros de bem-estar urbano definidos pela lógica mercantil e instituídos pelo Estado. Alguns desses parâmetros, ao serem expostos como necessidades e como direito, entraram em choque com os princípios norteadores do projeto, provocando um intenso debate, com revisão de propostas por ambas as partes envolvidas. Vejamos, como exemplos, quatro situações de tensão.

A primeira diz respeito à ideologia da casa própria. Sabemos que a propriedade privada da terra é a condição primeira para a mercantilização da cidade. Sabemos também que a casa própria é, ao mesmo tempo, uma mercadoria excepcionalmente lucrativa graças à livre especulação imobiliária e uma forte ideologia permanentemente retroalimentada pelas políticas habitacionais, inclusive por programas como o MCMV-Entidades, direcionado para a produção autogestionária. A propriedade privada da moradia está nos corações e mentes da população brasileira como única forma segura de garantia de um teto, hoje e no futuro, embora essa segurança nem sempre se confirme no cotidiano dos trabalhadores.

A instância coletiva como instância de poder para garantir direitos tem uma presença tímida na nossa cultura política. Qualquer forma de direito coletivo de posse é vista, a princípio, como de alto risco. A crença na estratégia individual ou familiar para alcançar uma vida melhor se difundiu no país nas três últimas décadas, impulsionada pela teologia da prosperidade e pelo empreendedorismo. A aposta em estratégias coletivas está condicionada à formação de identidades coletivas em torno de interesses e projetos comuns, forjados, seja no lugar de trabalho, seja no lugar de reprodução da vida. A experiência uruguaia de produção habitacional por cooperativas,<sup>5</sup> sob o regime da propriedade coletiva, é exemplar, nesse sentido, servindo de referência para muitos movimentos de moradia latino-americanos.

No Uruguai, essa cultura cooperativa começou a ser construída ainda nos anos 1960, por uma classe operária com forte identidade sindical. No Brasil, a base social dos movimentos de moradia é formada por trabalhadores em situação laboral instável e com poucas experiências comunitárias de luta e conquistas que demonstrem o potencial das ações coletivas e das formas coletivas de propriedade para a elevação da qualidade de vida urbana.

Nos debates em Solano Trindade, essa temática ganhou em complexidade, expondo a força da ideologia da casa própria. O projeto global para todo o terreno (ainda em processo de regularização) prevê: (i) a construção de novas habitações unifamiliares; (ii) a requalificação de dois edifícios para moradia temporária, alojamento, auditório, restaurante e biblioteca; (iii) produção agroecológica; e (iv) construção do centro de formação politécnica e experimentação de tecnologias alternativas. Para atender às exigências do MCMV-Entidades, a área das novas habitações deveria ser desmembrada em forma de condomínio ou loteamento, para tornar possível a individualização dos contratos de concessão de uso com a Caixa. O restante da área da ocupação permaneceria sob o domínio legal do movimento. Essa divisão dentro da ocupação entre direito de

concessão individual e direito de concessão coletivo foi problematizada pela assessoria com os argumentos acima mencionados, inclusive para se pensar alternativas caso o financiamento público não se realizasse, como foi o caso. Ao longo desse debate, ficou evidente que a individualização do direito de uso não respondia apenas à exigência da Caixa, mas aos ideais das lideranças e moradores.

Com a suspensão do Programa, a estratégia foi buscar recursos para a requalificação de um dos prédios para a produção de doze moradias. Nesse caso, as moradias, por estarem em um dos prédios projetados para uso coletivo, foram consideradas “temporárias” pelo movimento, sem, no entanto, qualquer previsão para a construção das “definitivas”. Como resultado, foram projetadas e construídas em conjunto com a assessoria, casas padrão para abrigar famílias de tamanhos diversos. Vemos a velha adequação da família à casa, perpetuada pelas políticas habitacionais. As contradições que afloraram nesse caso não foram somente entre assessoria e movimento, mas no interior do próprio movimento, entre as famílias, que buscavam uma casa adequada às suas necessidades, e as lideranças, movidas por suas estratégias políticas. Ratificou-se, nesse evento, a

5. Dentre as inúmeras publicações sobre a experiência uruguaia, indico o livro organizado por Benjamín Nahoum: NAHOUM, B. (1999). *Las cooperativas de vivienda por ayuda mutuas uruguayas*. Sevilla/Montevidéu: Junta de Andalucía/Intendencia Municipal de Montevidéu.

ideia de que somente a posse individual da moradia garante ao possuidor o poder de adequá-la às suas necessidades. No entanto, trata-se de um longo processo conflituoso de produção coletiva do espaço urbano com caminhos ainda em aberto. Em breve, teremos a mudança das famílias para suas moradias “temporárias” e a apropriação desses espaços de modo a responder às suas necessidades.

A segunda situação de tensão está diretamente relacionada à primeira e se refere às duas alternativas urbanísticas de implantação das novas habitações, que constam nas normas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): as formas loteamento e condomínio, sendo a primeira composta por espaços privados e públicos e a segunda, por espaços privados e coletivos. O projeto global para o terreno, intensamente discutido com o movimento, prevê, além das novas moradias, espaços para atividades coletivas diversas, descritas anteriormente. A partir desse projeto, os arquitetos do grupo de assessoria buscaram uma forma espacial para o conjunto das novas moradias (cuja área deveria ser desmembrada), que possibilitasse a integração com os outros espaços da ocupação e evitasse a rigidez dos lotes contínuos com área mínima definida por lei. Ou seja, por trás da concepção dos arquitetos havia um pressuposto de que a maior flexibilidade no arranjo espacial das casas e áreas livres poderia estimular o desenvolvimento das atividades coletivas de trabalho e lazer, tanto nas áreas comuns

do condomínio quanto nas demais áreas do movimento. A proposta, portanto, se diferenciava do padrão “condomínio fechado”, reproduzido em larga escala pelas duas modalidades (Empresarial e Entidades) do PMCMV, nas periferias urbanas.

O movimento foi absolutamente contrário à solução condominial, argumentando em favor dos espaços públicos (ruas e praças) que seriam criados seguindo os marcos regulatórios de loteamentos urbanos. Nesse caso, foi acionado um princípio político que orienta as ações do MNLN no Rio de Janeiro no sentido da desmercantilização da cidade: ocupar imóveis públicos que devem permanecer públicos, lançando mão da concessão de uso para famílias morarem ou da doação de vias e praças para o município. A esse princípio se somou o argumento dos custos de manutenção das áreas comuns de um condomínio, nas mãos de moradores de baixíssima renda. As lideranças utilizaram exemplos de condomínios financiados pelo PMCMV, em que as áreas comuns já estavam degradadas.

O contra-argumento da assessoria se sustentou na realidade das periferias urbanas, marcada pelo descaso do poder público com as vias e praças recebidas como doação ao longo do processo de urbanização. Condomínios integrados a espaços coletivos de trabalho, geridos por famílias organizadas politicamente, se afastariam do padrão dos condomínios populares disseminados no Brasil e serviriam como experiência exemplar para os moradores da região e para a

revisão de nossas formulações teórico-práticas sobre a democratização da cidade. No entanto, para as lideranças, a inovação no projeto condominial tinha chances de não ser materializada, frente ao baixo grau de politização das famílias envolvidas, até aquele momento. A possibilidade, no futuro, das famílias não terem condições de manter coletivamente os espaços comuns sustentou a escolha do movimento pelo loteamento, uma forma de urbanização já conhecida por moradores e lideranças, forma essa geradora das periferias e das lutas sociais para transformá-las em cidade. O loteamento popular é um problema conhecido, assim como as estratégias políticas para tentar resolvê-lo, embora a conjuntura atual de privatização dos serviços urbanos dificulte o sucesso da luta. O condomínio organizado coletivamente em torno do trabalho é uma “solução” desconhecida, não experimentada, que, por isso, requer um tempo mais longo de maturação das ideias e experimentações.

O muro como dispositivo de segurança foi outro tema que provocou uma rica troca de argumentações entre os acadêmicos e o movimento. Ao longo da primeira fase da ocupação, antes da reorientação do projeto habitacional para adequação ao MCMV-Entidades, havia uma rotina de reuniões

semanais envolvendo em torno de trinta famílias, lideranças, professores, alunos e arquitetos autônomos, para trocarmos ideias sobre as diferentes concepções do bairro ideal e da moradia digna presentes no imaginário de cada um dos participantes. Primeiramente, foram apresentados, pela assessoria, projetos habitacionais autogestionários nacionais e internacionais, com a intenção de ampliar o campo do possível para as famílias. Em geral, as reações eram de surpresa e um certo encantamento com padrões de moradia nunca vistos, como no caso uruguaio.

Em seguida, foram feitas caminhadas de reconhecimento das áreas do entorno e o mapeamento dos problemas reconhecidos por cada família. A violência apareceu como problema e os muros, como solução.<sup>6</sup> As argumentações contrárias aos muros por parte da assessoria iam desde o padrão excludente que os muros impõem à cidade, até o efeito inverso ao desejado, por impedir que as ruas sejam uma extensão das casas, lugar da sociabilidade e, por isso, do controle social. No entanto, a solução privada da autoproteção, que é uma das expressões do aprofundamento do individualismo na nossa sociedade, foi esvaziada pelo relato de uma das mães presente na discussão: sua filha adolescente havia escapado de

6. Uma das famílias produziu uma maquete de sua moradia ideal: uma casa de um pavimento, de sala e dois quartos, cercada por um muro, próximo da construção, com a altura do pé direito.

uma tentativa de agressão, numa rua próxima margeada por um longo muro, ao conseguir alcançar um portão de grade, ser vista e socorrida. O impacto do relato foi surpreendente, pois demonstrou a relação entre os muros e a insegurança das ruas. Fica claro que os argumentos e contra-argumentos num embate de ideias, ganham amplitude e clareza se fizerem uso de experiências concretas que tenham um sentido prático para as pessoas envolvidas.

Por fim, algumas ideias exploratórias sobre as contradições em torno do desenvolvimento de tecnologias alternativas no setor de serviços urbanos: esgoto, água, drenagem, eletricidade e gás. A ocupação está localizada numa região inundável em época de chuva, sem rede de esgoto e com fornecimento de água potável intermitente ou inexistente. Por isso, desde o início da ocupação, houve a busca por soluções alternativas que garantissem condições básicas de habitabilidade para as famílias. Vêm sendo experimentadas diferentes tecnologias por meio de oficinas práticas abertas, não apenas para os participantes do projeto de extensão, mas para demais alunos e trabalhadores. Os resultados das oficinas têm sido bastante positivos, na avaliação de todos, especialmente na área de saneamento. Minha intenção

não é apresentar as técnicas que vêm sendo desenvolvidas e seus resultados e, sim, chamar atenção para contradições subjacentes às práticas em curso.

A luta por serviços urbanos públicos é uma luta histórica dos movimentos sociais e dos intelectuais comprometidos com a democratização da cidade. Com a privatização dos serviços a partir dos anos 1990, o Estado somou a uma situação histórica de exclusão – áreas periféricas sem o fornecimento dos serviços – uma nova situação: famílias sem condições de arcar com o custo das tarifas, onde os serviços chegaram. Portanto, são duas as frentes de luta hoje: expansão dos serviços (estando implícito a qualidade destes) e sua desmercantilização. Vale dizer que as empresas estatais prestadoras de serviço atuam na lógica mercantil, buscando maior rentabilidade para seus investimentos. Mesmo no quadro de enorme retrocesso das políticas redistributivas, a estratégia da luta se conserva na direção da redistribuição e, particularmente, dos subsídios para a classe trabalhadora precarizada. Nesse quadro, a autoprodução e autogestão coletiva de serviços urbanos por meio de tecnologias alternativas aos grandes sistemas e redes de fornecimento são pensadas como processos paliativos no tempo de espera pela política pública.

A experiência extensionista em Solano Trindade nos ativa a imaginar formas mais complexas, ou mais híbridas, de produção e gestão de serviços urbanos nas áreas de expansão das cidades. A captação de água da chuva, a Bacia de Evapotranspiração (BET) ou a energia fotovoltaica, por exemplo, se mostraram tecnologias de fácil apropriação, com grande impacto na melhoria das condições de reprodução das famílias e podendo ser replicadas nos bairros como empreendimentos econômicos populares. Esse conhecimento praticado é fonte de poder popular e, por isso, deve ser integrado aos projetos de universalização dos serviços urbanos apoiados apenas nos grandes sistemas de fornecimento. Assim, podemos pensar as tecnologias alternativas não mais como paliativas, mas como componentes da política de universalização dos serviços urbanos.

## CONCLUINDO

Para finalizar este texto, retorno ao campus universitário, às salas de aula e de pesquisa, aos auditórios, enfim, a todos os espaços em que a troca de conhecimento se realiza. As práticas extensionistas, como as apresentadas anteriormente, têm um grande poder transformador da vida universitária, nos incitando a rever nossos paradigmas e a ampliar nossa visão de mundo. A Extensão Universitária é a transdisciplinaridade praticada, que pode abrir caminhos para um pensamento transdisciplinar. Nesse sentido, ela faz parte de uma concepção particular de universidade, produtora de uma interpretação crítica da realidade social e de sua transformação.

Experimentamos, nas duas últimas décadas, a crescente diversidade social do corpo discente das universidades públicas e com ela, a emergência de novas contradições e novos desafios pedagógicos. As tensões entre os saberes acadêmico e popular estão agora nas salas de aula e nos grupos de pesquisa. As trocas dialógicas entre esses saberes, exercitadas nas experiências extensionistas podem instruir novas práticas de ensino e pesquisa que sustentem e estimulem a continuidade do projeto de democratização do ensino universitário, hoje, violentamente ameaçado.





Ocupação 9 de Julho, São Paulo, 2019  
foto\_ Camila D'Ottaviano

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PARCERIA

*Jorge Bassani*

*Camila D'Ottaviano*

## CAPÍTULO 3

Este texto expõe ponderações e inquietações resultantes de nossas práticas cotidianas de Extensão Universitária dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Mas, é resultado também do nosso esforço em pensar a Extensão para além do nosso dia-a-dia, na interação com colegas de outras escolas e campos de atuação, sempre tendo o urbano – sob a ótica da noção ampla de *direito à cidade* – como objeto central.

Porque pensamos que a prática da Extensão pode ter um papel transformador na formação de jovens arquitetos, urbanistas e planejadores urbanos,<sup>1</sup> procuramos elucidar aqui de que forma e com que estratégias esse papel pode se dar.

## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA HOJE

A universidade brasileira tem, tradicionalmente, uma dupla relação com a sociedade. De uma parte, tem produzido reflexões profundas e consistentes sobre a própria sociedade, seus mecanismos dinâmicos e complexos. De outra, mantém um distanciamento indesejado, mas real, dessa mesma sociedade.

Atualmente, cerca de 20% dos jovens em idade para tanto estão regularmente matriculados em cursos superiores no Brasil<sup>2</sup> – se consideramos as universidades públicas, esse percentual é ainda menor. Políticas de inclusão<sup>3</sup> (como as cotas e o ProUni<sup>4</sup>) têm sido uma das estratégias de enfrentamento dessa face de relativo distanciamento. Mas persistem ainda a distância decorrente da própria produção de conhecimento (dito erudito) e a endogenia que por vezes caracteriza essa produção.

Não se pretende aqui diminuir a importância da produção do conhecimento para a sociedade como um todo – sim, acreditamos que a produção do conhecimento *strito sensu* pela universidade é muito importante. O que se quer é apenas indicar que o caminho percorrido por esse conhecimento até a sociedade é muitas vezes tortuoso e indireto. Poucas vezes conseguimos estabelecer um vínculo estreito entre nossas pesquisas e a sociedade. E essa é uma questão particularmente relevante para uma área do conhecimento pertencente às “ciências sociais aplicadas”, como é o caso do Planejamento Urbano e Regional.

Ora, um acompanhamento próximo por parte da sociedade do que produzimos e fazemos dentro das nossas universidades é absolutamente necessário – sabemos, a partir de nossa vivência cotidiana, que essa relação estreita entre universidade e sociedade pode beneficiar a todos. Num momento como o que vivemos no Brasil, em que a Universidade Pública é questionada

1. Para o debate sobre urbanismo e planejamento urbano ver ROVATI, J. F. (2013). Urbanismo versus Planejamento Urbano? RBEUR, v. 15, n. 1, maio, p. 33-58.

2. Fonte: Censo da Educação Superior/INEP 2015 e Censo Demográfico 2010.

3. A Lei nº 12.711 de 2012, ou Lei de Cotas, instituiu a reserva de metade das vagas nas universidades públicas federais para candidatos negros, pardos, índios e que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública. A Universidade de São Paulo aderiu ao programa de cotas em 2017, porém definindo um máximo de 30% do número total de vagas. O informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 13 de novembro de 2019, apontou que, pela primeira vez, negros (pretos e pardos) são maioria no ensino superior público, alcançando 50,3% dos estudantes matriculados. No entanto, o atual quadro de contingenciamento das verbas públicas para educação tem colocado em risco essa política, uma vez que inviabiliza programas de permanência nas universidades para alunos de baixa renda.

4. FELICETTI, V.L.; CABRERA, A. F.; & COSTA-MOROSINI, M. (2014). Aluno ProUni: impacto na instituição de educação superior e na sociedade. Revista Iberoamericana de Educación Superior, vol. 5, #13, pp.21-39.

em todas as suas dimensões,<sup>5</sup> vemos como de fundamental importância a realização de atividades nas quais nosso trabalho seja melhor compreendido, especialmente pelos que mais demandam e necessitam transformações profundas no seu cotidiano. A Extensão Universitária, para nós, é uma das formas mais eficientes e diretas para a construção e fortalecimento desse vínculo.

A Extensão, no âmbito das nossas atividades como docentes de Universidade Pública (nos referimos aqui às instituições públicas de maneira geral), pode exercer o papel de *condensador* (vale aqui lembrar esse termo, muito apreciado pelos construtivistas soviéticos) do trabalho científico-acadêmico, em múltiplos sentidos. Por um lado, as atividades de Extensão podem ser responsáveis pelo *agenciamento de situações*, colocando em movimento objetivos, desenvolvimentos, expectativas e resultados das nossas duas outras áreas de atuação, Ensino e Pesquisa.

As condições de trabalho em Extensão permitem este agenciamento por envolver, a partir de projeto (programa nos vínculos didático e roteirização), práticas multidirecionais, pois está sujeita à participação (e às reações) da comunidade parceria do projeto e do território de seu exercício.<sup>6</sup>

Mas a Extensão deve representar também uma experiência de formação, na qual cada ação realizada têm o potencial de condensar dois extremos, professores e alunos, que abandonam essa relação dual na medida em que uma triangulação se estabelece, com a participação de um terceiro ator, o público alvo da atividade.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a **relação transformadora** entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da **praxis** de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a **troca de saberes** sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.<sup>7</sup>

5. Ao longo de 2019, o governo federal contingenciou verbas das universidades federais, inviabilizando muitas atividades, cortou bolsas de estudos tanto de graduandos quanto de pós-graduandos, cortou verba de projetos de pesquisa e afirmou, entre outras coisas, que a universidade era lugar de balbúrdia e que cursos como os de filosofia não deveriam receber verba federal pois não eram prioritários.

6. BASSANI, J. (2019). Um percurso pessoal e intransferível. Memorial de Livre-docência. São Paulo: FAUUSP, p. 52.

7. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS/FORPROEX (2012). Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS, p. 21-22 (grifo dos autores).

Porém, a dualidade desconstruída de forma mais contundente pela prática extensionista é justamente entre *teoria* e *prática*. No nosso labor cotidiano a prática da Extensão coloca-se diante de dois desafios principais: a garantia da *experiência do real* e, ao mesmo tempo, de sua continuidade e capilaridade, internas e externas à academia. No âmbito do planejamento urbano e regional, a definição da Extensão como *prática do real* nos ajuda a delimitar de forma mais clara de qual Extensão tratamos.

Não entendemos por Extensão “tudo aquilo que não é Ensino e Pesquisa” – atividades como palestras, curadorias, entrevistas para jornais e muitas outras, até mesmo a participação em bancas externas, ações, em muitas universidades, enquadradas como atividades de Extensão. Na verdade, as atividades acadêmicas, por natureza, de modo geral são variadas e multiformes. Contudo, ao definirmos a Extensão como uma possibilidade de *prática transformadora*, apontamos para um *agir* necessariamente territorializado e participativo.

Uma das formas de distinção entre outras práticas acadêmicas e a Extensão se dá, portanto, em função do processo e seus resultados. Não há dúvida, por exemplo, que preparar uma conferência e apresentá-la com competência é aspecto importante do trabalho docente. Contudo, tal atividade

muito difere do desenvolvimento de um projeto de ação continuada realizada junto a comunidades urbanas – onde “junto” significa “com” e não “para”.<sup>8</sup>

Uma atividade de Extensão agrupa estudantes em torno de si e realiza-se em etapas sucessivas e programadas. O que a diferencia das atividades de pesquisa *stricto sensu* é justamente a importância do **processo**:

A distinção que cabe aqui é relativa ao processual como indutor da profundidade. Explicando: projetos, importantes e necessários, de extensão são realizados intramuros da Universidade ou em relação com um recorte social, com o objetivo de coletar dados ou proceder a aferições de trabalhos de pesquisa. Contudo, me interessa sobremaneira trabalhos de extensão em continuidade, ou, podemos dizer, que os objetivos encontram-se na manutenção da própria atividade como forma de criar vínculos afetivos e produtivos com as comunidades parceiras e com os estudantes. A continuidade também é o que propicia permeabilidade e capilaridade ao trabalho de extensão pelo simples fato que para manter em atividade os envolvidos neste tipo de trabalho, estudantes e comunidade, exige uma permanente expansão da massa produtiva com novos parceiros, questões e práticas. Expansão que impõe permanentes ações de pesquisas, avaliações e reflexões internas à Universidade nas mesmas proporções que o enraizamento territorial por meio do envolvimento participativo da comunidade.<sup>9</sup>

8. BASSANI, op. cit.

9. BASSANI, op. cit., p. 53.

Esse caráter de *continuidade das ações no território* é o que propicia que a Extensão seja uma atividade transformadora do ensino e da sociedade.

A ação transformadora só se dá quando a extensão, no dia a dia, se abre para a experimentação e para a diversidade; quando borra as fronteiras da teoria “ou” da prática; quando, com base na reunião de individualidades autônomas e singulares e a transformar, agrega, constrói um projeto coletivo, impulsiona um processo de formação.<sup>10</sup>

Com base nesse quadro mais amplo, entendemos que a Extensão deve ter um papel transformador, especificamente, também com relação à prática do planejamento urbano e regional.

## EXTENSÃO E A QUESTÃO URBANA

A “questão urbana” é um dos temas mais presentes nas pesquisas em planejamento urbano e regional. Historicamente, o intenso crescimento (demográfico e territorial) de nossas cidades se deu de forma notavelmente

desigual, injusta e seletiva. A maioria da população brasileira não tem acesso a uma oferta adequada de infraestrutura urbana (saneamento, transporte, etc.), habitação, saúde, educação e lazer. Durante a maré globalizante que decretou o fim o *Estado-do-bem-estar-social*, o Brasil experimentou por um breve período – em especial durante o segundo governo Lula (2007-2010) e o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014) – a presença de um poder público protagonista, promotor de investimentos públicos em infraestrutura e habitação e empenhado em mediar o resgate de dívidas sociais históricas. Contudo, essa visão logo perdeu fôlego, emergindo com força um novo alinhamento ideológico ultraliberal, que tem como uma de suas principais bandeiras a ideia do “Estado mínimo”.<sup>11</sup>

No âmbito do urbano, esse novo alinhamento implica na valorização de planos e políticas voltadas para a “captação de investimentos privados”, inclusive internacionais, via parcerias-público-privadas – investimentos que, quando acontecem, são direcionados (territorializados) para a chamada “cidade formal”, sobretudo para áreas de interesse do capital imobiliário.<sup>12</sup>

10. ROVATI, J. & D'OTTAVIANO, C. (2017). Os territórios da Extensão Universitária. In: D'OTTAVIANO & ROVATI. (Org.). Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: FAUUSP/ANPUR, p. 23.

11. Estado mínimo em relação aos direitos e redes de proteção aos mais pobres, conforme análises feitas pela economista Laura Carvalho. Ver, entre outros, BRENCK, C. & CARVALHO, L. (2019). Limites para o crescimento com mudança estrutural no Brasil no século XXI. Santiago: CEPAL.

12. MARICATO, E. (2002). Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2002; e NOBRE, E.A.C. (2018). Do Plano Diretor às Operações Urbanas Consorciadas: a ascensão do discurso neoliberal e dos grandes projetos urbanos no planejamento paulistano. Tese de Livre-Docência. São Paulo: FAUUSP.

Nesse contexto, setores da sociedade, pressionados pela precariedade dos territórios que habitam, se lançam na hercúlea tarefa de produção do espaço urbano “com as próprias mãos”. A tarefa é difícil, como bem sabemos. Porém, quase tão difícil é torna-la matéria de estudo dentro da universidade, proceder análises, avaliar resultados e, principalmente, quantificar e qualificar o tipo de envolvimento (para além do teórico, técnico e científico) que podemos ter nesses territórios e processos.

São muitas as áreas de conhecimento, os respectivos cursos, departamentos e pesquisas atentos a essas questões, que têm interessado especialmente às áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. Muitos professores e estudantes estão incorporando esse debate no cotidiano da Universidade, em disciplinas optativas, pesquisas e seminários. Nesse quadro de enfrentamento

da realidade extremamente desigual de nossas cidades é que as atividades de Extensão se colocam como algo desejável e capaz de levar a Universidade para além dos seus muros – segundo Paulo Freire,<sup>13</sup> quando pensamos em Extensão Universitária no Brasil, a atividade de Extensão deve ter como premissa<sup>14</sup> ser “algo que é levado por um sujeito que se encontra ‘atrás do muro’ àqueles que se encontram ‘além do muro’, ‘fora do muro’.”<sup>15</sup>

A cidade, ou a questão urbana em suas múltiplas escalas, abordagens e complexidade, se apresenta, então, como tema incontornável ao pensarmos a Extensão Universitária em Planejamento Urbano e Regional – e, por isso mesmo, exige uma abordagem *multi-inter-trans* disciplinar<sup>16</sup> na qual a *presença no território* emerge como desafio fundamental. Porque somente a partir da presença continuada no território

13. Nunca é demais lembrar: as primeiras experiências de Extensão Universitária como a entendemos só foram possíveis após a criação do Serviço de Extensão Universitária da Universidade do Recife (mais tarde Universidade Federal de Pernambuco – UFPE), no início dos anos 1960. Durante sua curta duração até o fechamento com o golpe militar, em 1964, o Serviço de Extensão Universitária foi dirigido pelo professor Paulo Freire.

14. O livro “Extensão ou Comunicação?” foi escrito durante do exílio de Paulo Freire, no Chile, a partir da sua experiência de “extensão agrícola” junto à sociedade agrária chilena (o livro foi publicado em 1969, sob o título de *Extención o Comunicación?*, pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária, em Santiago de Chile). Mesmo se tratando da sociedade agrícola chilena do final dos anos 1960, o livro continua sendo atual e uma referência importante para os estudiosos da Extensão Universitária “pontuados os dilemas da assimetria cultural implicados na atividade de extensão, pelo que o autor denomina “equivoco gnosiológico do conceito”, afirmando o papel do educador extensionista no combate à presunção de transferência mecânica de “conteúdos estendidos” e à “invasão cultural”, e na defesa de relações extensionistas da Universidade que contribuam para a emancipação dos sujeitos e a solução técnica dos seus problemas cotidianos por meio da “superação da doxa pelo logos” (BRITO, F. D. A. (2017). Extensão Universitária em tempos de crise. In D’OTTAVIANO & ROVATI, op. cit., pp. 26-35.)

15. FREIRE, P. (1983[1969]). Extensão ou Comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 12.

16. ROVATI & D’OTTAVIANO, op.cit.

somos capazes de vivenciar experiências extensionistas em parceria **com**. A partir da presença no território temos a oportunidade da vivência do **processo** como indutor de profundidade. Apenas a partir da **vivência** no território temos a oportunidade de efetivamente levarmos a produção e o usufruto do conhecimento para *além dos muros da Universidade*.

### TERRITÓRIO, APRENDIZADO E FORMAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DA REALIDADE

Em se falando de planejamento urbano, em todas as variações teóricas e práticas, do ensino de graduação às ações das administrações públicas, o termo território ganhou enorme presença nas duas últimas décadas. Já em 1983, André Corboz anunciava em seu hoje clássico *Le territoire comme palimpseste: “o território está na moda”*.<sup>17</sup> Mais interessante do que associar *estar na moda* com a banalização de um conceito (se é que existe um), é pensar porque o termo *território* tornou-se tão presente nas teorias e nos debates sobre

urbanismo, urbanização e a vida nas cidades nos tempos recentes. Este interesse se revela mais profundo quando adentramos o mundo universitário, em duas de suas bases, Ensino (formação) e Extensão.

Milton Santos expõe sua noção de território como sendo

(...) uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido individual e coletivo, o risco de renúncia ao futuro.<sup>18</sup>

E, nela, está explícita sua condição básica para nossa existência (individual e coletiva) e a extraordinária importância de seu estudo para a compreensão da vida social. As caracterizações de *impura* e *híbrida* e a demanda por *constante revisão histórica* denotam a fluidez, a instabilidade, as dinâmicas física e cultural, cada vez mais evidentes e proclamadas em relação ao território (na linha do *palimpsesto* de Corboz) como realidade ou conceito nunca finalizado, sempre em transformação, sempre em devir.

17. CORBOZ, A. (2004). El territorio como palimpsesto (1983). In A. M. RAMOS (ed). Lo urbano en 20 autores contemporáneos. Barcelona: ETSAB, pp. 25-34.

18. SANTOS, M. (1998). Território. In M. SANTOS, M.A. SOUZA & M.L. SILVEIRA (org). Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 15.

Entretanto, a característica que talvez mais tenha sido evidenciada pelas teorias sobre o território (especialmente os urbanos) é a permanente tensão socioambiental advinda de disputas internas e externas a ele. É nessa direção que tem caminhado grande parte da Geografia Nova, em construção desde a década de 1960 por nomes como David Harvey ou Edward Soja. Giuseppe Dematteis indica a linha teórica pretendida para uma renovação da geografia para além da descrição física e, ao citar autores, aponta para a pluridisciplinaridade:

Neste ambiente praticamente revolucionário, a teoria de referência era o marxismo, efetivado com várias faces: historicista, estruturalista etc. Autores como H. Lefebvre, D. Harvey e M. Castells sugeriam novas interpretações do espaço geográfico como 'território', isto é, como objeto de disputa e dominação.<sup>19</sup>

Mas Dematteis, para compreender os processos em andamento nos espaços da sociedade contemporânea, não se restringe a geógrafos e sociólogos, recorre também a filósofos (e não somente a Lefebvre). Assim, aos poucos, os estudos sobre o território incorporam a densidade conceitual e a complexidade dos fenômenos que o caracterizam.

A década de 1980 é marcada pela emergência de conceitos e teorias dedicadas à ampliação da noção de território para além do recorte "terra inerte sobre o qual se assenta uma população". Na verdade, passou-se desde então a denominar *território* aos processos decorrentes das relações entre a população e a terra e aos arranjos socioculturais delas oriundos.

Dois obras de 1980 fornecem as bases para o campo ampliado dos estudos territoriais. A primeira é a tese de doutoramento do geógrafo Claude Raffestin, *Por uma geografia do poder*,<sup>20</sup> um ponto de inflexão na construção (em processo desde os anos 1960) da *Nova Geografia* ou *Geografia Crítica*. Naquela tese estão postos os dois pilares dessa construção: de uma parte, a expansão da disciplina para outras áreas, especialmente a filosofia, onde os interlocutores são Lefebvre, Deleuze, Foucault e mesmo Wittgenstein; de outra, a dupla Gilles Deleuze e Félix Guattari, um filósofo e outro psicanalista, autores de *Mil platôs*<sup>21</sup> – um desses *platôs* é justamente uma profunda e complexa conceituação de território.

Raffestin investe em um conceito para o termo, porque "o estatuto de conceito permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção." E assim procede a partir da diferenciação do conceito de espaço: "é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível".<sup>22</sup>

Raffestin define o território como o espaço das disputas, politizado desde a origem. Já Deleuze e Guattari propõem em *Mil Platôs* uma nova e extensa interpretação do termo, tomado como verbo, como ação. Seus conceitos de territorialização e desterritorialização são bastante complexos. Contudo, trazem em si questões muito objetivas quanto ao valor *culturalista* (não somente cultural, no sentido artístico) dos fazeres e costumes dos homens sobre seu espaço de viver. Isso, em absoluto, diminui seu status político. Ao contrário, o exacerba, ao propor que fazer política equivale a fazer território, a se territorializar – para Deleuze e Guattari, territorialização é qualidade (não quantidade) eminentemente política e, pontualmente, nos sistemas de linguagem, produção de informação e enunciados.

Esta breve síntese acerca do conceito de território teve o propósito de ressaltar sua presença forte nos discursos técnicos e políticos e nas práticas do urbanismo do século 21. O termo território se materializa como a plataforma *cronotópica* onde os conflitos sociais urbanos se espacializam, se materializam, são codificados. Como afirmamos anteriormente, mais que a busca por uma haste entre a teoria sobre o território e os acontecimentos socioespacializados, o que nos interessa é identificar que a adoção do termo por diversas disciplinas que se debruçam sobre a cidade e a vida urbana evidencia uma situação urbana que impõe uma denominação, uma nova condição conceitual.

A complexidade, as dinâmicas socioculturais e migratórias, os fluxos intensos, os conflitos nas ruas, a segregação agressiva das populações, a mercantilização ao nível da ultra-abstração do lugar na cidade, as tribos urbanas, e muitos outros sintomas da nova condição urbana na chamada pós-modernidade, devem receber todo o crédito por colocar de forma onipresente o termo território para se referir, tanto à coisa urbana, quanto às expressões físicas e intangíveis resultantes das fricções da população com seu pedaço de terra.

19. DEMATTEIS, G. (2005). Geografia Democrática, território e desenvolvimento local. Formação, n.12, v.2, p. 21.

20. RAFFESTIN, C. (1993). Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática.

21. DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1995-1997). Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia 2. São Paulo: Editora 34.

22. RAFFESTIN, op. cit., p. 143.

Nesse quadro, bastante conhecido e até consensual como ponto de partida para estratégias muito diversificadas, é que queremos contextualizar (e, assim, qualificar) a Extensão Universitária. Podemos dizer, grosseiramente, que há uma “tradição” no pensamento sobre a Extensão, no sentido *universidade > comunidade*. Como se o conhecimento articulado no ambiente da academia fosse aplicado, e até parcialmente disseminado, em comunidades situadas “fora” de seus limites geográficos e sociais. Não queremos apontar um comportamento assistencialista ou paternalista, mas sim uma indicação de geração de conhecimento e interação com a realidade social num espectro amplo e variável.

O que se quer ressaltar é que, para a formação do planejador urbano nos dias de hoje, a Extensão deve ser colocada em outro patamar na sua relação com o ensino. Ela talvez seja o único canal para a inversão da lógica de fluxo de conhecimento da universidade para a comunidade territorializada. O projeto de Extensão continuado e articulado com os atores locais permite ao estudante aprender com os processos de territorialização cotidianos na cidade. Não por redundância, mas em ênfase, com a Extensão é possível territorializar a experiência de aprendizado do estudante.

São dois os aspectos dessa questão que queremos explorar aqui rapidamente. O primeiro é relativo à própria necessidade de deslocamento das estratégias didáticas; o segundo é o tipo de experiência didática que a Extensão possibilita e porque a consideramos a mais efetiva.

Sobre o primeiro, não há a necessidade de elencar as profundas transformações verificadas na atividade do urbanista/planejador urbano (e, portanto, na formação) no último quarto do século 20. Já foram profundamente discutidas a crise dos modelos analíticos, das representações e dos procedimentos que embasaram a disciplina a partir notadamente da década de 1970. Não cabe aqui aprofundá-las como justificativa para repensarmos a formação desse profissional/pesquisador. O que queremos enfatizar é que grande parte dos questionamentos em relação ao desempenho dos urbanistas e planejadores (e, na mesma proporção, de como as Universidades os formam), insere-se na mesma lógica da necessidade de novos conceitos para tratar a complexidade da matéria e cultura urbanas. Ou seja, nosso interesse concentra-se em entender por que, por uma exigência das novas condições urbanas, o *território entrou na moda*. Em síntese, queremos ressaltar que a complexidade, a heterogeneidade, as disputas e os conflitos que caracterizam a vida urbana contemporânea exigem novos procedimentos para a abordagem do ambiente urbano, especialmente no que diz respeito às novas gerações de profissionais que formamos.

Se o tema central é relativamente simples e já corrente, no entanto, ainda carece de insistência pragmática. “Aprender com o território” é o mantra. Mas, as estratégias para tanto ainda estão sendo testadas – e, aparentemente, assim continuarão por um longo tempo, uma vez que assentadas sobre o *palimpsesto*, o *devenir*, dos territórios urbanos. Nessa condição, mais do que o *aprender com o território* (de alguma maneira já experimentado pelas representações e modelos analíticos dos “modernos”), devemos, juntos (professores, estudantes e população), aprender a nos *territorializar*, adentrar os códigos do território para alcançar níveis flexíveis de respostas de acordo com suas dinâmicas. Territorializar-se implica prioritariamente entender que territórios são entes ativos e, especialmente, reativos. Para profissionais incumbidos de planejar, pensar e desenhar o espaço dos acontecimentos urbanos, esta compreensão tornou-se imprescindível.

Isso nos leva ao segundo aspecto apontado: o papel desempenhado pelos projetos continuados de Extensão nesse contexto. A relevância dada à frequência dos espaços em disputas territorializadas como principal via para o estudante ter consciência da transitoriedade urbana, que não permite respostas *a priori*, pode dar a falsa impressão que consideramos suficiente transferirmos nossas aulas para lugares públicos e comunidades específicas. Ao contrário, consideramos que o lugar da reflexão e crítica sobre a disciplina urbanística é o do

debate em grupo e em condições espaciais para tanto, a saber a sala de aula e as leituras (verbais e visuais). Até o momento, esta situação de formulação das bases teóricas e exercícios propositivos não foi substituída, apesar das grandes transformações pelas quais tem passado.

Como “transferência de conhecimento”, debates e situações laboratoriais de estudos urbanos, a aula fora do ambiente escolar posicionaria o território como “estudo de caso” (o que também acontece com parte das pesquisas direcionadas aos seus estudos). A Extensão por nós defendida mira outros patamares: deve ser vista como complementar e subsidiária das atividades em sala de aula e, em grande parte, de pesquisas também. Esta outra forma de atuação instaura-se na condição de projeto, de trabalho contínuo, planejado, coletivo, dinâmico e adaptável ao território. Extrapola a condição cotidiana, programática e teleológica, das aulas e das pesquisas. Os conteúdos não são definidos de antemão no programa de curso, eles decorrem das experiências *com e no* território.

Contudo, é no *comprometimento* que a Extensão exige de todos, professores, estudantes e voluntários, que reside seu maior potencial: o da *territorialização* dos participantes. Em um projeto de Extensão, não é possível o exercício permanente do distanciamento (também necessário e praticado nas aulas e leituras) que as abstrações nos permitem. O processo

todo é de interação com a realidade de coisas e pessoas territorializadas. Isso é o que distingue o trabalho de Extensão Universitária. Ele não existe sem outras pessoas que não sejam aquelas que vêm da Universidade e é sempre realizado numa relação dialógica com a comunidade. Aqui, utilizamos a palavra *dialógica* em referência a Paulo Freire<sup>23</sup> e a tudo o que suas ideias trazem para a qualificação essencial do trabalho de Extensão: a construção do conhecimento no comum – comum porque se dá no cotidiano, porque é ordinário, é feito por muitos, em comunhão e cumplicidade.

## EXTENSÃO É PARCERIA

Associadas à complexidade (não dos conceitos e teorias sobre o território, mas de suas realidades físicas e sociais) sobrepõem-se outras questões, de natureza política e econômica: a condição neoliberal e o novo comportamento do Estado. Acerca dessas, alguns panoramas parecem inexoráveis. E assim o são porque estão francamente expostos pelos dois lados do embate capital e trabalho: a sociedade civil tomando em suas próprias mãos prerrogativas antes associadas ao Estado, entre elas a construção da cidade e da urbanidade necessária para habitá-la.

Por um lado, os enunciados do capital repaginado na nova lógica produtiva (e mais concentrado do que nunca) incidem violentamente sobre os territórios urbanos, com destaque para a construção civil, não mais impulsionada pelo excedente financeiro da produção industrial e sim, ela própria, facilitada por meio das “flexibilizações” legais promovidas pelas administrações municipais, gerando os ativos financeiros. Os impactos sobre o(s) valor(es) são sensíveis e tornou-se claramente o maior desafio para o planejamento nos nossos tempos.

No outro lado do embate, não se pode mais considerar unicamente que os “sem recursos” são “coitados” esmagados pelo capital. Esmagados podem até ser, sem acesso aos benefícios básicos da nova condição urbana. Mas, imersos em nossa lógica patrimonialista, são principalmente “sem propriedade”, portanto sempre em vias de ser sem morada, sem lugar (físico e simbólico) na cidade. No entanto, não são coitados. Um dos sintomas do avanço neoliberal é o fortalecimento de novos laços sociais, novas organizações civis e dos movimentos sociais, sem os quais não há chances de sobrevivência. Entre as missões dessas novas organizações está ter morada na cidade e ter direito a ela. Os nomes são vários para as novas práticas – micro, insurgente, contra-hegemônico, participativo. Porém, independentemente dos adjetivos, tratam-

23. FREIRE, op. cit.

se das ações urbanizadoras conduzidas por organizações comunitárias. Em comum a todas, a necessidade de construção de conhecimentos do e sobre o planejamento em outros níveis de territorialização.

Nesse contexto as *assessorais técnicas* cumprem um importante papel. Porém, têm uma relação limitada pelas incongruências dos saberes em movimento na ação de urbanizar. Ou seja: o resultado da ação dos escritórios técnicos das assessorais, na maioria das vezes, é fornecer respostas objetivas e *a priori*. O trabalho da Extensão Universitária de longo prazo, em um âmbito onde existe equivalência de saberes e, mais incisivamente, anseio pela construção do aprendizado, possibilita francamente a parceria na formulação dos problemas a partir da vivência com o território.

Na primeira parte deste texto enfatizamos os efeitos potencializados pela Extensão na formação do urbanista/planejador urbano. Devemos agora observar o outro lado do diálogo: a população parceira no trabalho de Extensão. É fundamental entender que se trata de uma parceria, caso contrário todo o trabalho fica limitado ao estudo de caso ou à aplicação de receitas prontas. As

experiências realizadas no âmbito da FAUUSP<sup>24</sup> nos mostram que quanto mais organizada e participativa é a comunidade, mais profunda é a experiência de trocas de conhecimento e mais estreito é o diálogo, no sentido da construção de conhecimentos comuns.

A discussão aqui proposta baseia-se na compreensão do território como ação de territorialização. Também explicitamos o recorte conceitual que estabelece território como resultado momentâneo das relações da população com seu espaço. Portanto, não há como praticar níveis profundos de territorialização sem partir das relações interpessoais, entre universitários e população local.

O estudante universitário não vai para o território com respostas eminentemente técnicas. Ele rapidamente entende que as condições de existência nesses lugares não correspondem às idealizadas nos laboratórios acadêmicos, exigindo, portanto, a criação de um código, um território para compartilhar. É desse lugar comum que surgem as respostas às perguntas e problemas formulados no diálogo. Quanto mais se aprofunda o diálogo, mais elaboradas se tornam as perguntas e mais profundamente se vive o território, tanto para o universitário quanto para o ator parceiro local.

24. Para experiências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ver MELLO, B. C. E.; NODARI, G. R.; LERSCH, I. M.; & ROVATI, J. F. (2019). Práticas Urbanas Emergentes: extensão universitária. Porto Alegre: UFRGS; e MELLO, B. C. E.; NODARI, G. R.; LERSCH, I. M.; & ROVATI, J. F. (2019). Defensor, mediador, consultor: posicionando a universidade. In L. FERREIRA, P. OLIVEIRA & V. IACOVINI (Org). Dimensões do intervir em favelas: desafios e perspectivas. São Paulo: Peabiru TCA/LabLaje, pp. 233-240.

Com efeito, só o trabalho continuado, não eventual, pode alcançar a profundidade desejada. Existe uma enorme diferença entre enfrentar um problema pontual pré-definido em conjunto com a comunidade, e um diálogo com a comunidade visando escavar o território nos níveis mais profundos de subjetividade para identificar problemas e responder a eles. Nesta condição de trabalho continuada, geradora de parceria e confiança, identificamos o maior potencial da Extensão Universitária.

Na FAUUSP, alguns projetos de Extensão de longa duração com comunidades específicas têm possibilitado um trabalho contínuo, no qual as questões e abordagens vão se transformando com o tempo, assim como as próprias ferramentas de entendimento e proposição sobre o território. Embora sejam trabalhos operados a partir de um curso de arquitetura e urbanismo, o “projeto” tem ali a mesma presença que o mapeamento, a conversa, o olhar, a brincadeira, o comer junto. No conjunto, essas diversas atividades aproximam as pessoas e as *grudam* na terra para, a partir daí, desenvolverem um trabalho experimental de transformação territorial.

São projetos que, por estarem em processo há um longo tempo, passaram por fases muito distintas na construção de situações de trabalho em conjunto. Como exemplos temos os trabalhos coordenados pelo professor Euler Sandeville, em Perus, e pela professora Catharina Pinheiro, na

Vila Brasilândia, ambos com mais de cinco anos contínuos e com extensa produção de projetos e reflexões.

Em nossas práticas docentes, também constatamos que nossos projetos alcançam resultados mais profundos na medida em que encontramos condições de atuação mais duradoura nos territórios. Isto está acontecendo na Ilha do Bororé, projeto continuado há três anos, realizado em parceria com os coletivos e a escola pública locais. Esse trabalho, que começou com um simples mapeamento, hoje envolve diversos projetos formulados pela própria comunidade, relativos, por exemplo, à produção de agricultura orgânica e à documentação da memória histórica e geográfica do bairro, localizado em área de proteção ambiental na Represa Billings.

Processo semelhante tem acontecido com os movimentos por moradia nas ocupações no centro da cidade. No âmbito das cooperações entre trabalhos extensionistas realizamos um *workshop* com estudantes europeus e latino-americanos em ocupações na área central de São Paulo. Muito mais que “projetos arquitetônicos”, o *workshop* proporcionou relações e cumplicidades de trabalho que levaram à criação de uma “plataforma de diálogo” entre universitários e moradores. Esta plataforma foi então proposta e aprovada como projeto de Extensão – uma forma de consolidar ali o desejo de permanência e diálogo contínuo entre professores, estudantes e movimentos.

E assim temos permanentemente nos mobilizado para garantir o desenvolvimento e a continuidade dos nossos compromissos de trabalho e aprendizagem conjuntos. Isto se faz com base em acordos com nossos vários parceiros, de forma a construir uma relação de confiança e troca de saberes de longo prazo.

Extensão é **parceria**.





Ilha do Bororé, São Paulo, 2019.  
foto\_ Débora Laub

# CAPÍTULO 4

## O MUNDO MULTIPLEXO DO ORNITORRINCO DE PAPEL

UNIVERSIDADE, CIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

*Wrana Panizzi*

### INTRODUÇÃO

Um dia desses,<sup>1</sup> em um desses encontros casuais com o passado que só a mudança de um apartamento para outro proporciona, me deparei com uma grande quantidade de papéis e anotações que só uma mulher que quase cumpre bodas de rubi com Balzac e a Universidade, consegue ter. São anotações muitas, rabiscos perdidos que nem mais lembro o porquê de estarem ali, e outros que, ao vê-los me sinto tomada por sua *zeitgeist*. Espírito do tempo este, ardiloso, que nos envolve em sua teia, imobilizando-nos, como a areia que de grão em grão enche a casa e depois a soterra. Papéis e anotações escritas a esmo em tempos outros e que, pouco a pouco, tomam conta de todos os espaços em uma grandiosa festa aberta às traças. Mas que, quando extraídos de seu repouso *pró-tempore* junto às primeiras páginas de um livro ou sob uma outra centena delas nos desafiam a decifrá-la, como a velha esfinge que, metaforicamente, ameaça devorar aquele que diante dela se coloque e não a decifre.

São papéis avulsos como aqueles que Machado de Assis,<sup>2</sup> em outro tempo, reuniu e que, para evitar a ser devorado por eles, os pôs em um livro, e, a nós, hodiernamente, pediu ajuda para avaliar seu teor. Papéis esses que, dada a verossimilhança desta que escreve essas linhas, poderiam se colocar também ao lado dos diários de Clarice Lispector<sup>3</sup> ou das memórias de viagem de Cecília Meireles,<sup>4</sup> mas que, em verdade, estão mais próximos, dado o tom lúgubre das reflexões e das anotações fora de lugar, muito mais próximos aos objetos contidos no baú de espantos de Quintana<sup>5</sup> que, parafraseando Schwartz,<sup>6</sup> estão, muitos deles, senão a sua maioria, fora do lugar de onde emergiram.

Entre os muitos papéis que vão aos poucos acomodando-se nas caixas – alguns se destacam – e vejo muitos dos meus projetos de pesquisa de outrora e começo a reorganizar mentalmente o itinerário de pesquisa que, ao longo destes mais de quarenta anos de universidade, fui aos poucos construindo. Memórias de um

tempo outro, de uma universidade outra, de um momento histórico diverso do atual e que, dado o contexto em que vivemos, nos remete quase ao mesmo mal-estar dos poetas do fim do século passado que, enlevam de bucolismo o tempo que passou.

Mas, a reviver minhas memórias e a retomar essas anotações esparsas, agora espalhadas sobre a mesa, logo percebo que durante quase toda a minha trajetória de pesquisa sempre estive preocupada com a universidade e o seu papel,<sup>7</sup> a qualidade do ensino e sua a gratuidade,<sup>8</sup> a incidência social da universidade,<sup>9</sup> entre outras tantas coisas. Movimento esse que me levou recentemente a explorar as pradarias da grande Porto Alegre, de onde, recentemente, participei da avaliação do trabalho de mestrado de Silva,<sup>10</sup> que se ocupava dos impactos que o REUNI teve sobre aqueles a quem se destinava e de que modo isso produziu atravessamentos diversos nas trajetórias sociais destes alunos junto à universidade.

1. Uma versão preliminar deste texto foi publicada nos Anais do XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR, realizado em Natal/RN, em 2019. Também nesse texto homenageio o professor Chico de Oliveira o qual, através do ornitorrinco de papel que utilizo como metáfora e alter ego, me inspirou a escrever este singelo texto.

2. ASSIS, M. de (2011). *Papeis Avulsos*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras.

3. LISPECTOR, C. (2002). *Correspondências*. Rio de Janeiro: Rocco.

4. MEIRELES, C. (2016). *Diário de Bordo*. São Paulo: Global Editora.

5. QUINTANA, M. (2019). *Baú dos espantos*. São Paulo: Alfaguara.

6. SCHWARZ, R. (1992). *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades.

7. PANIZZI, W. (2006). *Universidade para que?* Porto Alegre: Libretos.

8. PANIZZI, W. (2004). *Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade.

9. PANIZZI, W. & MEIRELLES, M. (2018). *Porto Alegre e seus Quintanares: essa pequena grande cidade vista pelos olhos de Mário Quintana*. Mimeo.

10. SILVA, A. F. de (2018). *O REUNI na Universidade entre 2010-2016 e seu impacto na trajetória acadêmico-profissional dos alunos bolsistas do Sistema de Bibliotecas da UFRGS*. Dissertação de Mestrado. Novo Hamburgo: FEEVALE.

Mas também que meu olhar foi, sempre, desde a universidade, ora enquanto pesquisadora, ora enquanto gestora. Olhar esse que, em algum momento discuto sob a perspectiva de um olhar dialético<sup>11</sup> que busca pensar a autonomia da universidade desde um perspectiva filosófica que se propõe, parafraseando Galeano,<sup>12</sup> a deixar os atuais referenciais utilizados para pensar a universidade “de pernas para o ar”. E foi sempre desse modo que olhei a Universidade e a Cidade, desde a janela do meu escritório de pesquisa, a partir de estudos e determinados voos – ou melhor dizendo, breves flanares sobre a cidade – que timidamente me impus de uns tempos para cá, por sentir que a academia estava a esgotar-se nas velhas teorias sem com isso muito avançar.

Comecei então, ao som da clarineta de Veríssimo,<sup>13</sup> a deixar-me tomar pelo cheiro dos lírios que este cultivava em seu jardim junto a um centauro<sup>14</sup> que, de tempos em tempos, cobria aqueles pequenos espaços de terra que o concreto não conseguiu cobrir. E que como os lírios, eu também, ao lembrar-me do tempo que passou, encho os olhos de lágrimas. Mas era sempre o mesmo olhar, um mesmo determinado modo de ver a cidade e a universidade que se reproduzia

tanto nas aulas de graduação, com os neófitos que adentravam ao campo, quanto nas teses e dissertações, ou seja, daqueles que tinham o corpo marcado pelo sol e pelos caminhos e descaminhos da pesquisa universitária e que, com olhos de ressaca, tributários a Capitu,<sup>15</sup> dissimulavam e não se colocavam a pensar os limites que esse olhar viciado dos escritos canônicos acabavam por impor a suas pesquisas. Sentia-me, então, incomodada, uma pária social que como o ornitorrinco, dadas as suas particularidades biológicas, se faz diferente e única entre todos os mamíferos.

Eu precisava de ar, me sentia sufocada, precisava olhar a cidade e a universidade de outra maneira, precisava sentir seu cheiro, ver sua cor, precisava na cidade me perder para poder encontra-la e incursionar pelo modo como Mário Quintana percebe a cidade de Porto Alegre e suas mudanças como o fiz no texto “Porto Alegre e seus Quintanares: essa pequena grande cidade vista pelos olhos de Mário Quintana”,<sup>16</sup> que me permitiu realizar uma reviravolta epistêmica em meu objeto de estudo que, desde muito, têm sido a cidade e a universidade.

11. PANIZZI, W. (2017). *Autonomia na Universidade*. Porto Alegre: CirKula.

12. GALEANO, E. (2009). *De pernas para o ar*. Porto Alegre: LPM.

13. VERÍSSIMO, E. (1973). *Solo de Clarineta*. Porto Alegre: Globo.

14. SCLLIAR, M. (2004). *O centauro no jardim*. São Paulo: Companhia das Letras.

15. ASSIS, M. de (2014). *Dom Casmurro*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras.

16. PANIZZI e MEIRELLES, op. cit.

## UM BREVE FLANAR SOBRE A (C)IDADE

Já faz alguns anos que, quase toda semana – ou pelo menos uma vez por mês – costume me sentar num café à frente do meu antigo apartamento e conversar com um amigo professor e pesquisador. Digamos que de onde estou, um jovem pesquisador, cheio de ideias e sonhos que olha para cidade de um outro modo e faz dela uma leitura diversa. Uma leitura que busca pensar a cidade desde um outro ponto de vista, qual seja, das coisas que são intangíveis e que, muitas vezes, não percebemos por estarmos acostumados a pensar e ver a cidade sempre do mesmo modo como o sapo que vai acostumando-se com calor da água que aos poucos é aquecida até morrer cozido, como já escrevi em outro lugar.<sup>17</sup>

O café continua no mesmo lugar, o hábito de tomar café continua o mesmo. Contudo, com o tempo os donos mudaram e os hábitos que lá se encontravam, alguns continuam, outros, por não os ver mais, talvez tenham ido a estudar a geologia dos campos-santos.<sup>18</sup> Mas a velha esquina continua lá, são outras pessoas, mas a mobília e a arquitetura continuam as mesmas. Meus pensamentos é

que talvez, com o tempo, tenham assumido novos contornos e, novamente, como já fiz anteriormente em um texto dedicado a uma turma de formandos,<sup>19</sup> estejam querendo, mais uma vez, realizar um balanço e amarrar as pontas do passado como aquelas do presente como o faz Machado de Assis,<sup>20</sup> em sua senilidade, ao retornar a casa da Rua de Mata-Cavalos.

Mas voltemos à velha esquina e às conversas com esse colega a que me referi antes. Com ele aprendi a olhar para as pessoas que passam na calçada, a perceber o modo como as pessoas caminham, a olhar o modo como a rua é utilizada como um espaço de sociabilidade em função de nossa arquitetura que, hodiernamente, nos enclausura e nos torna cativos de nossos apartamentos de modo que, pouco ou nada sei do meu vizinho de andar ou, mesmo do professor que comigo divide a sala na Universidade, pois nossos encontros são apenas pontuais, fortuitos, nos corredores e elevadores do meu prédio e da universidade – tema esse com o qual também já me ocupei numa palestra que proferi para os alunos do Curso de Medicina da Faculdade Federal de Ciências Médicas e da Saúde, há uns dois anos atrás.

17. PANIZZI, 2017, op. cit.

18. ASSIS, 2014, op. cit.

19. PANIZZI, W. (2015). O canto da cidade: ou de uma ode sobre os seus fascínios e encantos. Porto Alegre: CirKula.

20. ASSIS, 2014, op. cit.

Conversando com esse colega, fui, aos poucos, ao longo de vários cafés e conversas, percebendo que a cidade tangível com a qual se ocupa a arquitetura e o urbanismo é bastante diversa daquela cidade que as pessoas percebem, daquela cidade que elas guardam na memória e que eu mesma já retomei há algumas páginas atrás quando escrevi um pequeno livreto intitulado “O canto da cidade: ou de uma ode sobre os seus fascínios e encantos”, o qual entreguei aos formandos e onde me ocupava da minha vinda para cidade de Porto Alegre e o modo como a percebia foi mudando ao longo do tempo.<sup>21</sup>

Uma cidade tangível que para os arquitetos e urbanistas está ligada ao seu plano diretor, ao modo como ela é ocupada, à finalidade de determinada área, à função social de aparatos técnicos e arquitetônicos etc., à relação entre o número de pessoas e o modo como elas utilizam os equipamentos urbanos. Profissionais que evitam com os escritos de Jane Jacobs<sup>22</sup> dialogar, uma vez que essa desafia o nosso pensar e o *mainstream* acadêmico das fórmulas e dos modernos softwares utilizados para se pensar e construir a cidade idealizada pela maioria dos arquitetos e urbanistas que são hoje formados em nossas universidades. Uma cidade tangível que coloca e exige em seu plano diretor praças e áreas verdes nos bairros e mesmo no interior de edifícios e condomínios – que têm a finalidade de

garantir a sociabilidade e contato como a natureza – mas que nunca, ou quase nunca, são utilizadas.

Eu mesma, nesses últimos meses que antecedem a escrita deste texto, dadas algumas coisas que me incomodavam em relação às minhas questões de pesquisa, à universidade e a essa certa sensação de finitude que as trinta e poucas primaveras depois de Balzac me garantem, às quais atrelam-se a minha estada na universidade e a atual conjuntura que se impõe para os próximos anos, optei por enclausurar-me no novo apartamento, isolando-me do mundo e, com ele, buscando ter um certo estranhamento. E, como na alegoria de Platão, optei durante esse tempo por não olhar a luz do sol e as cores, e somente ter contato com o mundo a partir da sombra daqueles que passavam diante da caverna.

Desse primeiro movimento, emergiu a figura do ornitorrinco, uma quase quimera biológico-filosófica que tornou-se, com o tempo, meu companheiro de reflexão e que, como o bode que é colocado no meio da sala, por um tempo me ajudou a resolver alguns problemas relacionados ao meu próprio método de trabalho e aos projetos que estava a desenvolver. Contudo, é hora desse ornitorrinco de papel, um origami que sobre a mesa da sala me fita, ganhar vida, ir além, ganhar materialidade.

21. PANIZZI, 2015, op. cit.

22. JACOBS, J. (2009). Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes.

É o momento de com esses escritos dialogar, de dar voz ao meu alter ego de papel e dar-lhe voz, de transmitir em simultâneo (duas ou mais mensagens), através de uma mesma construção discursiva, de uma mesma via, de deixar de lado minhas incertezas e de deixar o pensamento revolucionar.

Nessa referida alegoria, o diálogo proposto por Platão dá ênfase ao processo de conhecimento e busca mostrar a visão de mundo do ignorante, que vive de senso comum, e a do filósofo, na sua eterna busca da verdade. Mas qual verdade estava a procurar? O que me incomodava? O que esse tempo de reclusão me mostrou? A resposta para essas questões, contudo, estava em outra cidade, não na cidade estéril dos arquitetos e urbanistas, mas sim nessa cidade invisível, intangível, que só o olhar do humanista consegue descortinar.

Uma cidade pequenina que foi aos poucos crescendo e teve os céus recortados por gigantescas árvores de pedra, que teve suas ruas esgaçadas por fumegantes dragões movidos a óleo, que tornou-se a prisão de muitos a que tornou cativos e o manicômio

de outros que, em tempos de uma modernidade líquida, como diria Bauman,<sup>23</sup> tentam a ela, incessantemente, se adaptar. E vejo que, como estes últimos, me sinto enclausurada, presa a uma camisa de força e, também, me dou conta, no momento da escrita deste texto, que o meu tempo junto à universidade é quase findo pois, como costume brincar, muitas vezes, e cada vez têm sido mais frequente, já sou quase uma vaga. E isso, de certa forma, me incomoda, pois ainda tenho muito a pensar sobre a cidade – e logo agora que aprendi a sentir o seu cheiro... Mas chegou a hora de parar de olhar as sombras que há muito estão a se refletir na parede ao fundo. Chega de velhas teorias e modelos que buscam pensar a cidade e a universidade dentro de certos parâmetros que beiram o absurdo de se criarem praças e espaços que não são usados, de se criaram e se proporem políticas que nunca se efetivam e/ou que efetivamente tenham alguma incidência social. É hora de realizarmos uma reviravolta epistêmica. É o momento de pararmos de pensar a universidade a partir de sua dimensão utilitária como muito bem nos provocou Chauí,<sup>24</sup> em conferência realizada na Universidade de São Paulo anos atrás.

23. BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

24. CHAUI, M. (2014). *Contra a universidade operacional – a greve de 2014*. Disponível em: [https://www.adusp.org.br/files/database/2014/tex\\_chau\\_i.pdf](https://www.adusp.org.br/files/database/2014/tex_chau_i.pdf).

## O QUE ESTAVA A PROCURAR?

Toda vez que algo nos falta, toda vez que nos falta o ar, buscamos em algum lugar um porto seguro. E, em geral, são nossas vivências, ou seja, aquilo que temos na memória que primeiro acedemos nesses momentos. É quando em nossa vida adulta, ao precisarmos de conforto, evocamos a figura de nossos pais e o aconchego do colo materno. E que, com a batida cadenciada de seu coração e a sensação de conforto evocado pelo calor de seu ventre, nos deixamos levar, serenar e somos tomados por uma tranquilidade quase infinita, sabendo que ela sempre nos ajudará a alcançarmos aquilo que queremos.

Foi assim que, por infindáveis tardes, me coloquei na sala de minha casa a dialogar como meu ilustre amigo e, juntamente com ele, me pus a explorar meus escritos e minhas anotações de tempos outros, buscando encontrar aquilo que, sem saber, tinha perdido. Enquanto olhava os quadros que aos poucos ia recolocando nas paredes do novo apartamento, ia, também, aos poucos, reconstruído sua história e, em sua dimensão sensível, também a minha própria história e o porquê daquele quadro estar ali.

Foram muitas idas e vindas, muitos questionamentos e uma busca infindável de repostas que geravam cada vez mais perguntas quando, em verdade, percebi que ao retornar aos meus escritos estava a buscar a minha essência, a minha alma, os meus sonhos e as coisas em que acredito. Pois precisava disso para libertar e dar vida ao meu amigo de papel que, silenciosamente, fitava-me e tentava desnudar-me. Mas encontrar-se a si própria e olhar-se no espelho não é um tarefa fácil – o tempo deixa marcas e muitas vezes, furtivamente, nos rouba os sonhos e, ao seguir a dinâmica da vida, nos leva pessoas que amamos.

E, nesse sentido, encontrar-me comigo mesma representou um duplo movimento, de morte e renascimento, por um lado, e de desapego e finitude, por outro. Movimento esse que, funestamente, encontra na morte de minha mãe o próprio renascimento de minha persona social e me força a retomar outros vínculos sociais que, com o tempo, tinha abandonado e/ou deixado, furtivamente, para trás, escondidos embaixo do tapete. Mas que, também, me levou a aprender a lidar com o desapego com as coisas dadas, com aquilo que é tido como certo e que, na solidão de uma casa vazia, me ensinou a conviver com minhas inseguranças, medos e pensamentos – e, mais precisamente, com minha incompletude e a finitude da vida que o tempo nos impõe. Era preciso fechar mais esse ciclo, era preciso encontrar-me comigo mesma para um chá.

## O QUE ME INCOMODAVA?

Nasci em outra cidade, Passo Fundo, uma cidade pequena se comparada com Porto Alegre, da qual saí com minha mãe em vista das promessas da capital e do futuro que se descortinava à minha frente. Mas os anos se passaram e, por algum tempo, com outras cidades criei vínculos. Paris, uma metrópole europeia que fazia apequenar-se Porto Alegre. Mas apesar das idas e vindas, nem com a primeira, muito menos com a segunda, deixei de ter vínculos e com elas me relacionar e manter uma relação íntima, pois era nesse chão que estava enterrado o meu cordão umbilical.

Contudo, se com a primeira cidade não tinha problemas, minha relação com a segunda não era das mais calmas e sempre representou para mim um desafio. Pois coloquei-me a estudar a minha cidade, a cidade onde morava e com a qual tinha um vínculo forte. E estranhar o familiar, já dizia Gilberto Velho,<sup>25</sup> não é uma tarefa fácil para os antropólogos, o que dizer então para uma filósofa e jurista que resolveu ter essa mesma cidade como objeto de estudo e pesquisa.

Me incomodava essa dimensão experiencial e o fato de não conseguir me afastar o suficiente para conseguir sentir o cheiro da cidade, pois já estava acostumada com ele. Me incomodava o fato de não

conseguir estranhar os caminhos e de só seguir, como diz um velho ditado popular, o caminho do burro do padeiro. Não me aventurava mais a entrar por outras ruas e explorar a próxima quadra, pois era cômodo caminhar por aquelas ruas que já conhecia e cuja paisagem e geografia não mais me desafiavam. Que dirá ir a “outros lugares”, tomar “outros cafés” e/ou a “aventurar-me com novos temas”. Estava acomodada na panela e a água estava a aquecer, e sabia que, se continuasse inerte ali, iria com o tempo sucumbir ao lento cozimento imposto ao sapo.

Era o momento de pular para fora da panela e me impor novos desafios que escapavam aos escritos canônicos do meu campo disciplinar e de estudo.

## O QUE ESSE TEMPO DE RECLUSÃO ME MOSTROU?

Estar reclusa entre as paredes de um apartamento, no anonimato da cidade grande, onde pouco sabemos sobre nossos vizinhos e aqueles com quem dividimos o andar é, no mínimo desolador. Desolador mas propedêutico, na medida em que também nos ensina sobre a cidade e sobre as pessoas que nela vivem, e que de nada adianta pensar a cidade se as pessoas

25. VELHO, G. (1978). Observando o Familiar. In: NUNES, E. de O. A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar.

que nela estão não vivem a cidade. De tal desconhecimento da vida na cidade – e do modo como as pessoas se relacionam com ela – resultam projetos arquitetônicos e urbanísticos ineficazes que criam espaços que não são utilizados. São praças que são entregues à drogadição, são vias pelas quais poucos ou nenhum carro trafega.

Estar reclusa aos meus pensamentos durante esses meses que antecederam a escrita deste texto e o crescente interagir com o passado me permitiu enlevar alguns avanços epistêmicos no meu ponto de pensar e ver a cidade, bem como de resignificar o modo como eu me relaciono com essa cidade que é, também, o meu objeto de estudo e pesquisa há mais de trinta anos.

Estar reclusa e remexer nas minhas anotações de outrora me fez colocar a casa – e os pensamentos – em ordem. Me fez encontrar-me comigo mesma e retomar, agora, os ideais e as lutas de outrora. Me fez retomar meus escritos e olhar para eles desde uma outra perspectiva que não mais aquela dos meus anos de juventude, mas sim a partir de um corpo e olhar marcado pelo tempo, pelos caminhos e descaminhos da vida, e que, dado o atual contexto, urge, enormemente, retomar. São estes os ideais defendidos há mais de cem anos pelos estudantes da Universidade de Córdoba. Talvez por isso a minha afeição e simpatia com os ideais daqueles que, a cada ano, chegam à Universidade.

E que, também, é preciso que a Universidade pare um pouco de preocupar-se somente com a sua sobrevivência enquanto instituição secular e, assim como eu, olhe para trás, abra suas caixas antigas, olhe seus rabiscos e apontamentos e realize um balanço que lhe permita retomar a sua finalidade última, qual seja, de formar pensadores livres. Mas, principalmente, que olhe para o Manifesto de Córdoba e para tudo aquilo que, novamente, neste último ano que passou, foi retomado na Conferência Regional de Educação Superior,<sup>26</sup> organizada pela UNESCO, realizada em Córdoba, na Argentina, mas que, ao que parece, continua como o manifesto, perdido, por entre as pilhas e pilhas de papeis, de relatórios e normatizações legais que cada vez mais desviam a universidade de seu propósito mais seminal e fecundo.

## DA UNIVERSIDADE E SEU PAPEL

Em 1988, com a chamada Constituição Cidadã, ficou estabelecida em lei a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” de modo que, a partir de então, “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderiam receber apoio financeiro do poder público”.<sup>27</sup> Algo que efetivamente virá a ocorrer a partir da década de 1990, com a institucionalização da Extensão nas universidades e a criação

26. CRES. (2018). Declaração. In: III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe. Córdoba, Argentina, 14 de junho de 2018.

27. BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

do PROEXT (Programa de Fomento à Extensão Universitária), em 1993; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996; do Plano Nacional de Extensão, em 1998; do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001; e do novo Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, que estabelece e reforça metas e estratégias que envolvem a educação no contexto brasileiro para o período de 2014-2024 e que busca “assegurar, no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.<sup>28</sup>

Desde essa perspectiva tem-se que, como no caso da cidade, estamos aqui também a falar de duas universidades. Uma voltada à excelência, à inserção internacional e que pouco se ocupa da realidade e dos problemas do Brasil. Uma universidade que se preocupa apenas em manter os critérios de produtividade e os escores que lhes garantam o fomento e o financiamento de suas pesquisas, bem como a manutenção das bolsas de produtividade de seus pesquisadores. Pesquisadores ditos de excelência, com obras publicadas tanto no Brasil quanto no exterior, mas que, na maioria dos casos são muito pouco lidos e/ou conhecidos na medida em que pouco ou nada se ocupam dos problemas e das temáticas mais caras à grande parte da população.

São biólogos, químicos e um sem número de nano-cientistas dentro de laboratórios de pesquisa de universidades brasileiras que desenvolvem pesquisas ligadas à produção de sementes e matrizes mais resistentes a pragas e pesticidas, e adubos mais eficientes mas que raramente incidem diretamente na mesa do consumidor. São especialistas em inteligência artificial e software que desenvolvem ferramentas de diagnóstico e gestão cada vez mais eficientes mas que tem seu patenteamento feito pelas grandes gigantes da internet como Microsoft, Apple, Google e IBM, de modo que o acesso a essas tecnologias fica restrito ao interesse e disponibilização desses produtos no mercado por essas empresas.

Não se pode negar, contudo, que grandes avanços científicos são fruto de pesquisas realizadas em universidades brasileiras como é o caso da pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que, pela primeira vez, utilizou o método CART-Cell com sucesso na América Latina. Todavia, no desenvolver dessas pesquisas são poucos os cientistas que buscam atrelar seus estudos aos problemas mais imediatos de nosso país de modo que, muitas vezes, se está a pesquisar sobre a cultura de alfaces hidropônicas e/ou a criação de hortas comunitárias ecossustentáveis sem antes averiguar o modo como os agricultores da região realizam o cultivo e o manejo das

28. BRASIL (2014). Plano Nacional de Educação, Lei N° 13.005/2014.

mesmas, ou ainda sem conversar com o colega da sala ao lado que está desenvolvendo alguma atividade de Extensão com este mesmo público. No tempo da sociedade em rede, como diria Castells,<sup>29</sup> a universidade dos pesquisadores se isola em sua torre de marfim e se desconecta da realidade, algo bastante semelhante ao observado por Yanus<sup>30</sup> em seu livro “O banqueiro dos pobres” em relação à Universidade de Bangladesh.

Nessa corrida pela produção somos tratados como cobaias que, em um gigantesco laboratório, cumprem tarefas em troca de algum tipo de recompensa e esquecem daquilo que mais importa à pesquisa, à universidade e à tradição humanista, qual seja, de que a ciência tem como fim o uso do pensamento metódico e sistemático com vistas ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

E, nessa gigantesca máquina-mundo, os corredores da universidade se tornam labirintos por onde correm os ratos de Dollard & Miller<sup>31</sup> em busca da satisfação de seu ego (o queijo) que após o breve choque que lhe é oferecido pelo cientista (Agências de Fomento, Estado) de modo que, em nossas salas e laboratórios, acabamos por, literalmente, nos deixarmos levar por uma canhestra roda da fortuna – que são os escores de produção exigidos – que após cumprirmos determinadas tarefas nos premia com um delicioso petisco (recompensa financeira).

Mas também, estamos falando de uma outra universidade, uma universidade que não possui tal glamour ou status e que conta sempre com poucos recursos para o desenvolvimento de suas atividades. Uma universidade que, aos olhos dos primeiros, reúne uma série de pesquisadores e professores considerados de menor valor ou apreço, os quais não precisam se preocupar com os índices de produção, com relatórios de pesquisa, com a busca frenética por revistas e periódicos internacionais para publicação dos resultados de seu trabalho, entre outras. Estamos aqui, portanto, nos referindo a uma universidade quase invisível, senão o for aos olhos da primeira, o é aos olhos do Estado e das Agências de Fomento. É a Universidade Extensionista.

Todavia, se aos olhos de seus congêneres essas praticamente não existem, aos olhos da sociedade essa prerrogativa não é verdadeira. Pois é essa Universidade Extensionista que está lá na ponta, que adentra os bairros, as pequenas propriedades e os lugares mais recônditos deste Brasil. É através da Extensão que jovens são alfabetizados, que são preparados para o mercado de trabalho, que hortas comunitárias e ações sociais diversas são desenvolvidas. É através da Extensão que se formam especialistas lato sensu, que trabalhadores são capacitados, que a universidade adentra a sociedade, as escolas, as empresas e as cidades.

29. CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

30. YUNUS, M. (2006). *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática.

31. DOLLARD, J. & MILLER, N. E. (1950). *Personality and Psychotherapy - An Analysis in Terms of Learning, Thinking, and Culture*. New York: McGraw-Hill.

Contudo, há nesse setor uma certa ausência de regulamentação e fomento de modo que tal atividade está muito mais a mercê do interesse e do ímpeto daquele que a desenvolve do que ligada aos interesses da instituição. Estamos aqui, sobretudo, a nos referir a universidade que tem sua tangibilidade e existência ligadas à dimensão humana e à sua incidência social. Uma universidade que, a partir de espaços diversos, consegue diferentemente das atividades de pesquisa realizadas em seus laboratórios, conectar Ensino, Pesquisa e Extensão. É o momento pois, de libertarmos dos papéis e libertar o nosso ilustre companheiro para que, esse, siga sua natureza e ganhe o mundo.

#### O MUNDO MULTIPLEXO DO ORNITORRINCO DE PAPEL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O ornitorrinco é um mamífero semiaquático natural da Austrália e Tasmânia sendo o único representante vivo da família Ornithorhynchidae e a única espécie do gênero Ornithorhynchus que, juntamente com as equidnas, formam o grupo dos monotremados, os únicos mamíferos ovíparos existentes, sendo, portanto, uma espécie monotípica, a qual, não tem subespécies ou variedades reconhecidas. No que se refere aos seus hábitos de vida e interação com o meio ambiente, possui hábito crepuscular e/ou noturno, é preferencialmente carnívoro.

Sua dieta baseia-se em crustáceos de água doce, insetos e vermes. Do ponto de vista fenotípico possui diversas adaptações para a vida em rios e lagoas, entre elas as membranas interdigitais, mais proeminentes nas patas dianteiras. É um animal ovíparo, cuja fêmea põe cerca de dois ovos, que incuba por aproximadamente dez dias, num ninho especialmente construído. A fêmea não possui mamas e o leite é diretamente lambido dos poros e sulcos abdominais. Os machos têm esporões venenosos nas patas, que são utilizados principalmente para defesa territorial e contra predadores. Do ponto de vista genotípico, o ornitorrinco possui vários genes compartilhados tanto com os répteis como com as aves, mas cerca de 82% dos seus genes são compartilhados com outras espécies de mamíferos já sequenciadas, como o cão, a ratazana e o homem.

Já a Universidade é uma instituição de ensino superior pluridisciplinar e de formação de quadros profissionais de nível superior, de investigação, de Extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Sendo única em seu gênero, fornece o que chamamos tanto de educação terciária (graduação) quanto quaternária (pós-graduação). Juntamente com outras autarquias e instituições públicas, goza de certa autonomia para executar suas atividades-fim, juntamente com outras instituições de ensino comunitárias, filantrópicas e privadas, como o atual Sistema de Ensino Superior no Brasil. No que se refere aos seus hábitos de sobrevivência e interação com a sociedade circundante,

se caracteriza por ter um comportamento recôndito, crepuscular e que, de certa forma, busca responder a certos estímulos que lhe são demandados por seu mantenedor, por políticas específicas e, também, com vistas a responder demandas sociais específicas de um determinado setor e/ou segmento da sociedade. Se mantém, principalmente, a partir de recursos públicos e da venda de serviços específicos ligados à Pesquisa e Extensão, no caso das universidades públicas, e do pagamento de mensalidades, no caso das universidades privadas.

Do ponto de vista fenotípico e institucional apresenta boa capacidade de adaptação a contextos diversos e adversos o que lhe permite atuar, interagir e responder a demandas de populações e comunidades que estão fora dos grandes centros urbanos. É tida como uma instituição secular cuja perpetuação se dá pelo sistema de cátedra que, através da pós-graduação, perpetua práticas e modelos de ação institucional que garantem a sua manutenção, sobrevivência e perpetuação a longo prazo. Seus gestores possuem forte apreço pela Pesquisa e a sua defesa, deixando de lado, muitas vezes, o Ensino e a Extensão. Do ponto de vista genotípico a Universidade possui em seu DNA elementos, práticas de ação e modelos de funcionamento que são compartilhados com outras instituições sociais já conhecidas

tais como a Igreja, os Partidos Políticos e o Estado, o que implica na reprodução de determinados modos de ação que seguem lógicas diversas do que aquelas ligadas a sua atividade fim, qual seja, de formar pensadores livres.

A Extensão Universitária ou extensão acadêmica é uma forma de atuação da Universidade que se pauta na sua ação junto à comunidade e o seu entorno, ações essas através das quais a universidade disponibiliza ao público externo a este o conhecimento produzido por meio da Pesquisa e do Ensino nela desenvolvidos. Conhecimento este que possui incidência social e retroalimenta o trabalho de pesquisa e ensino, extraindo da realidade, na qual se insere, questões que serão mais tarde exploradas e discutidas tanto no interior dos gabinetes de pesquisa e de projetos ligados a essas atividades quanto na sala de aula, onde a atuação dos futuros profissionais é discutida e debatida. Do ponto de vista legal, a ideia de Extensão é tida como um conceito que é adotado pelas universidades no Brasil e que têm como objetivo fomentar o contato imediato da comunidade interna de uma dada instituição de ensino superior com a sua comunidade externa, ou seja, com o seu entorno e/ou a comunidade na qual ela está inserida e/ou subordinada. Do ponto de vista prático, a ideia de Extensão

Universitária está intimamente associada ao pressuposto de que o conhecimento gerado pelas instituições de pesquisa, no caso as universidades, deve necessariamente possuir a intenção de transformar a realidade social, intervindo e incidindo socialmente, e não limitando-se somente à formação de profissionais para o mercado de trabalho. Motivo pelo qual a Extensão é um dos pilares do Ensino Superior que, conjuntamente com o Ensino e a Pesquisa, constitui o chamado tripé educacional sobre o qual dispõe o Artigo 207 da Constituição Federal.<sup>32</sup>

Motivo pelo qual, cada vez mais, a Extensão tem sido valorizada e ocupado espaço no interior de grupos de trabalho diversos ligados às mais diferentes áreas como é o caso, por exemplo, do ocorrido no XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - XVIII ENANPUR, realizado em Natal, em 2019 – e aqui, me refiro à Sessão Temática 9 intitulada *Extensão Universitária e a Assistência Técnica no Campo e na Cidade*, da qual destaco, especificamente, as seguintes sessões, a saber: 1) Práticas urbanas, para além da sala de aula; 2) Indissociabilidade

entre Ensino, Pesquisa e Extensão; 3) Espaço público de acolhimento e aprendizagem; 4) Tensão universitária e direito à cidade; 5) Assistência técnica para movimentos sociais: reflexões sobre resistência; 6) Assistência técnica: moradias autoconstruídas e processos pedagógicos; e, 7) Extensão Universitária: discussões sobre o tempo, o espaço, o discurso e a prática. Essas sessões congregaram exatos trinta e seis trabalhos e projetos de Extensão Universitária levados a cabo em diversos lugares do Brasil. Esse debate que também foi o foco de uma das principais mesas, a qual tinha por finalidade discutir os desafios e as potencialidades da Extensão Universitária na formação de planejadores urbanos e regionais.

Algo que já havia sido colocado em evidência por Incrocci & Andrade,<sup>33</sup> através dos gráficos reproduzidos a seguir, os quais, mostram um significativo crescimento em termos de recursos disponibilizados (ver gráfico 1) e de projetos aprovados sendo, o governo federal e os estados aqueles que mais fomentam esse tipo de ação (ver gráfico 2).

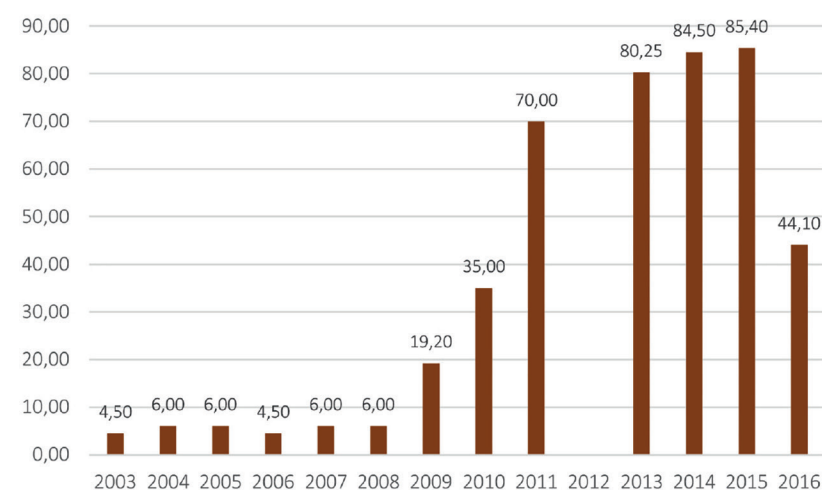


GRÁFICO 1  
Recursos disponibilizados anualmente pelo ProEXT/MEC (em Milhões)

Fonte: Citado por Incrocci & Andrade (op. cit.) a partir de Almeida Junior (2016).

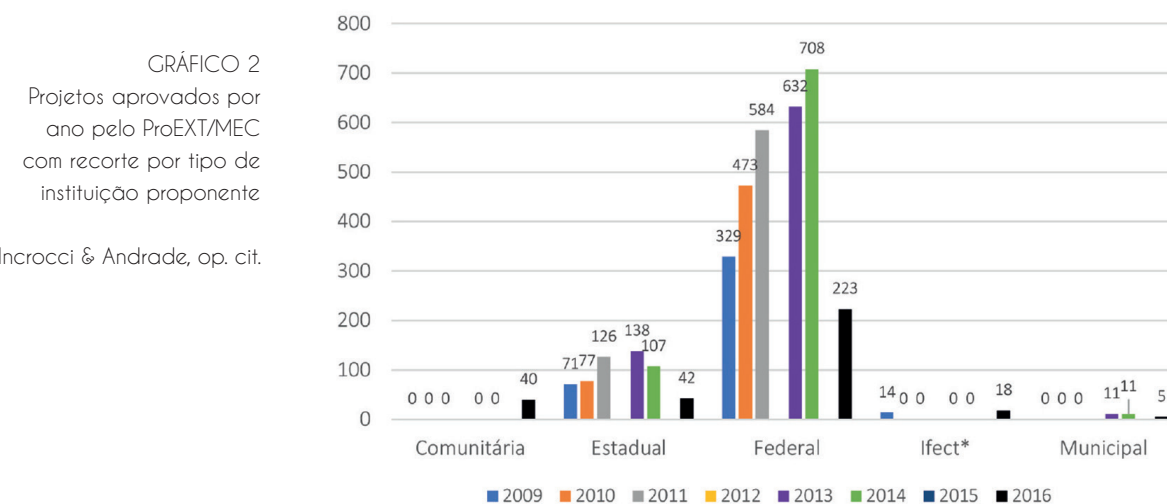


GRÁFICO 2  
Projetos aprovados por ano pelo ProEXT/MEC com recorte por tipo de instituição proponente

Fonte: Incrocci & Andrade, op. cit.

\* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

32. BRASIL, 1988, op. cit.

33. INCROCCI, L. M. de M. C. & ANDRADE, T. H. N. De (2018). O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. Revista Sociedade e Estado, v. 33, n. 1.



Dito isto, e a guisa de uma breve conclusão, há de se considerar até quando a universidade continuará a embrenhar-se entre as pilhas de papel e se esconder sob a burocracia, priorizando a pesquisa e a internacionalização em detrimento da Extensão e da manutenção de sua relação com a sociedade. Ou ainda, até quando continuaremos como o ornitorrinco a ser uma espécie de quimera que do ponto de vista da letra da lei diz ter como ideal primeiro a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, mas que, na prática, essa continua a não sair do papel.

Movimento esse que levou a uma maior institucionalização da Extensão como um dos pilares básicos da universidade – dado que, até pouco tempo atrás, essa era tida como a filha bastarda – passando, agora, a ser vista com entusiasmo tanto pelos estudantes quanto pelos professores de modo que, a Extensão passa a ter seu reconhecimento enquanto atividade-fim da Universidade e a ocupar o mesmo status que, antes, ocupava, de forma privilegiada, a Pesquisa e o Ensino.



Vila Nazaré, Porto Alegre, 2019.  
foto\_ Bruno Mello

# CAPÍTULO 5

## PRÁTICAS DE PESQUISA-AÇÃO E EXTENSÃO EM FORTALEZA

### ENTRE CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

*Renato Pequeno*

#### INTRODUÇÃO

Este artigo parte das ideias apresentadas na mesa redonda *Extensão Universitária: Desafios e Potencialidades na Formação de Planejadores Urbanos e Regionais* realizada no XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - XVIII ENANPUR na cidade de Natal-RN. Uma oportunidade única para apresentar algumas reflexões e debater junto aos colegas Luciana Corrêa do Lago (IPPUR-UFRJ) e Caio Santo-Amore (FAUUSP) a respeito de nossas práticas “extensionistas”, quase sempre associadas à pesquisa e com intensos desdobramentos no ensino.

Desde a leitura da ementa encaminhada pelos organizadores, adotei como ponto de partida o resgate da trajetória referente às práticas realizadas pelo Laboratório de Estudos da Habitação (Lehab) desde 2013, ano da sua criação na Universidade Federal do Ceará (UFC). Cada uma das práticas aqui abordadas é resultado de demandas feitas por movimentos e comunidades.

Por meio de nossas ações junto aos movimentos sociais de moradia, vinculadas a práticas de pesquisa, constata-se uma série de transformações considerando a realidade vigente na cidade. Da mesma forma, percebeu-se, por parte do Estado, em especial no âmbito dos órgãos municipais, um conjunto de práticas excludentes e impositivas, demonstrando proximidade de interesses entre o Estado e os setores imobiliário e da construção civil.

Dessa aproximação nossos princípios de atuação crítica tornaram-se ainda mais explícitos, o que por um lado nos levou a contribuir com as lutas pelo direito à moradia e à cidade, ampliando a atuação da universidade por meio da pesquisa-ação, fazendo de suas práticas verdadeiras ações de Extensão, transferindo conhecimento e apreendendo a situação vivida fora dos muros da UFC. Por outro lado, ao incidir criticamente na formulação e implementação de políticas públicas, através de ações diretas nos diferentes órgãos de controle social, passamos a colaborar com a abertura de arenas de debates, revelando os agentes envolvidos em seus papéis, interesses, conflitos e parcerias.

Os resultados até aqui obtidos, assim como os processos ainda sob investigação em nossas pesquisas, têm sido recorrentemente trabalhados de modo a contribuir com as atividades de formação e de assessoria técnica. Da mesma forma, o diálogo com movimentos, comunidades e outras

assessorias ao longo das ações extensionistas tem sido uma excelente fonte de questões para o ensino do planejamento urbano, aproximando a sala de aula de problemas reais, nem sempre apreensíveis no cotidiano.

Essas ações encontram-se registradas como projetos de Extensão na Universidade Federal do Ceará, desde 2017, no sentido de garantir maior respaldo institucional. Inicialmente o projeto "Observatório de Remoções de Fortaleza", o qual desenvolve o mapeamento dos despejos forçados e ameaças, assim como um permanente debate com as instituições envolvidas. O segundo projeto "Direito à Cidade e à Moradia: monitoramento e formação" abrange o acompanhamento das políticas urbana e habitacional a partir das suas instâncias de controle social, assim como a realização de atividades de formação em planejamento urbano para representantes dos movimentos sociais e das assessorias técnicas.

Neste sentido, este artigo tem como objetivos: analisar algumas das práticas conduzidas no Lehab e discutir os desafios da Extensão considerando a sua indissociabilidade com relação ao Ensino e à Pesquisa. Na sua primeira parte, pretende-se apresentar Fortaleza como alvo para ações de Extensão no âmbito do planejamento urbano e habitacional. Em seguida, na segunda parte busca-se discorrer sobre algumas das práticas realizadas nos últimos seis anos, desde a criação do Lehab. Nessa

seção faz-se uma distinção entre o que seriam nossas práticas: as ações de formação em planejamento urbano com destaque para a questão da moradia e do acesso à terra urbanizada; as práticas de assessoria técnica em planejamento urbano, reforçando resistências e contribuindo com frentes em busca de garantir seu direito à cidade e comunidades em situação de ameaça. Por fim, são discutidos alguns desafios pontuados ao longo dessa trajetória.

## FORTALEZA COMO RECORTE PARA AS PRÁTICAS DE EXTENSÃO

A capital cearense não se trata de um lugar qualquer! Ao contrário, corresponde ao município polo de uma metrópole desigual e incompleta que tem nas condições de moradia o verdadeiro e mais cruel retrato de suas disparidades socioespaciais. Com mais de 2,6 milhões de habitantes, organiza uma região metropolitana composta por outros 18 municípios. Mais de 41% da população do município vive em assentamentos precários, em sua maior parte favelas bastante densas e dispersas, alastrando-se sobre áreas de preservação permanente e convergindo

para situações de risco. A "cidade da informalidade" contudo não se encerra no que é oficialmente reconhecido como precário, englobando ainda muitos bairros populares posicionados a oeste da cidade.

Estima-se que 10% da população local viva em conjuntos habitacionais de interesse social, produzidos, salvo raras exceções, desde os anos 1970. Todavia, os mesmos se encontram em situação de segregação involuntária, definindo o que denominamos como "cidade das políticas públicas". Via de regra, convivem com problemas de acessibilidade reduzida às oportunidades da cidade tendo em vista suas condições de inserção urbana sem equipamentos, infraestruturas e serviços urbanos.

Contudo a desigualdade se exacerba quando se observa a "cidade do mercado imobiliário" destinada aos mais favorecidos, perceptível na paisagem mediante a qualidade do ambiente urbano e das edificações. Condomínios verticais, loteamentos fechados horizontais, shopping centers, edifícios empresariais, complexos de múltiplo uso, dentre outras formas mostram-se cada vez mais aglomerados, compondo um sistema multipolítico<sup>1</sup> estruturado de maneira diferenciada por eixos terciários.

1. SPOSITO, M. E. B. (2013). Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: P de A.VASCONCELOS, R.L. CORRÊA & S.M. PINTAUDI. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, pp 61-94.

Além disso, especialmente a capital Fortaleza corresponde a um município avesso ao planejamento urbano, negando-se historicamente ao uso de instrumentos que viessem a combater suas iniquidades. A leitura do seu zoneamento e de suas mudanças recentes sugere muito mais o reconhecimento dos anseios do setor da construção civil e da incorporação imobiliária, do que uma tentativa estruturada de conter os problemas urbanos que se avolumam e se sobrepõem.

Seu crescimento desordenado permanente, sua conurbação via deslocamento e segregação involuntária dos mais pobres, assim como a disseminação de assentamentos precários sugerem a necessidade e a urgência de uma ampla reflexão, cabendo sem sombra de dúvida uma atuação da academia.

Seja por meio da investigação científica que identifica e analisa um amplo universo de questões de pesquisa, seja através de ações de Extensão, reconhecidas como oportunidades de atuação da academia por meio das práticas sociais, constata-se na paisagem de Fortaleza todo um acúmulo de elementos reveladores de sua condição como cidade socialmente injusta. Seu crescimento urbano desordenado atinge em especial a imensa maioria mais pobre, numa situação bastante diversa daqueles autossegregados de alta renda que absorvem a maior parte dos investimentos públicos.

Em Fortaleza, no âmbito das questões do planejamento urbano, com especial ênfase para a problemática habitacional, a atuação da universidade se concentrou na formação de profissionais para o mercado e para atuação no setor público. Caberia talvez uma pesquisa exploratória destinada à identificação de práticas extensionistas em planejamento urbano e habitacional. Entretanto, se considerarmos que só em 1988 as ações de Extensão passaram a ser legalmente reconhecidas como atribuição da universidade, não causará surpresa a constatação de que poucas foram efetuadas.

Naquele período merece destaque a criação de organizações não governamentais, como o Cearah Periferia, as quais assumiram o papel de articulação junto ao Estado, mediando demandas dos movimentos sociais. Dentre suas ações, realce para a realização de projetos habitacionais demonstrativos destinados à população de baixa renda, a formação de lideranças na escola de planejamento urbano e pesquisa popular, na qual alguns docentes das universidades públicas vieram a contribuir, assim como a organização de seminários para debater a problemática urbana e a necessidade de uma política habitacional.

É justamente nesse período que se acirra o desmantelamento das instituições públicas dos governos estadual e municipal, abrindo espaço para as consultorias privadas. Terceirizam-se as atribuições de planejamento urbano habitacional, reduzindo sobremaneira as possibilidades de atuação do profissional do planejamento urbano.

Todavia, só no final dos anos 1990 e durante os anos 2000, com o início dos debates associados à aprovação do Estatuto da Cidade,<sup>2</sup> veio à tona a necessidade de construção de articulações voltadas para o debate sobre as questões urbana e da moradia. Disto, passaram a ganhar espaço grupos de Extensão voltados para a compreensão e para o enfrentamento destas problemáticas. Destaque para os projetos vinculados à regularização fundiária e ao combate à violação de direitos humanos presentes nas Faculdades de Direito, como o Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU), o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária às Comunidades (NAJUC) e o Serviço de Assessoria Jurídica Popular (SAJU). Os dois primeiros vinculados à Universidade Federal, e o último, à Universidade de Fortaleza.

É justamente com o olhar para a irregularidade fundiária, a especulação imobiliária e a tecnocracia como problemas a serem combatidos, assim como a adoção da função social da propriedade, do direito à cidade e à moradia digna e da gestão democrática e participativa como princípios que vem à tona a configuração de articulações em Fortaleza, reunindo movimentos sociais, entidades profissionais, ONGs (organizações não-governamentais) e grupos de Extensão Universitária.

Abre-se assim um debate ampliado sobre as questões da cidade, evidenciando a posição de técnicos avessa à participação da sociedade civil, assim como a quase ausência de intersectorialidade e interdisciplinaridade, constituindo-se o planejamento urbano numa verdadeira reserva de mercado de arquitetos e urbanistas. Nesse mesmo período, anos 2000, representantes de movimentos sociais vinculados ao PT (Partido dos Trabalhadores) e ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e ONGs com amplo poder de articulação, passaram a atuar no governo municipal, contraditoriamente no sentido de conter as pressões advindas de comunidades alvo de remoções, assim como de ampla demanda não atendida.

Naquela década, a revisão do Plano Diretor de Fortaleza ocorre em duas fases: a primeira alvo de ação do Ministério Público Federal, dada a ausência de participação da sociedade civil; a segunda marcada pela composição de um campo popular, que viabilizou a inclusão das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), e abriu espaço para uma discussão ampliada em torno da questão urbana, vindo a ser aprovado em 2009.

2. BRASIL. Lei Federal lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade.

Entretanto, a disseminação de grandes projetos urbanos em detrimento do processo de planejamento urbano no âmbito dos megaeventos esportivos e da atividade turística, assim como a efetivação de programas habitacionais dissociados da política urbana, passam a prevalecer, fazendo emergir algumas questões para a atuação de setores engajados e militantes da universidade pública, sejam eles de pesquisa ou de Extensão.

É sobre esse palco que as práticas de Extensão Universitária passam a ocorrer, assumindo papéis outrora destinados às ONGs. Outros atores também entram em cena como o Ministério Público e alguns coletivos temáticos, somando-se aos escritórios em defesa de direitos humanos. O desmanche das instâncias de controle social e a deformação de

conselhos leva a que novas arenas de debates e disputas sejam constituídas, com destaque para as audiências públicas (AP). No caso de Fortaleza, atualmente as APs são as únicas alternativas em que a sociedade civil local atua com liberdade de expressão e esperança.

Isto posto, pretende-se, nas partes seguintes deste artigo, abordar as práticas de Extensão conduzidas pelo Lehab. Realce para o fato dessas ações serem vinculadas a outras entidades, coletivos e movimentos, alguns dos quais componentes da Frente de Luta por Moradia (FLM). Neste sentido, ao invés de considerá-los como grupo alvo, esses atores são reconhecidos como verdadeiros parceiros de aprendizado com os quais temos trocado experiências e conhecimentos, e com isso fortalecido nossas práticas.

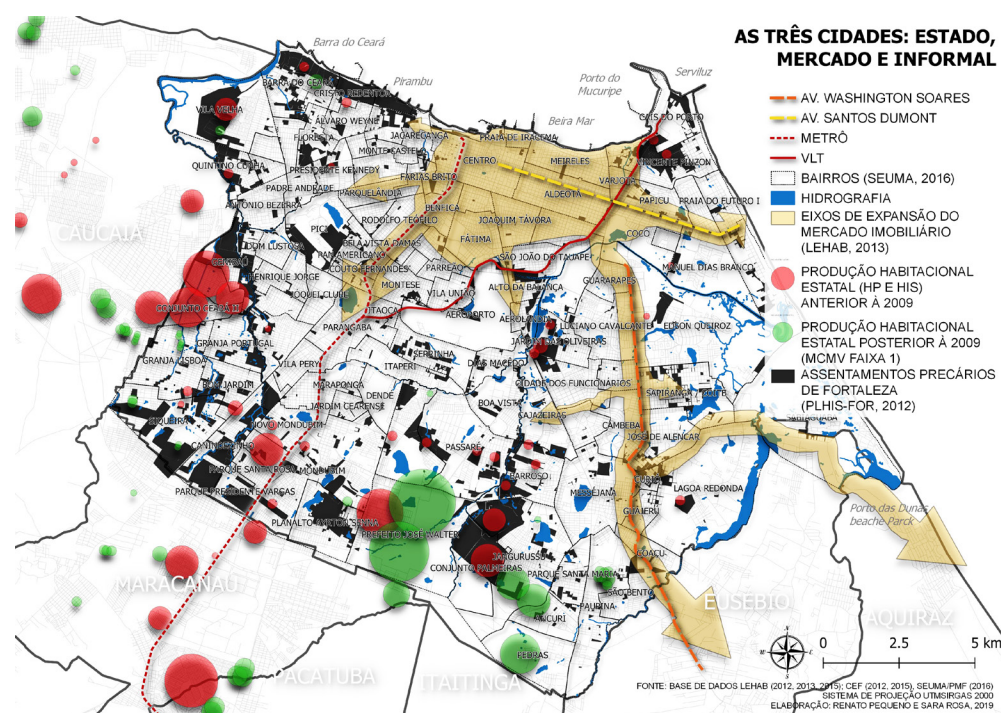


FIGURA 1

Síntese com as 3 cidades) favelas, autoss segregação e segregação involuntária

Produção: Sara Vieira Rosa.

## PRÁTICAS DE EXTENSÃO NO LEHAB

Desde 2002, ao ingressar no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, a atuação como pesquisador em planejamento urbano e o uso das condições de moradia como variável âncora para melhor compreender a situação histórica de desenvolvimento desigual em Fortaleza nos impele naturalmente à realização de práticas de Extensão. Da mesma forma, o ensino da planificação e do urbanismo, ao ser vinculado à realidade local, finda por se confrontar com as disparidades socioespaciais derivando em proposições.

Via de regra, os resultados obtidos são compartilhados por meio de episódios da *webserie* "Cartas Urbanas", artigos publicados em periódicos, anais de eventos científicos, capítulos de livro, dentre outros. Além disso, as apresentações públicas dos resultados obtidos em seminários na universidade e a participação em audiências públicas, também correspondem às formas de devolução para a sociedade.

Contudo, desde meados 2014, fomos convidados a tomar parte de uma pesquisa tratando das "estratégias e dos instrumentos de planejamento e regulação urbanística

voltados à implementação do direito à moradia e à cidade, em seus avanços e bloqueios". Os estudos foram feitos simultaneamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, sem qualquer intenção de comparação, tendo em vista as especificidades dos processos de planejamento urbano de cada cidade.<sup>3</sup>

Tratando-se de pesquisa *advocacy*,<sup>4</sup> buscava-se monitorar e influenciar a implementação de políticas, programas e projetos estabelecidos pelos governos municipais, investigando-se até que ponto os mesmos buscavam fazer cumprir os instrumentos do Estatuto da Cidade, abordando o cumprimento da função social da propriedade, a inclusão socioterritorial da população de baixa renda, a ampliação do acesso e permanência à moradia, ao solo e aos serviços urbanos. Destaque especial para um de seus objetivos, no caso: "fortalecer a sociedade civil organizada e suas redes para o debate público e participação na formulação, implementação e monitoramento de políticas, programas e projetos municipais, para alcançar os governos e os tomadores de decisão através da mídia e estratégias de defesa".

3. Pesquisa apoiada pela Fundação Ford realizada em parceria com o Observatório das Metrôpoles e o LabCidade/FAUUSP sob a coordenação dos professores Orlando Alves dos Santos Junior (IPPUR/UFRJ), Raquel Rolnik (FAUUSP) e Paula Santoro (FAUUSP) entre 2014 e 2016.

4. Conforme DAVIDOFF, P. (1965). *Advocacy and Pluralism in Planning*. *Journal of the American Institute of Planners* 31:4, 331-338.

Fazia parte da metodologia dessa pesquisa a escolha de intervenções urbanas que permitissem aprofundar as análises socioespaciais conforme os objetivos supracitados. Estávamos em meados de 2014, quando grandes projetos urbanos (GPU) vinculados à Copa do Mundo ainda estavam sendo executados e quando os investimentos federais se escasseavam. Optamos por dois projetos associados à remoção e ao reassentamento de famílias: o veículo leve sobre trilhos (VLT) atravessando setor com amplos interesses do mercado imobiliário e que remetia mais de 2.300 famílias para um grande conjunto periférico; o Aldeia da Praia, projeto de urbanização de favelas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nas comunidades do Serviluz e do Titanzinho, cujas famílias seriam em boa parte removidas e reassentadas em grande conjunto situado no topo das dunas, a quase 2 quilômetros de distância.

Por meio da pesquisa, buscava-se reconhecer as dinâmicas socioespaciais que evidenciavam a dissociação das políticas urbana e habitacional, o predomínio do grande projeto sobre o processo de planejamento, as transformações pelas quais passavam os movimentos sociais, assim como o impacto sobre as comunidades removidas e deslocadas para grandes conjuntos de maneira involuntária, periféricos ou não.

Com o intuito de realizar um mapeamento dos movimentos sociais vinculados à questão da moradia, nos aproximamos da Frente de Luta por Moradia Digna, articulação de entidades, comunidades, movimentos, assessorias e grupos de Extensão remanescentes do Comitê Popular da Copa, extinto em julho de 2014.

Diante da morosidade com que os projetos vinham sendo executados e considerando a aceleração na regulamentação de institutos urbanísticos indutores da valorização imobiliária favorecendo o setor da construção civil e os incorporadores, incluímos no escopo da pesquisa o acompanhamento dos processos de planejamento urbano em curso naquele período. Para tanto, assumimos a representação da Universidade no Conselho Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor (CPPD), onde transcorria a aprovação de uma série de projetos de lei, ditos especiais por conta da ilegalidade de seus conteúdos, mas que atendiam aos setores hegemônicos que comandam a cidade.

Passamos também a integrar a comissão responsável pelo processo de regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social para as favelas reconhecidas como prioritárias, assim como contribuímos com a reativação do Conselho Municipal de Habitação Popular (Comhap), sendo eleitos como conselheiros em ambos.

Pouco a pouco, constatamos estar diante de um amplo quadro de problemas, derivados de intervenções conduzidas pelo Estado-capital e atingindo diversas comunidades. Além disso, tornou-se evidente que as medidas que vinham sendo tomadas por determinadas instituições do município tenderiam a trazer impactos ainda mais predatórios e perversos junto às comunidades atingidas. Percebia-se a intenção em garantir ganhos cada vez maiores para o setor da incorporação imobiliária por meio de mudanças de zoneamento urbano, alterações nos índices urbanísticos, operações urbanas consorciadas, outorgas onerosas do direito de construir e uso do solo, assim como a aprovação de grandes programas de desenvolvimento urbano concentrados nos *fronts* de desenvolvimento imobiliário.

Frente a esta situação, buscou-se organizar algumas atividades de (in)formação e sensibilização, retomando as práticas da Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular (EPUPP) realizadas no passado pelo Cearah Periferia, as quais apresentaremos brevemente em seguida, em seus conteúdos, objetivos e resultados. Da mesma forma na parte derradeira dessa seção, descreveremos algumas práticas de assessoria técnica em planejamento urbano relacionadas às ZEIS, considerando os mesmos elementos de análise.

#### **i. A Extensão voltada para a formação em planejamento urbano**

Nesta seção apresentaremos duas de nossas práticas, diferenciadas pela duração do tempo necessário à sua realização. A primeira, de curto período, buscou promover a sensibilização por meio de uma ação concentrada, revelando processos vigentes, desvelando seus agentes e seus respectivos interesses. A outra, de média duração, levou à realização de uma formação continuada, habilitando atores às intervenções qualificadas nos processos de planejamento. Todavia, a expectativa é a de que seus resultados tenham longo e durável alcance, considerando as ações a serem desempenhadas pelos envolvidos.

Essas práticas se justificam à medida que, ao dar prosseguimento às atividades de pesquisa voltadas para compreender as dificuldades para que o direito à cidade e à moradia fossem obtidos, nos deparamos com um contexto que revelava um campo dos mais férteis para a sua realização. Por um lado, era cada vez mais visível o acirramento das desigualdades sociais devido ao desmantelamento das políticas sociais, em especial a habitacional. Atestava-se, ainda, o amplo ataque à legislação urbana mediante a regulamentação de instrumentos de interesse do setor imobiliário e a aprovação de projetos especiais, constatando-se a influência cada vez maior do setor imobiliário.

Todo esse processo avassalador ocorria sem que houvesse espaço de diálogo entre a sociedade civil e os órgãos governamentais, que por sua vez, mostravam-se cada vez mais interessados na disseminação de parcerias público-privadas. Diante dessa situação, buscou-se organizar um **Encontro de Comunidades** conclamando movimentos, coletivos, associações, entidades, assessorias técnicas e grupos de Extensão, retomando uma prática do passado recente realizada pelo Cearah Periferia. (Figura 2)

Vale aqui enfatizar a riqueza das experiências de formação voltadas para os movimentos sociais que foram conduzidas no passado através do Cearah Periferia via EPUPP. Fazendo uso de diferentes atividades, a Escola abrangia dentre outras práticas: os encontros de comunidades voltados para questões emergentes; a capacitação em massa, atividade ampliada de sensibilização e seleção de participantes; a formação continuada em planejamento urbano compreendendo ao longo de um ano fundamentos teóricos, práticas de pesquisa, metodologia de diagnóstico e planejamento participativo e elaboração de projetos. Previa-se ainda a realização de cursos de aperfeiçoamento para ex-alunos sempre que alguma grande mudança ocorresse.

Neste sentido, com o intuito de promover uma maior interação entre a academia e a sociedade civil, esse encontro teve como objetivos: organizar uma arena de debates sobre o problema habitacional possibilitando a disseminação da informação, compartilhando bancos de

dados e cartografia temática; discutir o predomínio do setor imobiliário, em parceria com o Estado, no comando da cidade, inserindo nos debates a questão da financeirização do desenvolvimento urbano; elaborar cartografia social da questão da moradia em Fortaleza, confrontando o saber científico e o conhecimento popular. Tudo isto convergindo para habilitar os envolvidos para uma atuação mais efetiva nos debates, nas disputas e nas lutas sociais vinculadas a conflitos territoriais.

Em sua primeira edição, mais de 180 participantes debateram sobre as questões da cidade, distribuídos em grupos segundo os cinco territórios definidos pelos organizadores do evento (Figura 3). A metodologia adotada buscou trazer aos moradores, mediante a espacialização das práticas dos agentes sociais da produção do espaço, uma maior compreensão dos seus respectivos papéis e interesses, investigando-se: como o problema da moradia se manifesta? O que o Estado tem feito frente ao mesmo? Quem são os grandes proprietários de terra? Quais as possíveis estratégias, diretrizes e ações?

Ao reunir e contrapor o saber científico e o conhecimento popular, o Encontro de Comunidades contribuiu para uma melhor compreensão da atual realidade. Evidenciou-se dentre outros fenômenos: o acirramento das desigualdades, a concentração de investimentos nos bairros mais ricos, o reconhecimento dos grandes proprietários de terra e a presença de remoções violentas pela cidade. Além disso, constituiu-se numa

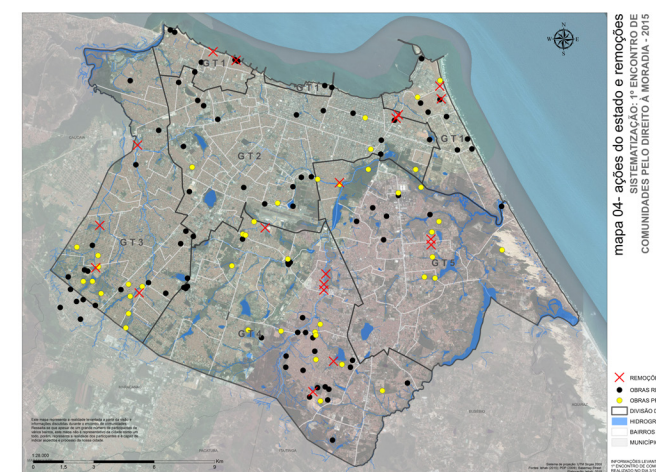
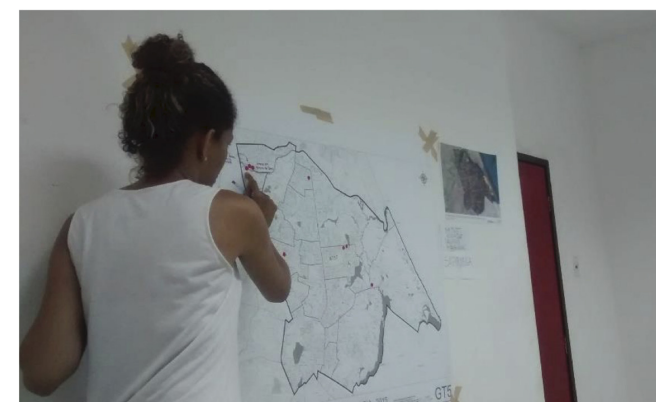
FIGURA 2: Cartaz para o 1º. Encontro de comunidades

FIGURA 3: Abertura do 1º. Encontro de Comunidades pelo Direito à Moradia na UFC

FIGURA 4: Oficinas para elaboração de cartografia social

FIGURA 5: Cartografia social: mapa síntese da questão da moradia

Fotos: Sara Vieira Rosa (2, 4 e 5) / Nigéria (3)



oportunidade para aproximar movimentos, entidades, coletivos e setores da academia, levando-os a reconhecer similaridades, diferenças e complementariedades.

Como resultados dessa atividade é possível mencionar: a elaboração de cartografia social da questão da moradia, a construção de diagnóstico da problemática urbana e habitacional, retomando antigos temas presentes na cidade e percebendo o surgimento de novas questões; o reconhecimento de semelhanças entre os problemas vividos nas comunidades, seja nos agentes envolvidos, nas suas práticas ou nos seus impactos. Foram muitos os casos em que as precariedades urbanísticas e as dificuldades decorrentes das más condições de inserção urbana e da acessibilidade reduzida às oportunidades foram reconhecidas como problemas comuns (Figuras 4 e 5).

Em meio à riqueza dos debates e depoimentos dos participantes, a constatação do problema das remoções violentas acendeu a luz vermelha da urgência em direcionar o olhar para o problema de maneira mais ampla. Foram vários os casos em que a atuação do Estado incluía o despejo forçado e a demolição de casas naquele setor da cidade.

Como desdobramentos da atividade merece ser destacado o fortalecimento da Frente de Luta por Moradia Digna, ampliando a sua composição e agregando novos atores entre movimentos, coletivos e assessorias. Chama também atenção a criação das assembleias populares pelo direito à cidade, assumidas pelos diferentes movimentos. Realizadas periodicamente e deslocando-se de um bairro a outro, de uma comunidade a outra, estes eventos trouxeram consigo uma maneira mais fluida de ocorrer, agregando novos participantes a cada edição e disseminando o debate em torno do direito à cidade e à moradia.

Atualmente, os envolvidos passaram a compor a plenária do Plano Diretor, reunindo-se periodicamente na UFC, visando fortalecer o campo popular com vistas aos futuros embates com o Estado e o setor privado.

Uma segunda ação de Extensão voltada para a formação que merece ser discutida diz respeito ao curso "A produção capitalista da cidade: poderes, conflitos e resistências". Para a realização deste curso de planejamento urbano, definimos como público alvo representantes de movimentos sociais, de coletivos, entidades e assessorias em defesa dos direitos humanos.

Diante da conjuntura local em que os conselhos municipais se mostram ineficazes como instâncias de controle social e as audiências públicas passaram a se constituir nos espaços de debate sobre as políticas urbana e habitacional de interesse social, a participação efetiva de integrantes da Frente de Luta por Moradia Digna nesses eventos ganhou maior importância.

Além disso, justificam a realização de uma prática intensiva de formação em planejamento urbano: a trajetória recente de regulamentação de instrumentos que favorecem o setor imobiliário, os programas de desenvolvimento urbano contratados pelo município, os processos de planejamento em curso e a implementação das Zonas Especiais de Interesse Social e a futura revisão do Plano Diretor. Tudo isto diante de interferência cada vez maior do setor da construção civil na condução da política urbana e habitacional, indicando que os mecanismos que favorecem a valorização imobiliária e que promovem a segregação espacial tendem a predominar em detrimento da inclusão dos mais pobres.

Destacam-se como objetivos principais dessa atividade de Extensão: fortalecer os representantes dos movimentos e coletivos para atuação das arenas de debate e em defesa de seus direitos apresentando fundamentos básicos, procedimentos metodológicos, cartografia temática, processos de planejamento, normativas e programas de desenvolvimento; atualizar o debate confrontando o conhecimento científico e o saber popular com ênfase nos conflitos territoriais, de modo a melhor explicitar os agentes envolvidos, seus papéis e interesses; aproximar a universidade da realidade vivida nos territórios populares, abrindo suas portas para aqueles que a veem como horizonte distante e impossível, e fazendo valer a validade de suas análises.

Seguindo os eixos de pesquisa e análise adotados no Laboratório, adequamos a estrutura do curso ao que denominamos como as três cidades (Figura 6):

(i) a cidade do mercado imobiliário - reunindo os processos de valorização fundiária, onde se intensifica a indução do desenvolvimento urbano, para onde convergem os investimentos e por onde se disseminam as parcerias público-privadas;

(ii) a cidade das políticas públicas - congregando de maneira acumulativa os empreendimentos habitacionais de interesse social e as intervenções urbanísticas em assentamentos precários;

(iii) a cidade da informalidade - reunindo o conjunto de áreas de ocupação e comunidades que resistem nas diferentes partes da cidade. Tudo isto sem esquecer que essa tríade de cidades corresponde a uma só, constituindo-se numa totalidade intrinsecamente interligada.



FIGURA 6  
Plano de aulas do curso "A produção capitalista da cidade: poderes, conflitos e resistências"

Produção: Breno Holanda.



Para cada uma delas, buscou-se identificar um quadro de dinâmicas socioespaciais que retratasse as disparidades e os conflitos territoriais entre os agentes que comandam as três cidades. No caso, a contraposição desses processos reveladores da cidade real frente ao que a cidade legal, presente no zoneamento urbano e ambiental dos planos diretores, contribui sobremaneira com a melhor compreensão do descompasso entre a cidade existente e a desejada, e das oposições entre a cidade precária e a oficial.

Ao longo de dois meses, foram realizadas aulas noturnas às terças e quintas feiras no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, onde foi adotado como procedimento metodológico basilar a discussão dos processos para apreender as diferentes visões, bem como apresentar as bases de dados que contribuem para melhor reconhecer as respectivas intensidades, gravidades, temporalidades, espacialidades e territorialidades. Some-se a isso a realização de aulas de campo, onde se pode discutir uma situação concreta em que os diferentes agentes da produção do espaço urbano presentes na paisagem revelam seus papéis e interesses, seus conflitos e suas parcerias (Figuras 7 e 8).

A realização dessa prática trouxe um enorme desafio associado à conjuntura em que se encontram as práticas de Extensão vinculadas aos movimentos sociais. Na ausência de recursos financeiros partiu-se para a organização de campanha de financiamento coletivo, revelando a difícil situação em que se encontra a universidade pública para conduzir atividades desse tipo. Por outro lado, a estratégia de captação adotada demonstrou a presença de um amplo leque de colaboradores oriundos de muitas cidades no Brasil.

As falas de seus participantes a cada encontro, demonstrando a melhor compreensão do contexto em que se inserem no referente aos problemas debatidos, já poderiam ser apontadas como indicadores de suas pertinência e relevância. Progressivamente constatou-se a apreensão de recursos metodológicos como os mapeamentos, a abordagem cronológica, o quadro de atores envolvidos, a formulação de estratégias de ação para o enfrentamento aos desmandos e o combate às desigualdades.



FIGURA 9: Apresentação de resultados pelos alunos do Titanzinho/Serviuz. Foto: Valeria Pinheiro.



FIGURA 10: Processo de planejamento popular na comunidade do Titanzinho. Foto: Valeria Pinheiro.

O processo de desenvolvimento das práticas de formação, a partir das questões de pesquisa e dos conteúdos trabalhados no Lehab, trouxe para os pesquisadores um resultado maior em termos de satisfação. Ao longo dos debates, foram abertas possibilidades para análises críticas, assim como oportunidades para esclarecer as condições de desenvolvimento desigual em suas causas e efeitos, derivando em surpreendentes constatações.

Além disso, vários têm sido os depoimentos de integrantes de instituições governamentais e do Ministério Público indicando que a participação dos representantes dos movimentos e de comunidades em processos de planejamento tornou-se mais qualificada na análise crítica da situação, na capacidade de argumentação, na exposição de seus pontos de vista e na proposição de alternativas com vistas às suas reivindicações.

A recente realização de processo de planejamento popular como estratégia de resistência às tentativas de remoção da Comunidade do Titanzinho, culminando com a revisão do projeto pela prefeitura municipal, pode ser apontado como um resultado concreto e positivo dessa prática. Tudo isto como desdobramento por meio da atividade prática desenvolvida por três moradores da área que fizeram o curso e que enxergaram ameaças e riscos na compreensão das práticas espaciais dos agentes envolvidos, assim como dos seus interesses que vieram a ser desvelados (Figuras 9 e 10).



(pág. anterior)

FIGURA 7: Aula de abertura com a prof. Erminia Maricato. Foto: Sara Vieira Rosa.

FIGURA 8: Aulas do curso realizado no Departamento de Arquitetura da UFC. Foto: Sara Vieira Rosa.

## ii. A Extensão voltada para Assessoria Técnica em Planejamento Urbano

Um segundo ramo de ações de Extensão realizadas no Lehab diz respeito à assessoria técnica em planejamento urbano para movimentos e comunidades - verdadeira prática complementar e indissociável à assessoria técnica em habitação de interesse social. Ao longo dos últimos cinco anos foram realizadas algumas ações dessa natureza em situações em que o conflito estava posto entre comunidades e o Estado em suas diferentes esferas de governo e em seus vários setores. Evidentemente, nestes mesmos processos se reconhece a presença do setor imobiliário e da construção civil, cujas pretensões interferem diretamente na condução dos mesmos e na tomada de decisão.

Ao incidir na formulação e na implementação de políticas públicas urbana e habitacional, foi possível constatar uma série de contradições entre os órgãos municipais diretamente envolvidos. Inicialmente, eram visíveis as contraposições entre a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma) e o Instituto Municipal de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor) na disputa pelos rumos do planejamento urbano. Por um lado, a Seuma concentrava esforços na regulamentação de instrumentos favoráveis ao setor imobiliário, indutores do desenvolvimento urbano, inclusive revendo a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Por outro, o Iplanfor tratava de conduzir um lento e descontinuado debate em torno da regulamentação e implementação das Zonas Especiais de Interesse Social.

Da mesma forma, verificava-se a intensa perda de prestígio por parte da Secretaria de Desenvolvimento Habitacional (Habitafor), dada a redução de investimentos em moradia pelo governo federal e a progressiva ampliação do poder decisório do setor privado na condução dos programas habitacionais. Essa situação ocorria tanto na urbanização de favelas, por meio de grandes obras de infraestrutura urbana, como na provisão habitacional através de gigantescos empreendimentos residenciais.

Por meio da atuação nas diferentes instâncias municipais em que as questões urbana e habitacional eram debatidas, foi possível melhor perceber a conjuntura local, depreendendo, por vezes, que a aparente dissonância entre os setores do urbanismo e do planejamento urbano municipal, findavam por convergir para o lado mais favorável à parceria entre a prefeitura municipal e a incorporação imobiliária.

Frente a essa situação, a assessoria prestada teve como focos principais o atendimento às comunidades ameaçadas de remoção e as negociações junto às instituições governamentais, sempre com o intuito de evitar o deslocamento involuntário para periferias distantes. Todavia, algumas ações associadas à revisão de leis complementares do Plano Diretor, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), a regulamentação de Instrumentos de Indução do Desenvolvimento e Valorização Imobiliária e as Zonas Especiais de Interesse Social obtiveram maior impacto. Via de

regra, essas atividades culminaram com debates e audiências públicas convocadas pela Câmara de Vereadores de Fortaleza ou pelo Ministério Público, quando as propostas formuladas pela Prefeitura foram contestadas.

Nesse sentido, será discutida nesta seção a assessoria técnica realizada junto às dez ZEIS prioritárias pela Prefeitura do Município de Fortaleza (PMF), a qual se deu em dois tempos: primeiro, acompanhando a questão junto ao grupo instituído em 2014 pela PMF para a formulação de relatório sobre o tema, sob a coordenação do Instituto de Planejamento de Fortaleza, composto apenas por técnicos de diversos órgãos municipais; segundo, como representação da UFC na Comissão das ZEIS, a qual foi nomeada pelo prefeito, em 2016, tendo como meta a elaboração de termos de referência para a criação dos conselhos gestores e para a contratação dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRFs) das ZEIS.

Tratava-se da retomada de experiência exitosa quando da elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP) de Fortaleza, aprovado em 2009, quando se conseguiu incluir no mesmo um conjunto de 45 ZEIS do tipo Favela; 65 ZEIS do tipo conjunto habitacional precário; e 37 ZEIS vazias destinadas ao reassentamento de famílias removidas ou para atender ao crescente déficit habitacional. No caso, vale lembrar das atividades de formação e assessoria conduzidos pelo Cearah Periferia, por meio de um Encontro de Comunidades, em 2006,

voltado para debater o alcance social das ZEIS como instrumento capaz de confrontar a especulação e promover a regularização fundiária, e aberto à participação dos atores diretamente envolvidos.

Ao longo dos primeiros anos de sua existência, as ZEIS permaneceram engavetadas e esquecidas. Algumas tentativas ainda foram realizadas, mas pouco se avançou. Tal retrocesso pode ser diretamente associado ao período em que os projetos urbanos relacionados aos megaeventos preponderaram sobre o processo de planejamento, evidenciando uma série de remoções e ameaças, principalmente por conta de obras de mobilidade urbana e grandes equipamentos turísticos.

Frente às pressões das comunidades organizadas dessas zonas especiais, a prefeitura veio a constituir um grupo interdepartamental, responsável por definir uma agenda de trabalho e debates para formulação de relatório. Naquele momento, quando o Iplanfor havia sido recriado, percebia-se que o Departamento de Articulação Institucional (DIART) apostava neste instrumento no sentido de mostrar a sua capacidade de promover a integração entre as diferentes secretarias. Da mesma forma, ao promover a realização das atividades com o acompanhamento das comunidades e de seus assessores, o Iplanfor revelava uma condição dissonante das demais secretarias municipais, via de regra avessas ao debate e à participação da sociedade civil. Percebia-

se o seu propósito de que o instrumento viesse a ser implementado, reconhecendo a sua potencialidade de inclusão social. Vale lembrar que, por meio dessa atividade, o Iplanfor tomou conhecimento da existência do Plano Local Habitacional de Interesse Social de Fortaleza, finalizado em 2012, porém esquecido pela gestão municipal, tendo em vista o seu foco na definição de estratégias para a urbanização de favelas.

Contudo, era possível perceber uma postura dúbia e contraditória dos gestores do Iplanfor, visto que nas reuniões dos conselhos municipais os mesmos mantinham-se como parte de um bloco, sempre votando com gestores visivelmente atrelados aos interesses do setor imobiliário.

Frente a essa situação, destacam-se como objetivos da assessoria: defender a implementação das ZEIS como mecanismo de combate às desigualdades e às remoções, capaz de promover regularização fundiária; conter a especulação, garantir a gestão democrática e participativa; promover a discussão sobre a regulamentação das ZEIS, contrapondo-as a outros mecanismos voltados à valorização imobiliária e à atração de investimentos privados, como as OUCs, em detrimento das comunidades pobres; definir os procedimentos voltados para a criação dos conselhos, a garantia de recursos para a sua implementação e as condições para a elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária.

Ao acompanhar a realização desses relatórios, debatendo seus conteúdos, obteve-se como resultado o fortalecimento dos representantes das comunidades, que aos poucos e progressivamente se apropriaram de seus conteúdos e se reconheceram como grupo. Mesmo para os técnicos do município, percebia-se que esses trabalhos significavam uma oportunidade para se apropriar de informações referentes aos assentamentos urbanos precários presentes no Plano Local Habitacional de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFor). Contudo, as mesmas não tinham o grau de aprofundamento necessário para estudos particulares e específicos.

Por outro lado, sob a influência de artigos da Lei do Plano Diretor de Fortaleza, o Iplanfor buscava condicionar a implementação das ZEIS à realização de Operações Urbanas Consorciadas, tidas como mecanismos de captação de recursos financeiros pelo município para a realização de melhorias na cidade. Afinal, a maior parte das zonas especiais encontram-se em áreas valorizadas e de interesse do setor imobiliário. Contudo, apesar de ressalvas dos órgãos municipais, ao final do processo ficou reconhecida a diferença dos objetivos de ambos os instrumentos visto que os objetivos das operações tenderiam a prevalecer sobre os das Zonas Especiais de Interesse Social.

O debate em torno das ZEIS Vazios, que vinham sendo progressivamente suprimidas, também emergiu, evidenciando-se os

interesses do setor privado em resgatá-las progressivamente. Fazia parte do Plano Diretor de Fortaleza de 2009 um artigo que garantia que nos cinco anos posteriores à sua aprovação, o resgate a cada ano de 5% das ZEIS Vazios, desde que o município não as utilizasse para os propósitos a que as mesmas se destinavam. Além disso, foi abordada a perda de vazios inseridos nas ZEIS Favela estabelecida em lei municipal aprovada em 2012, o que retirou destas ZEIS a possibilidade de terem nos seus territórios a sua própria alternativa de solução em caso de necessidade de áreas para reassentamento e/ou para equipamentos sociais.

Neste sentido, constatou-se a tentativa por parte da Seuma de liberar todas as ZEIS Vazios, dado que em 2014 já havia passado cinco anos e nenhum metro quadrado de ZEIS vazio havia sido utilizado para a produção habitacional. Para tanto, a secretaria arguiu a Procuradoria Geral do Município sobre a possibilidade de revogar o instrumento, habilitando todas as áreas para empreendimentos imobiliários. Não fosse a manifestação pública de assessorias e movimentos contrários a este procedimento, o mesmo teria sido efetivado, desmontando toda uma perspectiva de áreas destinadas para o reassentamento. Buscou-se, inclusive, incluir novas áreas da cidade como ZEIS Vazios, de modo a recuperar o estoque perdido nos cinco anos posteriores à aprovação do PDP, assim como dos vazios presentes nas ZEIS Favela.

A finalização dos relatórios pode ser reconhecida como experiência das mais positivas tendo em vista que, apesar dos posicionamentos contrários dos agentes envolvidos, era possível reconhecer a construção de acordos na sua redação final, esclarecendo-se a presença de opiniões adversas e garantindo-se a sua continuidade para uma segunda etapa. Todavia, aguardou-se por mais de um ano a convocação da comissão responsável, a qual discutiria a criação dos conselhos gestores, a elaboração dos planos integrados de regularização fundiária e os fundos necessários, culminando com a elaboração dos termos de referência voltados para a implementação das ZEIS.

A segunda fase transcorreu de maneira menos harmônica que a primeira. Desde a composição da comissão, era possível reconhecer as dificuldades para a sua condução, dada a presença de representantes de outras instituições municipais envolvidos com os instrumentos vinculados à financeirização do desenvolvimento urbano e ideologicamente avessos ao direito à cidade.

O processo conflituoso foi marcado por confrontos desde a discussão dos conteúdos dos termos de referência às apresentações sobre os instrumentos da política urbana local. Por vezes, percebia-se que a finalização dos trabalhos estava ameaçada diante do conflito entre representantes do campo institucional e do campo popular.

Vale destacar a inclusão de uma décima ZEIS, devido à tentativa de remoção da comunidade Vila Vicentina. Diante de ameaça de despejo de 42 famílias de um conjunto de casas reconhecidas como ZEIS, houve a possibilidade de debate e inclusão desse assentamento no conjunto de prioridades. Depois da discussão do tema no Conselho Municipal de Habitação Popular, de audiências públicas e da elaboração de três projetos de tombamento, a Vila foi finalmente incluída como ZEIS a ser implementada.

Durante as discussões, também foi debatida a possibilidade de eleger uma das ZEIS como projeto piloto, a partir do qual seriam definidos os procedimentos para as demais. Todavia, advogou-se pela realização de todas elas simultaneamente, tendo em vista que já se passaram dez anos

desde a sua criação. Além disso, diante de um universo de mais de 856 assentamentos urbanos precários, tratava-se de pequeno grupo.

Ao final, foram elaborados os termos de referência para a criação dos Conselhos Gestores, inclusive determinando critérios para a sua composição. Estabeleceram-se os conteúdos dos PIRFs conforme pontuavam as diretrizes do Plano Diretor. Foi ainda definida a inclusão de recursos no orçamento municipal para a elaboração dos dez PIRFs, acompanhados pela equipe de gestores municipais. Considerando o acompanhamento de representantes das comunidades ao longo de toda a discussão dos TRs na comissão, quase todas as ZEIS passaram a contar com lideranças com amplos conhecimentos sobre o alcance, a finalidade e os conteúdos deste instrumento (Figura 11).

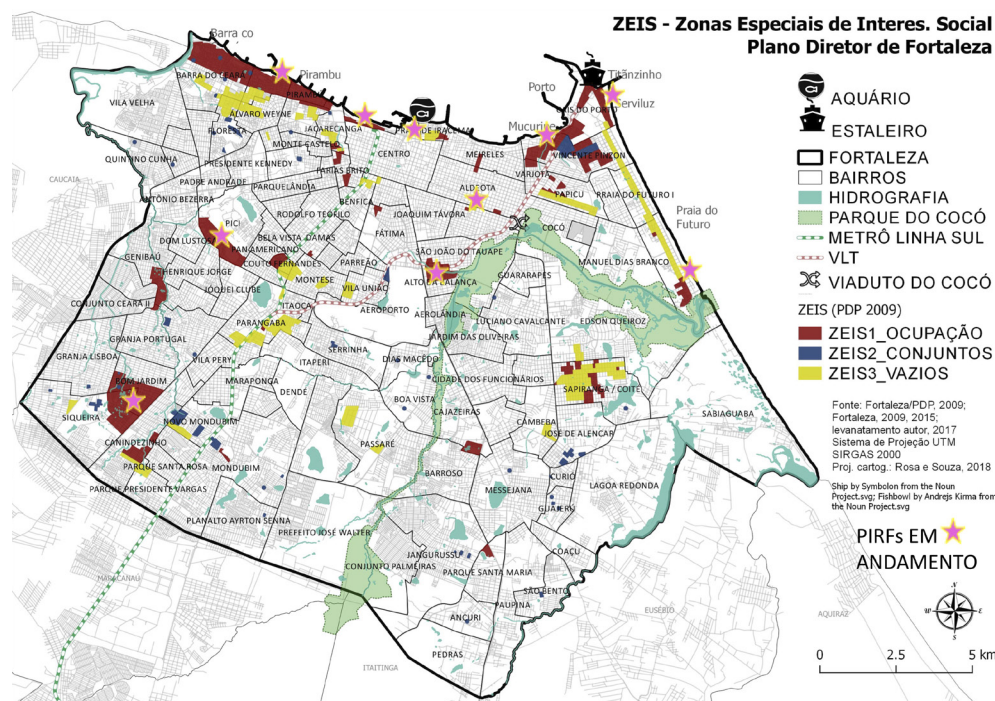


FIGURA 11: Mapa das ZEIS com destaque para as ZEIS prioritárias

Produção: Sara Vieira Rosa.

Contudo, quando publicado o Diário Oficial, percebeu-se o verdadeiro “golpe” do município ao retirar a representação das universidades dos conselhos, substituída por vereadores. Estes passariam a ter no processo de elaboração dos PIRFs a oportunidade de incidir diretamente na sua realização, podendo inclusive capitalizar politicamente em cima dos resultados, assim como comprometer a sua condução.

Fato é que depois de todo o desgaste, a prefeitura repassou a elaboração dos PIRFs para equipes de professores das universidades, contratados como consultores, ainda que os mesmos não possuíssem qualquer experiência na condução de processos similares. Além disso, o prazo para a realização dos serviços, inicialmente previsto para vinte e quatro meses, foi reduzido para apenas quatro meses, com possível aditamento de mais dois meses em caso de não cumprimento da totalidade dos trabalhos. Realce ainda para a supressão das salas de situação que estariam presentes nas ZEIS como mecanismos que viabilizariam um acompanhamento e discussão permanente das proposições pelos moradores, o que facilitaria a maior adesão dos mesmos ao processo de planejamento em curso.

Com o contragolpe, as assessorias técnicas, que tomavam parte da Frente de Luta por Moradia buscaram se inserir nos Conselhos como representantes legais. No caso do Lehab, assumimos a vaga no Conselho da

ZEIS do Serviluz, onde temos presenciado toda uma série de desmandos por parte da gestão municipal.

Atualmente os Planos Integrados de Regularização Fundiária das dez ZEIS prioritárias encontram-se em andamento. Alguns inclusive já finalizados, aguardando os pareceres da equipe técnica do Iplanfor que acompanhou os serviços. Problemas referentes ao tempo insuficiente para a realização têm sido recorrentemente mencionados. O grande porte de algumas das ZEIS prioritárias, abrangendo mais de um bairro, assim como o grau de organização social também são pontos a serem considerados como fragilidades e ameaças ao bom andamento dos serviços. A falta de acesso às informações da própria prefeitura para as consultorias também foi relatada. Estima-se que no futuro próximo, todo esse material possa vir a ser avaliado, aguardando-se que o andamento dos processos e a sua não implementação não venham a comprometer o alcance do instrumento, de modo a desacreditá-lo.

Vale aqui ressaltar os resultados positivos recém obtidos dessas práticas, como o que passou a ocorrer na Comunidade do Titanzinho. Situada entre a ZEIS do Serviluz e o Terminal Turístico de Passageiros, a comunidade passou a ser ameaçada de remoção por conta de um programa de desenvolvimento urbano aprovado em 2012 pela PMF. Em seu lugar seria construída uma enorme praça de acolhimento aos turistas, alegando-se que o assentamento se enquadraria como área de risco

Frente aos prenúncios de desterritorialização, alguns de seus moradores partiram para a realização de um processo de planejamento popular, apresentando-se como um alento, verdadeira luz no final do túnel. Ainda por ocasião das discussões sobre as ZEIS, chamava atenção a não inclusão dessa comunidade como uma das prioritárias. Mais ainda, realce para as atividades culturais que têm promovido nos últimos anos uma maior aproximação e interação dos grupos de juventude com a universidade, derivando na intensa produção artística, na ocupação dos espaços, no reconhecimento de seus direitos e na consolidação de territórios populares historicamente construídos.

Diante das ameaças de despejo, foi feita denúncia das pressões sofridas pela Secretaria de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza junto à Promotoria de Conflitos Fundiários do Ministério Público do Ceará. Em audiência pública, o Lehab atuou como assessoria, apresentando os problemas detectados no projeto, considerando os impactos negativos a que seriam submetidos os moradores em caso de remoção e reassentamento no conjunto proposto pela Habitafor. Além disso, conforme apontou o geólogo Jeovah Meireles, questionou-se a alegação da condição de risco da comunidade feita pela secretaria, abrindo-se a possibilidade de modificação do projeto, desde que o financiador do projeto viesse a permitir.

Diante desse problema, representantes e apoiadores buscaram suporte para a realização de seu Plano Popular. Graças à colaboração de pesquisadores e professores militantes, foram realizadas oficinas e discussões de maneira coordenada, sempre com o objetivo de fortalecer a comunidade em sua luta para permanecer naquele setor. Fato é que a comunidade logrou êxito, conseguindo evitar a sua remoção e garantindo a sua permanência naquele setor, fazendo valer o que Wehmann denomina como o direito de habitar a paisagem.<sup>5</sup>

Atualmente, o processo se dissemina enquanto prática, atraindo outros movimentos atuantes ao redor. Dentre seus desdobramentos é possível mencionar: o questionamento das condições de reassentamento ofertadas pelos órgãos governamentais, a busca pela construção de cartografia social reveladora de suas afetividades com o lugar – espaço vivido -, a identificação e valorização de práticas de economia solidária. Tudo isto colocando a coletividade e diversidade inerentes à comunidade como pilares para a resistência e a esperança.

### QUAIS DESAFIOS NORTEIAM NOSSAS PRÁTICAS? QUE QUESTÕES PODEM SER ENUNCIADAS?

A partir das atividades de Extensão, em especial aquelas que foram relatadas na seção anterior, pretende-se nesta última parte apontar um quadro de desafios frente aos quais nos colocamos como professor-pesquisador-extensionista atuando junto a um laboratório que visa conduzir este caminho plural e diverso.

Acredito que seja relevante compartilhar essas constatações de modo a contribuir com outros grupos de universidades públicas ou privadas, assim como com coletivos que atuem como assessoria técnica voltadas ao combate às desigualdades socioespaciais.

A incidência na formulação de políticas públicas associadas ao planejamento urbano e habitacional se coloca como um primeiro desafio. Incidir significaria contribuir para a sua melhoria, inclusive formulando proposições? Incidir para que as mesmas não sejam extintas?

Inicialmente, por meio da condição de representante da UFC no Conselho Municipal de Habitação Popular (Comhap), na Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor (CPPD), ou mesmo na Comissão das ZEIS, nossas práticas caminham no sentido de realizar um monitoramento diante das intervenções propostas pelo município, assim como de disseminar a informação até então restrita à quatro paredes.

Afinal, diante da implementação de grandes projetos urbanos e da forma como os processos de planejamento urbano vêm sendo conduzidas, acompanhar as ações governamentais significa trazer à tona as aberrações presenciadas nessas arenas de debate. Além disso, é fundamental avaliar seus impactos, desvelar seus propósitos e identificar os agentes envolvidos, sejam eles beneficiários ou negativamente atingidos.

Assim, a atuação passou a se voltar em defesa do direito à cidade e no combate à exclusão territorial. Contudo, tendo em vista os desequilíbrios presentes na composição dessas instâncias de controle social, a participação nos mesmos nos leva à contraposição às práticas de supressão territorial de comunidades, inclusive à sua denúncia.

Contudo, ainda que tenhamos obtido alguns avanços, faz-se necessário melhor refletir sobre a permanência nesses espaços de debate, tendo em vista as suas composições e orientações, cada vez mais avessas à garantia de direitos humanos e vinculadas aos desmandos do Estado e do setor imobiliário.

Um segundo desafio diz respeito à composição de frentes com movimentos sociais, comunidades e coletivos, contribuindo com o fortalecimento e garantindo a autonomia de cada um de seus componentes. Afinal, a junção entre o conhecimento científico e o saber popular

5. WEHMANN, H. E. (2019). A paisagem habitada: o reconhecimento da experiência estética como direito à cidade. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP.

não é das mais fáceis. Tudo isso, numa conjuntura de extrema desigualdade e desequilíbrio na composição de forças entre as comunidades frente às instituições governamentais e seus apoiadores, dentre os quais a grande imprensa e algumas entidades profissionais.

Com isso, a passagem da condição de pesquisador à de componente da Frente de Luta por Moradia Digna tem nos levado a convidar outros coletivos, entidades e assessorias técnicas, dada a dimensão e a recorrência dos problemas detectados. Nesse sentido, a realização de atividades, como os encontros de comunidades e as assembleias populares da cidade voltados para compartilhar problemas a serem enfrentados, tornou-se imprescindível. Sempre partindo da reflexão sobre as questões a serem enfrentadas de modo a refletir sobre a possível concepção de soluções, o delineamento de estratégias de ação e a busca por novos parceiros.

Disto se desdobra um terceiro desafio: a necessidade de imprimir maior rapidez e visibilidade na disseminação das informações relacionadas aos resultados das práticas de pesquisa-ação, agilizando a sua veiculação e abrindo possibilidades de debates.

No caso, para além de publicações acadêmicas, verifica-se a necessidade de difundir os resultados obtidos por meio de mídias sociais, assim como através de eventos e debates. A *webserie* Cartas Urbanas, as postagens no perfil do facebook *direitoacidadefortaleza* e no site do Lehab - [www.lehab.ufc.br/wordpress/](http://www.lehab.ufc.br/wordpress/) -, assim como as rodas de conversa, os diálogos de pesquisa e as audiências públicas podem ser mencionados como tentativas para vencer esse desafio (figuras 12, 13, 14 e 15).



FIGURA 12: Webserie Cartas urbanas apresentando resultados das pesquisas. Fonte: Nigéria.

FIGURA 13: Rodas de conversa no Grande Serviluz sobre grandes projetos urbanos. Fonte: Sara Vizira Rosa.



FIGURA 14: Diálogos sobre as remoções, contrapondo estudos do Lehab e de outros pesquisadores. Fonte: Breno Holanda.

FIGURA 15: Audiência pública para denunciar o problema das remoções forçadas em Fortaleza. Fonte: Breno Holanda.

Um quarto desafio a ser vencido diz respeito à obtenção de informações relacionadas aos processos estudados comprovando as nossas hipóteses. Afinal, desde que passamos a publicamente apresentar um posicionamento contrário às ações do município, deixando claro nosso olhar crítico, algumas portas se fecharam e várias possibilidades de diálogo foram abruptamente interrompidas!

Da mesma forma, as entrevistas com determinados agentes públicos já não são obtidas, restringindo-se a questionamentos em audiências públicas. Praticamente nos últimos cinco anos, antes do envio à Câmara Municipal de Vereadores, a participação nos processos de planejamento e nas discussões referentes aos grandes projetos urbanos só ocorrem através de audiências convocadas pelo Ministério Público ou por parlamentares comprometidos com as questões do direito à cidade. Da mesma forma, a obtenção de qualquer informação passou a requerer a abertura de processos apoiados na Lei de Acesso à Informação!

Atender às demandas pautadas pela conjuntura local, na maneira como novos processos de planejamento, programas e grandes intervenções são reconhecidas como novas ameaças de violação de direitos também tem sido um amplo desafio que norteia nossas práticas de Extensão.

Afinal, ao tomarmos parte de articulações locais, somos compelidos a assumir demandas que em algumas situações

extrapolam nossas capacidades. Por vezes, as ações não terminam, como no caso da assessoria técnica para as comunidades ZEIS prioritárias. Esta teve apoio da Fundação Ford por dezoito meses, finalizando-se em meados de 2015, mas ainda hoje permanece como atividade interna ao Lehab. Somente para a elaboração de relatórios e de termos de referência para a contratação da elaboração de Planos Integrados de Regularização Fundiária para dez ZEIS foram quatro anos. Depois disso, quando pensávamos que esta ação tivesse finalizado, passamos a ingressar o Conselho da ZEIS do Serviluz, como integrante da Frente de Luta por Moradia.

O mesmo pode ser dito em relação à nossa integração à rede de Observatório de Remoções, provocada pela fala de moradores no Encontro de Comunidades, que nos sensibilizou a estudar o tema junto aos parceiros locais dos escritórios de direitos humanos, da Defensoria Pública e da Promotoria de Conflitos Fundiários, no sentido de elaborar uma cartografia analítica e tentar dimensionar o problema. Afinal são dezenas de casos, onde os despejos forçados e violentos de comunidades foram realizados sem qualquer ação administrativa ou judicial. Nesse sentido, passamos a provocar os agentes institucionais diretamente envolvidos a apresentarem justificativas e procedimentos para as práticas adotadas.

Mais recentemente, diante da onda de violência que permeia Fortaleza por todos as suas frentes, temos sido chamados a debater com grupos de pesquisa que estudam a violência na cidade, apresentando uma leitura da estruturação da cidade e dos processos que explicam suas disparidades socioespaciais.

No momento, bate à nossa porta a questão das facções como agentes de remoção, atuando diretamente nos grandes conjuntos habitacionais, o que nos coloca novos desafios, inclusive teórico-metodológicos, sobre como estudar e compreender essas novas questões que definitivamente se aproximam da questão da moradia.

Também desponta como desafio a ser enfrentado a articulação das práticas de Extensão à realização de pesquisas de pós-graduação, trabalhos de graduação e de iniciação científica vinculadas às problemáticas locais, buscando garantir a devolução dos resultados obtidos em campo para aqueles que compõem o campo.

Contudo reconhecemos que para a realização de práticas de planejamento urbano na atual conjuntura - especialmente aquelas adjetivadas como crítica, radical, conflitual, insurgente, militante, engajada e popular - é fundamental considerar as limitações do tempo, a necessidade de envolvimento pleno, formação e consciência política daqueles que integram os processos.

Também se coloca como desafio a adoção dos resultados de práticas de pesquisa-ação como temáticas para o desenvolvimento de projeto no atelier, aproximando os alunos da realidade local e das questões contemporâneas.

Afinal, transportar as demandas da Extensão para a sala de aula é sem dúvida uma tarefa das mais delicadas. Mesmo a construção de questões a serem alvo de projeto, devem ser tratadas com responsabilidade no sentido de não estabelecer compromissos que não serão cumpridos. Contudo, é cada vez mais necessário que fuja de questões banais, de demandas excludentes, de temáticas que fuja da realidade, que não conduzam ao enfrentamento das desigualdades. Devemos sim politizar o ensino, sem qualquer receio.

Também se destaca como desafio o aumento das demandas sociais num momento em que se acirram as desigualdades e se ampliam as tensões. Afinal, até onde vai a nossa capacidade de intervir? Como disseminar e ampliar o papel da Universidade no enfrentamento a estas questões? Como ampliar o espaço da Extensão nas atividades curriculares dos nossos cursos de graduação e como inserir a Extensão na pós-graduação?

Todavia tal crescimento nos impele a mais um desafio, qual seja a captação de recursos! Como ir atrás de financiamento para realizar as nossas práticas de Extensão? Diante da redução do orçamento pelas instituições governamentais de fomento, levando a universidade a suprimir abruptamente a continuidade de bolsas de Extensão, nossas práticas se tornam cada vez mais vulneráveis. Sem dúvida, isto nos leva a repensar os procedimentos de nossas práticas visando não ter que suspendê-las.

No caso das atividades de Pesquisa e Extensão em planejamento urbano voltadas para o enfrentamento das desigualdades, torna-se cada vez mais inviável a realização de ações apoiadas por instituições governamentais, tendo em vista o papel que o Estado tem assumido. Desta forma, somos levados a buscar apoio financeiro junto às instituições internacionais, às agências ecumênicas, aos fundos voltados para a proteção de direitos humanos. Mesmo as plataformas de financiamento coletivo passam a ser soluções para garantir as condições mínimas e necessárias para a realização das práticas extensionistas.

Por fim, nos resta como derradeiro desafio a capacidade de lidar com o tempo, que se mostra cada vez mais limitado, breve e escasso, entendendo que para além das ações, faz-se necessário compreender o seu alcance e dimensionar os seus impactos!

Talvez este seja o maior desafio, considerando as dificuldades do presente. Afinal, diante de práticas que nos colocam muito além da sala de aula, é fundamental a garantia do tempo para a reflexão. Uma análise crítica a respeito do nosso papel como professor, pesquisador e ator social que visa não apenas transferir conhecimentos, como também captar os anseios e as necessidades presentes para além dos muros da universidade.





Ocupação 9 de julho, São Paulo, 2019  
foto\_ Camila D'Ottaviano

# CO-CRIANDO A CIDADE COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**PRÁTICAS EXTENSIONISTAS  
ENTRE O CURIAR-EMAU/UFBA  
E DOIS ESPAÇOS EDUCATIVOS  
DE SALVADOR IBA**

*Curiar/UFBA<sup>1</sup>*

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CAMPO DO  
PLANEJAMENTO URBANO**

A Extensão Universitária, no âmbito de Arquitetura e Urbanismo, vêm assumindo um papel importante nos processos de produção da cidade, tensionando e questionando ações do planejamento e das políticas públicas, e evidenciando a necessidade de estabelecer um diálogo permanente com outros campos disciplinares. Essa perspectiva multidisciplinar das atividades extensionistas está ressaltada nas diretrizes estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, através da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. De acordo com essa deliberação, destaca-se a importância de uma interação contínua entre essas práticas e as atividades de Ensino e Pesquisa, sendo indicado no Art. 5º:

## CAPÍTULO 6

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.<sup>2</sup>

Entre os pontos indicados pela Resolução, para a concepção e a ação extensionista, nota-se o valor atribuído a uma formação integral dos estudantes (e cidadãos), que se relaciona com o fortalecimento de um processo de sensibilização quanto ao contexto social em que se inserem.

Em consonância com essa visão e com a compreensão da importância da autonomia estudantil na construção do conhecimento, vêm sendo desenvolvidas, desde a década de 1990, no Brasil, as atividades dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs), que são espaços autogestionados pelos estudantes de forma horizontal, multidisciplinar e democrática. A atuação dos Escritórios Modelo ocorre, em sua maioria, em lugares nos quais o Estado e o planejamento urbano mostram-se ineficazes na melhoria das condições de vida da população, buscando contribuir para as reivindicações e a consolidação das mobilizações coletivas desses locais.

Esse modelo de atuação é defendido também pelo **Curiar**, que é o Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), constituído enquanto Programa de Extensão Permanente, da Pró-Reitoria de Extensão Universitária. O Curiar teve início em 2011, a partir da mobilização de um grupo de estudantes que desenvolvia, por meio de uma disciplina de projeto, atividades em espaços de moradia popular de Salvador, surgindo o interesse em atuar de forma contínua em áreas similares da capital baiana, identificando-se, então, com a proposta dos Escritórios Modelo. Como outros EMAUs, o Curiar busca repensar os espaços urbanos

a partir da interação com seus moradores, reforçando a imprescindibilidade da participação cidadã nas decisões relativas à cidade e à vida coletiva. Assim, os projetos são elaborados como forma de repensar os espaços e as instâncias nos quais o planejamento urbano é construído, debatido e efetivado, bem como os interlocutores privilegiados nesse processo.

As atividades desenvolvidas pelos EMAUs são realizadas a partir de comunidades organizadas - seja através de associações de moradores, movimentos sociais ou coletivos -, valorizando a atuação em Arquitetura e Urbanismo enquanto processo, e contribuindo para que esse trabalho possibilite a construção partilhada de conhecimentos e de autonomia para todos os envolvidos. Nesse sentido, a Extensão Universitária pode ser vista como um espaço potencial para o desenvolvimento de experiências dialógicas que têm a perspectiva de pensar e produzir outros modelos de cidade. Esse argumento associa-se com a prática educativa defendida por Paulo Freire, expressa em seu trabalho acerca da Extensão, no qual evidencia a necessidade da interação entre os saberes acadêmicos e os saberes populares, tendo o entendimento de que

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.<sup>3</sup>

A obra de Paulo Freire constitui-se como referência para o trabalho dos EMAUs, tendo sido incorporada no Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA), orientando os princípios e as perspectivas de atuação na cidade, assim como de uma formação acadêmica que implique na mobilização e na autonomia dos estudantes. Esse caráter do processo de educação discente foi reforçado na Sessão 9 do XVIII ENANPUR, a partir do trabalho “A Extensão Universitária na formação em Arquitetura e Urbanismo através dos EMAUs: estudo de caso sobre os cinco anos de atuação do Abricó como EMAU da UFRJ”,<sup>4</sup> apresentado por membros do EMAU Abricó, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.<sup>5</sup> Ressaltou-se a importância dos Escritórios Modelo na articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, compreendendo que a mobilização estudantil é somada nesse processo, tornando a tríade, uma tétrede.

1. Ana Clara Oliveira de Araújo, Davi Lima Bastos, Maria Luiza Freitas Rocha & Mariana Ribeiro Pardo.

2. BRASIL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2018). Resolução no 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

3. FREIRE, P. (1983[1969]). Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 15.

4. LESSA, M.E.S.; MOUROS, E.S. dos; & FERREIRA, B. G. (2019). A Extensão Universitária na Formação em Arquitetura e Urbanismo através dos EMAUs: estudo de caso sobre os cinco anos de atuação do Abricó como EMAU da UFRJ. In *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal: ANPUR.

5. O capítulo 7, dos mesmos autores, é um desdobramento do artigo apresentado no XVIII ENANPUR. (N.do E.)

No âmbito das atividades desenvolvidas pelo Curiar, as interações possibilitadas por essa téttrade foram constituídas, no último ano, por meio da articulação com dois espaços educativos: a Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada, na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador; e o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) União Boca do Rio, no bairro da Boca do Rio (Figura 1). Essas instituições, além de incentivarem a autonomia e a participação de seus estudantes nos processos relacionados ao fortalecimento de suas ações, possuem um viés de mobilização da comunidade onde estão inseridas,

estimulando uma perspectiva coletiva em relação à cidade e ao exercício da cidadania. A interlocução com esses locais possibilitou a reflexão acerca da participação das crianças e dos adolescentes no planejamento e na produção do espaço urbano, que já vinham sendo debatidas dentro do Escritório Modelo em projetos anteriores.

Desse modo, as ações iniciais nesses espaços foram apresentadas conjuntamente como um projeto de Extensão através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBIEX) 2018-2019, da UFBA, buscando ampliar a discussão em torno da incorporação da população infanto-juvenil nas decisões relacionadas aos contextos em que se inserem. Nessa perspectiva, a proposição dessa atividade e sua posterior aprovação pelo PIBIEX foram importantes para que a relação entre Educação e Cidade - e com as crianças e os adolescentes -, pudesse ser pautada e reconhecida como necessária para o campo de Arquitetura e Urbanismo na Universidade. A inclusão, nas atividades extensionistas, de temas vinculados à educação também foi exposta durante o XVIII ENANPUR com o trabalho "Vivências, troca de saberes e formação cidadã para o Direito à Cidade: experiências do projeto Motyrum - UFRN, de Educação Popular em direitos humanos, na comunidade do Jacó, em Natal/RN",<sup>6</sup> considerando a perspectiva de construção

de uma pedagogia do urbano, contribuindo com práticas que possibilitem a garantia de direitos em relação à cidade.

A integração do projeto ao PIBIEX possibilita refletir ainda sobre o papel da Universidade no contexto em que está inserida, destacando que, através da Extensão Universitária, é possível também construir e aplicar conhecimentos que promovam diferentes e potentes mudanças na sociedade, como ressaltado no Art.5º da Resolução mencionada anteriormente. Tal função acadêmica foi ponderada durante a Sessão Temática voltada para as atividades extensionistas no último ENANPUR, destacando-se o trabalho "O Ornitorrinco de Papel: universidade, cidade e extensão universitária",<sup>7</sup> apresentado por Panizzi, que reforçou em sua fala durante o Encontro "o direito da universidade de ser uma instituição a frente do seu tempo".<sup>8</sup> Assim sendo, o projeto desenvolvido pelo Curiar, nos dois espaços educativos referidos, teve também a atribuição de atender a essa demanda, visando contribuir para que a Universidade coloque em prática, cada vez mais, a amplitude proposta em seu significado.

## PENSAR A CIDADE PARA/COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pensar e produzir cidades mais democráticas e plurais é também, e essencialmente, propor cidades inclusivas para crianças e adolescentes. No contexto de inserção desses agentes sociais nos processos de planejamento e produção dos espaços urbanos é fundamental mobilizar uma discussão em torno dos direitos da população infanto-juvenil à cidade, envolvendo não apenas a garantia dos direitos básicos - estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente -, como também a participação e a influência nas decisões que afetam seu cotidiano. Dessa forma, para além de garantir o acesso digno a equipamentos e serviços urbanos, enquanto usuários desses espaços, é necessário reconhecê-los e incorporá-los enquanto agentes de criação e proposição da cidade.

Nessa perspectiva, abordando o tema da participação infantil pelo viés da cidadania, Dias e Ferreira pautam que

[...] é prioritário impulsionar o lugar das crianças e seu "empoderamento" na sociedade contemporânea. Para a construção e o exercício da sua cidadania coletiva, entre outros, são critérios básicos: sua integração em processos participativos e decisórios da vida urbana, a disponibilidade, o uso coletivo e a apropriação dos espaços públicos urbanos, assim como a identificação das crianças com tais espaços.<sup>9</sup>

FIGURA 1: Mapa de Salvador, com a localização dos dois espaços educativos em interlocução com o Curiar

Elaboração: PARDO, 2019. Base: Google Earth, 2019.



6. BENTES SOBRINHA, M.D.P.; DUARTE, M.C.de S.; LÉLIS, R.L.S.; & WANDERLEY, M.U. (2019). Vivências, troca de saberes e formação cidadã para o Direito à Cidade: experiências do projeto Motyrum - UFRN, de Educação Popular em direitos humanos, na comunidade do Jacó, em Natal/RN. In *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal: ANPUR.

7. PANÍZZI, W. (2019). O ornitorrinco de papel: universidade, cidade e extensão universitária. In *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal: ANPUR.

8. O capítulo 04, da mesma autora, é um desdobramento do artigo apresentado no XVIII ENANPUR. (N.do E.)

9. DIAS, M. S. & FERREIRA, B. R. (2015). Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v.17, n.3, p.118-133, p. 128.

Partindo da defesa da infância enquanto potência política, criativa e transformadora, é possível articular essa discussão com as dimensões abordadas pela Sociologia da Infância, que surge como um campo de debate acerca do reconhecimento das crianças enquanto agentes sociais ativos. Nesse âmbito, Sarmento<sup>10</sup> reflete sobre a invisibilidade dos corpos infantis enquanto atores políticos e aponta que tal invisibilidade acaba por revelar uma maior afetação e vulnerabilidade destes corpos nos contextos de desigualdades socioespaciais e ausência/não efetivação de políticas públicas.

[...] considerar a participação das crianças no espaço público exige que tenhamos em conta a influência das estruturas e instituições que as envolvem – sejam elas educativas, econômicas, jurídicas ou sociais –, que frequentemente se apresentam, como estruturas desconhecidas e fechadas, que funcionam como obstáculos para a construção de espaços de participação infantil.<sup>11</sup>

Outros obstáculos são somados às dificuldades de efetivação da participação infantil, já que, em muitos contextos, as crianças são vistas apenas como os “cidadãos do futuro”.<sup>12</sup> A compreensão desses

agentes enquanto corpos políticos implica em reconhecê-los em dois espaços-tempos diferentes - crianças e adolescentes não são apenas os agentes de transformação do amanhã, como são também os cidadãos do presente. Valorizar processos de escuta e de participação infantil nos debates relativos à cidade, reflete em desdobramentos futuros – que incluem a formação de uma consciência política, o (re)conhecimento dos direitos e a mobilização de agentes de transformação do espaço onde vivem –, mas também pode representar mudanças imediatas, já que “o planejamento e a modificação do espaço urbano, no sentido de tornar a cidade mais acolhedora e possível para a criança, também se reverte em benefício para o adulto”.<sup>13</sup>

Talvez possamos nos perguntar o quanto de avanço da pauta do direito da criança à cidade, da sua autonomia e participação, depende do campo do urbanismo, como forma de propor alterações no contexto urbano. Alterações do desenho urbano no sentido de possibilitar a retomada dos espaços públicos pela criança. Se o preço para isso for a desaceleração das ruas, a transformação das cidades, ou bairros, em espaços mais acolhedores, menos duros, menos contrários à vida (sem esquecer de árvores e animais), o ganho ultrapassará o campo geracional e valerá para todos os indivíduos da sociedade, adultos e crianças.<sup>14</sup>

Sobre o tema, Araújo ainda acrescenta a necessidade de um esforço e mobilização coletiva, e aponta que “cada grupo social precisa se debruçar sobre o papel que as crianças podem desempenhar no meio social para além do que vem sendo feito. A participação das crianças no espaço urbano precisa ser um projeto coletivo para se tornar efetivo”.<sup>15</sup> De fato, debater e construir a dimensão da participação infantil nas diferentes instâncias da vida cotidiana exige uma abordagem multidisciplinar, sendo importante a mobilização de variados campos e saberes, não só para pensar um projeto coletivo de cidade, como também para construir uma agenda urbana em torno dos direitos da criança e do adolescente.

Nesse sentido, defende-se, enquanto potência, a inserção das capacidades imaginativa e criativa da infância nos espaços de produção, debate e resolução de conflitos urbanos. A inclusão e a participação ativa das crianças e dos adolescentes nas agendas de discussão das políticas públicas apontam para possibilidades múltiplas de enfrentamento das problemáticas urbanas, através de dimensões relativas à liberdade, imaginação, experimentação e à capacidade de construção coletiva sempre presente na infância.

Alguns espaços e grupos, dentro e fora do Brasil, têm refletido e experimentado projetos e ações acerca do tema, possibilitando mapear e construir, ainda que brevemente, uma articulação potente entre experiências que incorporam e complexificam o debate aqui proposto. Na Espanha, por exemplo, os Encontros de Educação em Arquitetura para a Infância e a Juventude reúnem e articulam interessados nessa discussão, como é o caso de grupos como o Chiquitectos, em Madrid, e o Maushaus, em San Sebastián, que propõem - através de brincadeiras e aprendizagens -, estabelecer diálogos entre a infância e a compreensão dos espaços urbanos. Ambos projetos ressaltam a importância do exercício pleno da cidadania desde a infância.

No Brasil, um exemplo de aproximação dessa discussão trata-se do projeto *Zonzo: investigadores urbanos*, que propõe construir narrativas urbanas não hegemônicas, junto com crianças residentes no Morro da Babilônia, no Rio de Janeiro. O *Zonzo* se configura como um “dispositivo que pretende estimular a reflexão sobre a dialética dos espaços concebidos, vividos e percebidos” mobilizando as crianças para formar um “grupo de investigadores urbanos cientes de seu protagonismo no território e com domínio de informações e técnicas para expressar sua experiência urbana”.<sup>16</sup> O projeto ainda dispõe sobre a elaboração de metodologias participativas

10. SARMENTO, M. J. (2015). Uma agenda crítica para os estudos da criança. *Currículo Sem Fronteiras*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 31-49, jan./abr.

11. SARMENTO, M. J., FERNANDES, N. & TOMÁS, C. (2007). Políticas Públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade & Culturas [online]*, n. 25, p. 183-206, p. 190.

12. SARMENTO, FERNANDES & TOMÁS, op.cit, p. 188.

13. ARAÚJO, A. L. C. (2017). Algumas reflexões sobre o direito da criança à cidade e participação em espaços públicos. In *Anais do Seminário Urbanismo na Bahia (urbBA)*, 7., Salvador: Lugar Comum/UFBA.

14. ARAÚJO, op. cit., p. 9.

15. ARAÚJO, op. cit., p. 9.

16. AZEVEDO, C. & SANT'ANNA, J. (2017). “Zonzo: investigadores urbanos”: um dispositivo de apreensão urbana construído em parceria com crianças residentes no Morro da Babilônia, Rio de Janeiro. In *Anais Seminário Urbanismo na Bahia (urbBA)*, 7. Salvador: Lugar Comum/UFBA, p. 2.

e pedagogias urbanas, junto a crianças que experienciam cotidianamente a vida em bairros populares, onde o acesso ao direito à cidade é constatemente violado, implicando na necessidade de pensar caminhos que apontem para o (re)conhecimento de direitos e para a potência da manifestação e mobilização coletiva.

[...] durante o ano, as crianças foram dando pistas dos problemas da Babilônia; falavam sobre o que precisava melhorar, o que não gostavam, o que achavam injusto. Nos abrimos à escuta, estimulamos essas conversas e não poderíamos deixar de costurar o que era dito a respeito de questões de direitos humanos, promovendo um debate explícito sobre os direitos e deveres de todo cidadão, sobretudo os que moram nos espaços construídos pelos trabalhadores.<sup>17</sup>

No processo de reflexão sobre o direito das crianças e dos adolescentes à cidade, somam-se outras dimensões que conduzem o debate para um espaço fundamental: a escola, que tem um papel importante na construção da cidadania e na mobilização desses agentes sociais. Educação e Cidade são temas que podem - e devem - caminhar paralela e transversalmente. Ao mesmo tempo em que a escola é um lugar potente para abraçar discussões e reflexões sobre a cidade, os espaços urbanos também

podem, a partir de aprendizagens e de experiências, complementar conteúdos escolares. Essa relação entre escola e cidade - compreendendo as suas diversas escalas - tem a potencialidade de gerar mobilizações no âmbito comunitário, pois as redes de afeto, compromisso e troca que são criadas nesses contextos são capazes de transformar, em diversos níveis, o cotidiano e o lugar.

A perspectiva de construir materiais que aproximem crianças e adolescentes do campo de Arquitetura e Urbanismo tem um importante papel de pensar como essa relação pode contribuir para a inclusão desses agentes nas discussões sobre as cidades, entendendo que eles são também produtores dos espaços urbanos. Desse modo, a Pistache Editorial vêm desenvolvendo, desde 2016, publicações de Arquitetura e Urbanismo, com a série Casacadabra, para o público infantil, entendendo que a aprendizagem de conceitos relacionados a esses campos possibilitam a concepção de uma consciência crítica. Em 2019, em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-Br), a editora realizou uma pesquisa que envolveu professores e coordenadores pedagógicos de educação básica, além de arquitetos-urbanistas, para compreender como a discussão da cidade tem sido construída nas escolas e elaborar, posteriormente, materiais paradidáticos para o ensino fundamental.

A proposta de inclusão da discussão urbanística para escolas básicas nas atividades do CAU-Br demonstra um interesse de que esse tema não se restrinja ao público de Arquitetura e Urbanismo, compreendendo que a cidade deve ser pensada e produzida por todos os seus usuários. Assim, as pesquisas desenvolvidas por esse projeto buscaram integrar conceitos e formatos previamente utilizados para promover esse debate com crianças e adolescentes, através de atividades desenvolvidas pelas escolas, ou por experiências de profissionais desse campo voltadas para a relação entre educação e cidade. A produção desse material ainda está em curso, mas aponta também para a importância de uma contribuição multidisciplinar para as cidades, incorporando diferentes agentes nesse processo, e ainda potencializando outros instrumentos que podem ser criados a partir da criatividade e inventividade de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, é interessante conhecer a experiência de Reggio Emilia, na Itália, que tem como principal referência a Pedagogia da Escuta, desenvolvida pelo educador Loris Malaguzzi. Essa proposta metodológica busca dialogar com as diferentes e múltiplas linguagens da infância, relacionando-se com os contextos sociais, políticos e territoriais onde ela se insere, propondo articular crianças, educadores, pais e comunidade, para pensar

e impulsionar uma mobilização coletiva e integrada na cidade.<sup>18</sup> Isso significa pensar a cidade, o bairro e a rua enquanto territórios educativos e espaços potenciais de ação e apropriação dessa rede, que é estabelecida principalmente através do diálogo. Sobre essa relação, Malaguzzi comenta que

[...] essa espécie de abordagem revela muito sobre a nossa filosofia e nossos valores básicos, que incluem os aspectos interativos e construtivistas, a intensidade dos relacionamentos, o espírito de cooperação e o esforço individual e coletivo na realização de pesquisa. Apreciamos diferentes contextos, damos uma grande atenção à atividade cognitiva individual dentro das interações sociais e estabelecemos vínculos afetivos.<sup>19</sup>

A reunião dessas diferentes referências contribuiu para pensar e delinear relações entre Arquitetura, Urbanismo e Infância, tendo a Extensão Universitária como espaço de experimentação e atuação, através do Curiar, e entendendo também a necessidade de compreensão e comprometimento com a realidade socioespacial de crianças e adolescentes que vivem em contextos populares na cidade de Salvador. Essa conjuntura está refletida em experiências desenvolvidas nos dois espaços educativos mencionados, buscando construir possibilidades de articulação entre o planejamento e a produção da cidade, com os agentes que permeiam esses locais.

17. AZEVEDO & SANT'ANNA, op. cit., p. 11.

18. MALAGUZZI, L. (1999). Histórias, Ideias e Filosofia Básica. In: C. EDWARDS, L. GANDINI & G. FORMAN. As Cem Linguagens da Criança: A Abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância. Porto Alegre: ARTMED, p.59-104.

19. MALAGUZZI, op.cit., p. 76.

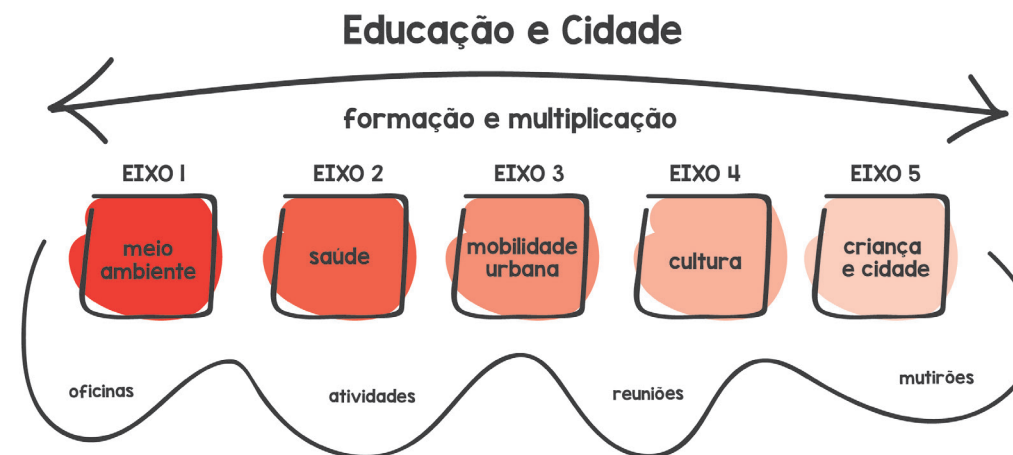
## PRÁTICAS EXTENSIONISTAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A aproximação do Curiar com a Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada e o CMEI União Boca do Rio propôs a construção de planejamentos colaborativos junto às crianças, adolescentes, coordenações pedagógicas, funcionários e outras pessoas que transitam por essas instituições, refletindo sobre os espaços que ocupam e a relação com o entorno urbano. Os locais de inserção na cidade são, respectivamente: a localidade de Escada, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, e o bairro da Boca do Rio, na região da Orla Atlântica. Apesar da distância geográfica entre eles, são configurados como áreas socioeconômicas populares de Salvador, com mais de 80% da população autoidentificada como negra e mais de um terço representada por crianças e adolescentes, com idade até 19 anos.<sup>20</sup>

Esses aspectos, somados aos dispositivos de violência presentes em contextos similares, engendram parcerias e ações dessas escolas, que se apresentam como outras perspectivas de vida para esses jovens e para a comunidade onde se encontram. A parceria do Curiar com os dois espaços

educativos, dada no âmbito da Extensão Universitária, incorpora uma ampliação do campo do planejamento urbano para outras práticas mais sensíveis e plurais, capazes de englobar pautas de diferentes sujeitos, fortalecendo a potência dos vínculos sociais.

O projeto de Extensão AUÊ (Articulações Urbanas em Escada) apresenta-se como um desdobramento de um plano colaborativo, de mesmo nome, desenvolvido entre estudantes de graduação da disciplina de Atelier V - Planejamento Urbano e Regional, no segundo semestre letivo de 2017, em articulação com a Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada. Após a finalização da disciplina, a proposição foi incorporada ao Curiar, buscando dar continuidade às ações propostas e ampliar o diálogo entre a universidade e os movimentos e agentes sociais que atuam nesse espaço da cidade. O viés formativo do projeto foi pensado a partir de cinco eixos temáticos - meio ambiente, cultura, saúde, mobilidade urbana e criança e cidade (Esquema 1) -, definidos através do diálogo com a população local e com a coordenação pedagógica da escola, visando fortalecer o debate em torno da cidadania e da juventude, com o resgate da memória local e a valorização do patrimônio, das manifestações e das práticas que ocorrem em Escada e no Subúrbio Ferroviário de Salvador.



ESQUEMA 1  
Eixos temáticos  
do projeto AUÊ

Fonte: ARAÚJO et. al., 2018

FIGURA 2: Roda de conversa sobre o tema de cultura, com a participação do Espaço Cultural Acervo na Laje.

Fonte: Acervo Projeto AUÊ

Como forma de instrumentalizar e envolver os jovens nas temáticas relacionadas aos espaços urbanos, e assim entender seus direitos e a possibilidade de reivindicá-los enquanto cidadãos, os eixos temáticos foram divididos, inicialmente, em dois tipos de ações - teóricas e práticas (Figura 2) -, contando com a participação de convidados externos, que auxiliassem nas discussões e nas questões levantadas pelos participantes. Outro ponto que se tornou importante na elaboração do plano colaborativo foi a questão da cartografia, que havia sido desenvolvida anteriormente com a coordenação pedagógica da Escola, com a participação do Movimento Trem de Ferro, convertendo-se em uma demanda a ser incorporada nas atividades teóricas pensadas para cada eixo temático. Na prática, as atividades cartográficas foram direcionadas para um momento independente, em formato de oficina, contando com a apresentação de outras experiências de mapeamentos participativos, com comunicação e linguagem aproximadas do público infanto-juvenil, facilitando a etapa posterior de criação e construção das representações cartográficas dos participantes.



Com relação às ações práticas, foram construídas atividades relativas a cada eixo trabalhado. Para o eixo meio ambiente foi construído, através de um mutirão, uma horta para a escola e um jardim no terreno da Igreja Nossa Senhora de Escada (Figura 3), como demanda dos participantes para melhorar o espaço de socialização da comunidade. Nesse eixo, uma consideração importante quanto à intervenção efetiva no espaço foi a multiplicação das ações por parte da Escola Comunitária de Escada, a partir da articulação com moradores da

20. CONDER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (2016). Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro - Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS - Organizador). 5ed. Salvador: CONDER/ INFORMS.



FIGURA 3: Mutirão para construção de uma horta e um jardim no espaço da Igreja e da Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada.

Fonte: Acervo Projeto AUÊ

localidade, proporcionando a emancipação desse processo. No que se refere ao tema de cultura, foi realizado um dia de oficinas e atividades, visando discutir e valorizar os costumes e tradições locais de Escada, em diálogo com outros projetos do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

No decorrer do processo, as produções gráficas e as ferramentas de mídia utilizadas pelo Curiar despertaram a atenção e a curiosidade das crianças e adolescentes da Escola Comunitária, levando ao desejo e ao planejamento coletivo de uma série de oficinas teóricas e práticas voltadas à temática dos recursos audiovisuais e gráficos. À vontade de aprender e experimentar tais ferramentas somou-se a necessidade da própria escola de registrar e documentar as atividades que acontecem ali. Assim, as oficinas de mídia (Figura 4), para além do objetivo da formação dos envolvidos, significaram, mesmo que em pequena escala, a emancipação e autonomia da Escola no que se refere à produção de materiais gráficos e ao registro e compartilhamento das atividades e ações promovidas. Ao longo do desenvolvimento das atividades propostas, foi necessário



realizar adaptações e reestruturações no planejamento colaborativo pensado através do AUÊ, possibilitando avaliações e atualizações, a partir de transformações no processo.

O projeto, realizado em parceria com o CMEI União Boca do Rio, iniciou-se a partir do contato de sua coordenação pedagógica com o Curiar para o desenvolvimento de uma proposta para a área externa da escola. As primeiras interlocuções com o local revelaram as necessidades e demandas apontadas pelas professoras e coordenadoras, bem como as dificuldades recorrentes enfrentadas pelo Centro Municipal, que é vinculado à Prefeitura Municipal de Salvador. Nesse sentido, foram apontadas questões relativas ao fortalecimento da relação entre escola e

FIGURA 4: Oficina de Fotografia realizada junto às crianças e adolescentes da Escola Comunitária.

Fonte: Acervo Projeto AUÊ

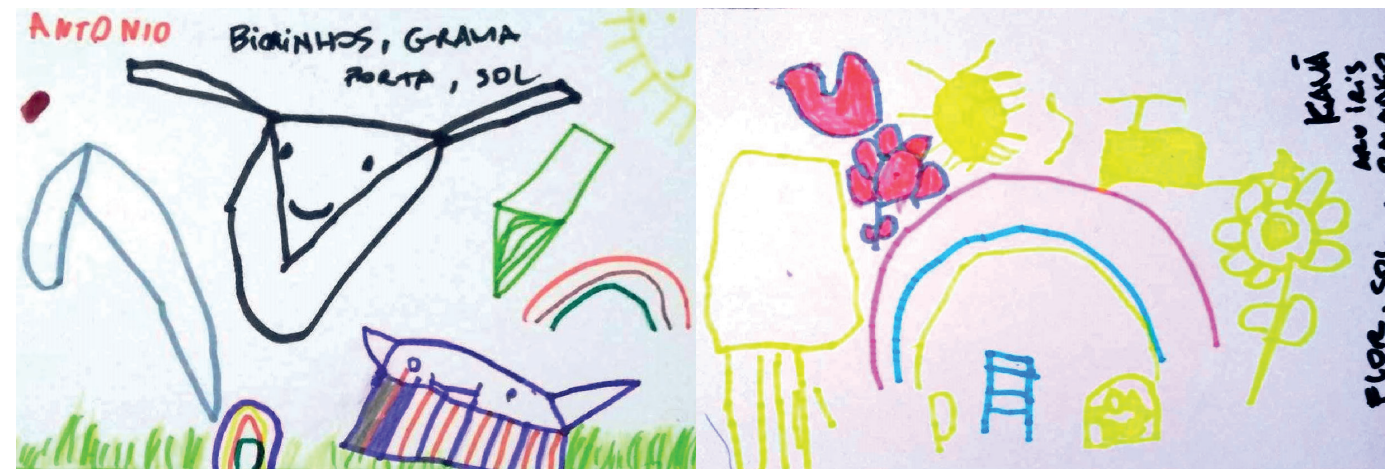


FIGURA 5: Desenhos produzidos durante a oficina com a comissão de estudantes do CMEI União Boca do Rio.

Fonte: Acervo Curiar

comunidade, com um estímulo à solidariedade e à colaboração, bem como as possibilidades de uma ocupação e utilização mais horizontal e democrática do espaço. Além disso, colocou-se também a importância de garantir uma nova identidade ao espaço, através da integração entre os espaços de brincadeira e aprendizagem, de forma lúdica e criativa.

Pensando no diálogo com as crianças, foi organizada uma comissão de vinte estudantes, entre 2 e 5 anos, que participaram de uma atividade, pensada e estruturada de maneira dinâmica e acessível, para que eles pudessem expressar suas opiniões e reivindicações. A atividade aconteceu em três etapas: a primeira, com a contação de estória sobre uma escola imaginária, com lacunas a serem indicadas pelas crianças, que representavam as possibilidades de mudança e transformação do espaço; a segunda, simultânea à primeira, contou com a produção de desenhos, a partir do estímulo da escuta da história (Figura 5); e a última através das brincadeiras apontadas nos desenhos, após o reconhecimento dos espaços do Centro Infantil onde os novos materiais pudessem ser implementados.

A realização dessa atividade demonstrou, de forma mais enfática, a importância do diálogo com outras áreas disciplinares na construção de ações voltadas para a discussão da cidade com o público infantil. Apesar do Curiar compreender previamente a possibilidade de que esses processos sejam modificados pelos participantes e a proposta ter sido elaborada para esse grupo específico, o desenvolvimento dessa oficina com crianças tão pequenas, ressaltou alguns limites do campo. Ainda que o CMEI tivesse disponibilizado professoras e auxiliares para acompanhar esse exercício e as linguagens utilizadas estivessem relacionadas com ferramentas notadamente apropriadas por eles, esse era o contato inicial de muitos dos participantes com o Escritório Modelo e nem todos se sentiram confortáveis para interagir. Além disso, após alguns minutos, alguns estudantes sentiram-se entediados e pediram para retornar às salas de aula.

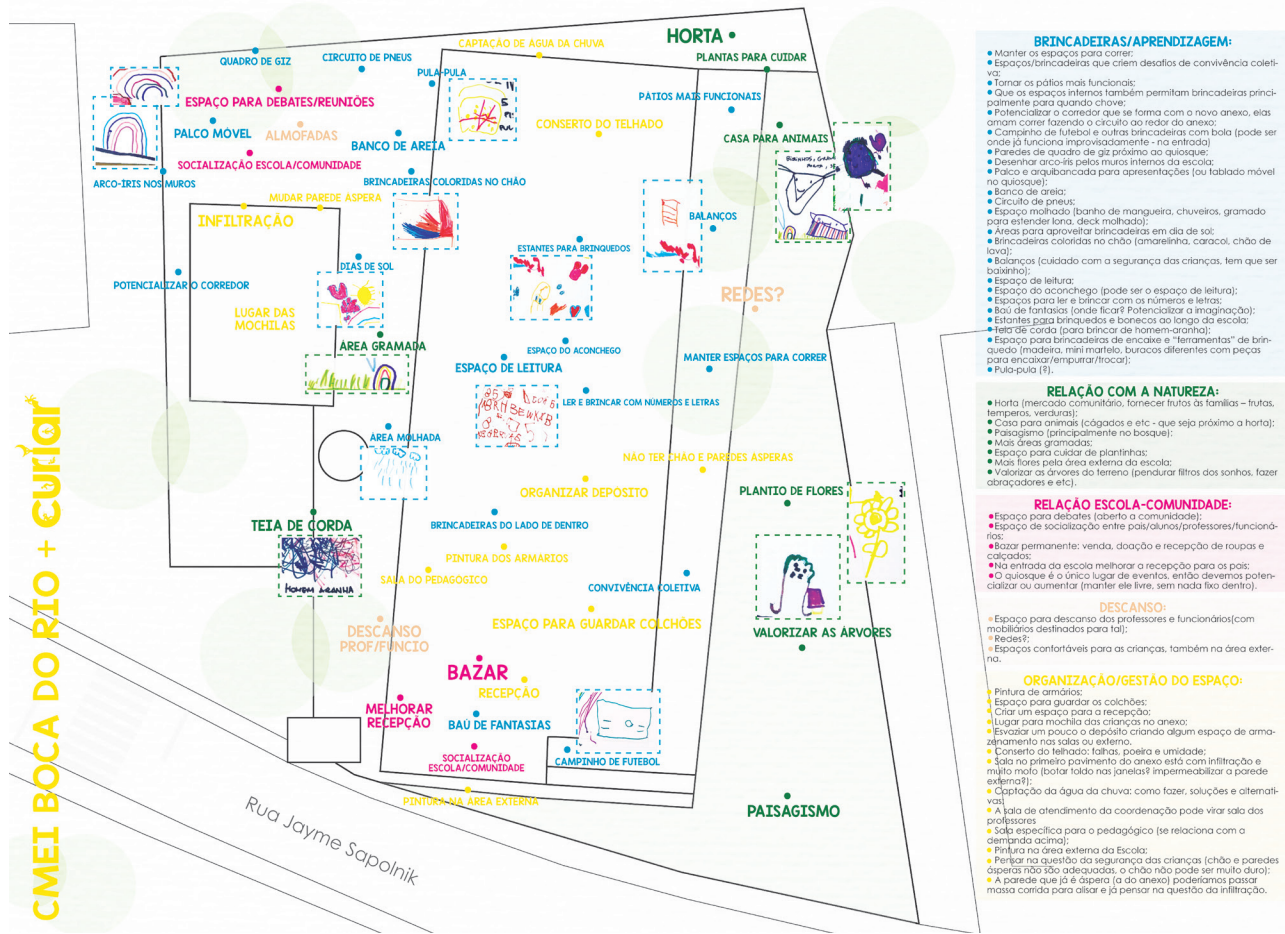


FIGURA 6: Sistematização das demandas e dos desejos da comunidade do CMEI Boca do Rio

Elaboração: Curiar

Como sistematização desse processo com as crianças, e também das reuniões realizadas anteriormente com a equipe pedagógica, foi estabelecido um programa de intervenção que contou com cinco eixos estruturantes, são eles: Brincadeiras/Aprendizagem; Relação com a Natureza; Relação Escola-Comunidade; Descanso; e Organização/Gestão do Espaço (Figura 6). No âmbito do eixo Relação com a Natureza, algumas

intervenções foram colocadas em prática, como o início da construção da horta, através da parceria com o Orquidário - grupo de paisagismo da Faculdade de Arquitetura da UFBA. O Curiar também acompanhou o plantio das mudas no pomar<sup>21</sup> do CMEI, sendo as duas ações desenvolvidas em conjunto com crianças, pais, professores e funcionários da escola.

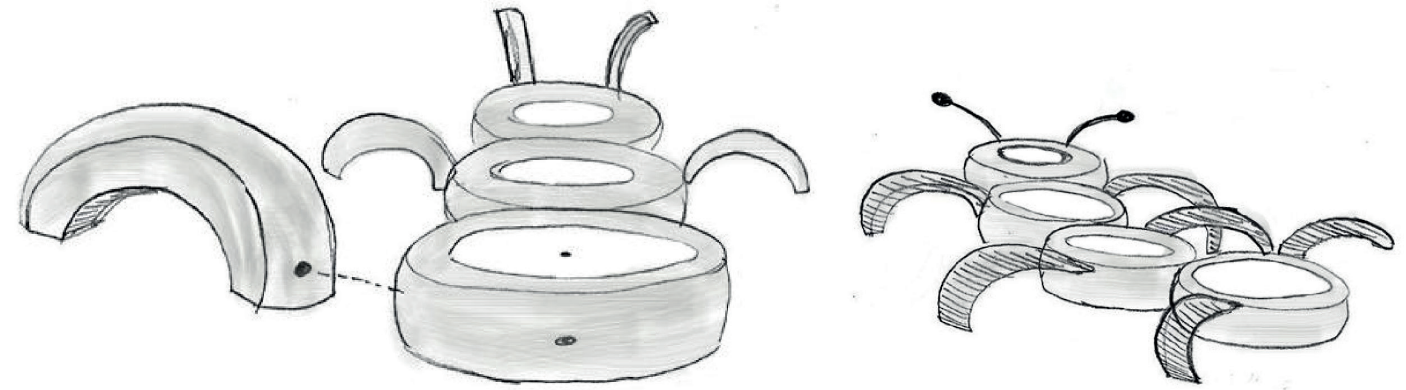


FIGURA 7: Modelo dos desenhos dos manuais elaborados para os brinquedos feitos de materiais reutilizados.

Elaboração: Curiar

A execução do projeto como um todo foi pensada a partir de um processo de mutirão que pudesse continuar envolvendo os diversos sujeitos no processo, incorporando ainda mais a comunidade - através do apoio da Associação de Moradores do bairro. Nesse sentido, foi dada prioridade à elaboração de brinquedos e mobiliários, alocados nas área externa e feitos com materiais reutilizados - como pneus, canos e cordas -, que poderiam ser obtidos com auxílio da própria comunidade e do comércio

local. Para a organização do mutirão foram construídos manuais (Figura 7) de cada peça a ser produzida, de maneira que a montagem fosse facilitada e futuramente reproduzida e/ou adaptada, apontando todos os materiais e as ferramentas necessários, além do passo a passo. O mutirão estava previsto para acontecer no ano de 2019, entretanto o CMEI enfrentou alguns processos e modificações internas que impossibilitaram a continuidade e execução da proposta.

21. A ação do plantio de mudas foi desenvolvida pela Caravana da Mata Atlântica, da Secretaria Municipal de Cidade Sustentável e Inovação (Secis) de Salvador, a partir da solicitação da direção do CMEI Boca do Rio.



## ALGUMAS REFLEXÕES

A inclusão da criança e do adolescente nos processos de planejamento e construção da cidade é atravessada por diversos fatores que merecem atenção, dentre eles, a sensibilidade e a abertura para (re) criar metodologias e instrumentos que dialoguem com os universos da infância e da juventude. Por isso, é fundamental trazer as experiências realizadas através da parceria entre o Curiar e os dois interlocutores apresentados - a Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada e o CMEI União Boca do Rio. O exercício e a experimentação, em ambos os processos, foram de grande importância para a elaboração coletiva de ferramentas que relacionassem os temas Educação e Cidade, ao mesmo tempo que o diálogo horizontal com as crianças e os adolescentes permitiu que esses dispositivos fossem constantemente remodelados, para se ajustarem às demandas e às reivindicações levantadas por eles.

Cartografias, cartilhas, oficinas, dinâmicas, brincadeiras, vídeos e até folhas de papel em branco transformaram-se em instrumentos de ação e reflexão com os participantes das atividades. Estar em campo, desenvolvendo trabalhos com o público infantil, implicou em uma valorização das capacidades de reinvenção, flexibilidade e transversalidade de todos os envolvidos nos processos,

revelando também a necessidade de estar sempre aberto às trocas e disponível para ouvir e dialogar com as crianças. Como sugere a Pedagogia da Escuta, é necessário

[...] reconhecer o direito da criança de ser protagonista e a necessidade de manter a curiosidade espontânea de cada uma delas em um nível máximo. Tínhamos de preservar nossa decisão de aprender com as crianças, com os eventos e com as famílias, até o máximo de nossos limites profissionais, e manter uma prontidão para mudar pontos de vistas, de modo a jamais termos certezas demasiadas.<sup>22</sup>

No âmbito dos projetos apresentados - desenvolvidos em articulações a partir do Curiar -, vale destacar a importância da valorização dos processos, e das diferentes temporalidades desses espaços, visto que é dessa relação, gradativamente construída e amadurecida, que se constituem os diálogos, as possibilidades e as mudanças. De acordo com Dias & Ferreira,

Ao utilizar cotidianamente os espaços urbanos, potenciando sua cidadania e urbanidade, as crianças terão a oportunidade de serem pessoas menos individualistas, mais tolerantes e saudáveis - nas diversas dimensões que constituem o ser humano -, mais responsáveis e conscientes de que o bem coletivo se configura, também, como o bem de cada um. Por uma ordem social diferente, uma sociedade mais equitativa e harmônica, de todos e para todos.<sup>23</sup>

Nesse contexto, é importante pautar a introdução das discussões relacionadas à infância e à adolescência no campo da Arquitetura e Urbanismo, em diálogo permanente com outras disciplinas, a exemplo da pedagogia e da educação, sendo fundamental que haja um esforço e uma mobilização de diferentes grupos e agentes sociais, em diferentes campos de atuação, para tornar efetiva a participação das crianças e dos adolescentes na cidade. Para Sarmiento "o que define a natureza do campo multidisciplinar dos estudos da criança é a mobilização de saberes de diferentes proveniências disciplinares em torno de um objeto próprio: a criança e a infância",<sup>24</sup> sendo importante o caráter multidisciplinar não só para pensar um projeto coletivo de cidades mais inclusivas, como também para construir uma agenda política em torno do direito da criança e do adolescente à cidade.

22. MALAGUZZI, op. cit., p. 60.

23. DIAS & FERREIRA, op. cit, p. 128-129.

24. SARMENTO, op. cit., p. 33.



Ocupação 9 de julho, São Paulo, 2018.  
foto\_ Camila D'Ottaviano

# CAPÍTULO 7

## ENTRE TENSÕES E EXTENSÕES

### UMA ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO ABRICÓ - EMAU / UFRJ

*Bruna Garritano Ferreira*

*Erick Santos de Mouros*

*Maria Eduarda Lessa*

*Mariana Aló Rodrigues Araujo da Silva*

#### INTRODUÇÃO

Este artigo surge a partir da apresentação do trabalho "A Extensão Universitária na formação em Arquitetura e Urbanismo através dos EMAUs [Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo]: estudo de caso sobre os cinco anos de atuação do Abricó como EMAU da UFRJ"<sup>1</sup> no XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - XVIII ENANPUR, em Natal. A apresentação na Sessão Temática *Extensão Universitária e Assistência Técnica no Campo e na Cidade*<sup>2</sup> proporcionou diversos debates e questionamentos tanto por parte da mesa organizadora, quanto dos demais ouvintes da Sessão. Aqui, a convite dos organizadores do livro, vamos nos debruçar sobre parte desses questionamentos a fim de expandir a compreensão sobre a complexidade da ação extensionista e a maneira como as adversidades dessa prática são contornadas ou incorporadas à própria metodologia de trabalho da Extensão Universitária.

O artigo se estrutura a partir de quatro dimensões que tensionam a ação extensionista e que perpassam todos os trabalhos do Abricó ao longo dos anos. A primeira delas é a Pesquisa, em que procuramos entender como o Abricó concilia e articula ou não a Extensão com a Pesquisa. Em seguida, visualizamos o Tempo como um fator crucial no trabalho desenvolvido pelo grupo. Essa dimensão vai ser analisada a partir da tensão entre o tempo acadêmico institucional e as demandas e urgências do trabalho da Extensão. Nesse sentido, também analisamos a tensão entre o Espaço Institucional, no qual o Abricó e outros projetos de Extensão Universitária estão inseridos e as especificidades de cada território onde os trabalhos são realizados. Trabalhos esses que lidam com expectativas geradas tanto pelo coletivo que compõe o EMAU, quanto pelas comunidades envolvidas. Por fim, apresentamos uma reflexão sobre uma tensão que nasce junto com a iniciativa de implementação de um Escritório Modelo estando presente na sua consolidação e manutenção, além de permeiar toda sua atuação: a necessidade de recursos financeiros e materiais.

Os esforços para a estudo dessas tensões e das estratégias adotadas pelo Abricó diante delas são motivados pelo reconhecimento da importância desse levantamento histórico e analítico para o trabalho do grupo. Tendo em vista que compreender processos anteriores e a formas como se contornam (ou se incorporam) tensões diversas ao trabalho do coletivo é parte essencial do andamento de projetos presentes e futuros. Acreditamos ainda que os aspectos aqui levantados são compartilhados com outros tantos grupos de Extensão e que a partir desse artigo é possível fomentar debates e reflexões para outros coletivos.

### A FENEA, OS ESCRITÓRIOS MODELO E O ABRICÓ

Para um melhor entendimento da análise desenvolvida neste artigo, é necessária uma rerepresentação da estrutura organizacional e representativa do Abricó como Escritório Modelo. Enquanto tal, o Abricó se orienta a partir dos princípios do POEMA<sup>3</sup> (Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo) da FENEA (Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo).

1. LESSA, M. E. S.; DE MOUROS, E. S.; & GARRITANO, B. (2018). A Extensão Universitária na formação em Arquitetura e Urbanismo através dos EMAUs: estudo de caso sobre os cinco anos de atuação do Abricó como EMAU da UFRJ. In *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal: ANPUR.
2. Uma análise dos artigos apresentados durante a Sessão Temática poder ser visto no capítulo 09 "A Extensão Universitária no XVIII ENANPUR". (N.do E.)
3. FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO/FENEA (2007). POEMA - Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis: FENEA.

O POEMA foi concebido a partir de debates e questionamentos de estudantes sobre novas perspectivas para a arquitetura no Brasil e também do papel da universidade nessas discussões. Sua construção foi dada de forma coletiva durante os encontros nacionais da FENEA, como o ENEA (Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo) e o SeNEMAU (Seminário Nacional de EMAUs). A última versão do documento, de 2007, traz além da Carta de Princípios e do relato de experiência de outros escritórios, uma reflexão acerca do papel de um EMAU dentro da universidade e sobre as práticas extensionistas:

[Um] EMAU atua de maneira inter e transdisciplinar, aliando a tríade do ensino, pesquisa e extensão, a fim de se ter a experiência da prática profissional ainda na graduação, sem deixar de lado a necessária reflexão teórica e a geração de novos conhecimentos. Cada Escritório Modelo possui uma dinâmica de trabalho a partir do contexto em que se insere, mas essa deve se basear nos princípios definidos no POEMA, e só assim poderá ser caracterizado como EMAU.<sup>4</sup>

O princípio básico de um EMAU, segundo o POEMA, é a sua gestão estudantil em todos os âmbitos do trabalho. Dessa maneira, a autonomia do grupo é crucial na definição

dos rumos do Escritório. Essa diretriz, somada ao caráter horizontal de um EMAU, é fator importante tanto para a organização interna quanto para os projetos de Extensão desenvolvidos, já que se busca desenvolver trabalhos de forma participativa em que todos os atores (integrantes do EMAU, organizações sociais e comunidades envolvidas) sejam protagonistas do processo.

As demandas de trabalho de um EMAU surgem de maneiras variadas, sendo ideal que o primeiro movimento seja uma iniciativa da comunidade. Dessa forma, dificulta-se que o projeto tome um rumo assistencialista, em que o escritório possa ser tido como um interventor, quando na verdade busca ser um dos atores do processo. A atuação objetiva a troca de saberes entre os sujeitos e também a difusão do acesso ao campo técnico da arquitetura e do urbanismo. Importante destacar que as atividades são desenvolvidas sem fins lucrativos, sendo os recursos financeiros captados através de editais, financiamentos coletivos ou recursos próprios das comunidades.

A partir da compreensão da estrutura de um EMAU enquanto projeto essencial para uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, estudantes da FAU/UFRJ deram início, no final de 2012, a um movimento de retomada

4. LESSA, DE MOUROS & GARRITANO, op. cit., p.4.

FIGURA 1: O quadripé do Abricó - EMAU / UFRJ

Montagem dos autores sobre imagem de cavalete da Tok&Stok Design, 2019.



de um Escritório Modelo. No entanto, somente em 2013, o Escritório Modelo foi batizado como Abricó - em homenagem aos Abricós de Macaco<sup>5</sup> presentes no prédio da FAU/UFRJ - e assumiu sua formação mais duradoura. De 2014 a 2015, o Abricó se consolidou com trabalhos de caráter majoritariamente extensionista, como Indiana e Valdariosa. Já a partir de 2016, novas frentes de trabalho surgem a partir do interesse pela Construção com Terra e Bioconstrução, em que além de projetos de Extensão, oficinas de Terra e Bioconstrução são promovidas e ministradas por integrantes do Abricó. No ano seguinte, 2017, um dos projetos mais importantes para o Abricó foi a eletiva autogestionada pelos integrantes do Escritório.<sup>6</sup>

Ao longo dos anos de atuação, o Abricó ganha espaço e reconhecimento institucional. Esse fato se dá, principalmente, pelo engajamento político de seus integrantes no debate sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo, na difusão da importância da Extensão Universitária e também pela articulação com o Centro Acadêmico. Esse posicionamento político aponta o Abricó também como um importante ator no Movimento Estudantil, sendo essa mais uma de suas bases, além do tripé Ensino-Pesquisa e Extensão.

### TENSIONAMENTOS DA E A PARTIR DA PRÁTICA

Durante as discussões da Sessão Temática *Extensão Universitária e Assistência Técnica no Campo e na Cidade* no XVIII ENANPUR, foram feitas diversas provocações e questionamentos, tanto sobre as atividades realizadas pelo próprio Abricó quanto aos demais colegas extensionistas. Optamos, então, por estruturar este artigo de forma a incorporar questionamentos que nos foram feitos após a apresentação do trabalho, dentre eles as questões tangentes à produção de pesquisa e às dificuldades de acesso a recursos financeiros.

Conforme exposto durante a Sessão, esses questionamentos são parte constitutiva das diversas tensões experienciadas a partir da prática extensionista. Tensões que não atuam sobre a Extensão de maneira fragmentada e isolada, mas sim de forma interconectada e simultânea. A fim de melhor ilustrar esse processo de sobreposições, optamos por inserir outras dimensões que também estiveram presentes nas discussões durante o evento, sendo elas a maneira como lidamos com questões referentes ao tempo e aos espaços. Esses elementos serão melhor explicados nos parágrafos a seguir, trazendo como exemplo as ações empreendidas pelo Abricó.

#### i. Pesquisa

A diretriz da indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, dada pela própria UFRJ, reforçada pelo POEMA e reconhecida pelo Abricó em sua estrutura assume-se como um desafio. Entre as razões, há uma idealização da prática dentro da Extensão e a existência de uma lacuna metodológica tanto internamente quanto para a construção horizontal de um conhecimento com as comunidades parceiras. A figura do orientador poderia atenuar essa lacuna metodológica, porém a falta de clareza sobre a atuação do orientador dentro do Abricó dificulta as possibilidades de troca entre esses dois atores.

Outra razão é que a demanda de pesquisa por parte da universidade, o que inclui a Extensão, não é entendida como uma prioridade para o escritório modelo. Há nisso relação direta com as tensões de dimensão temporal presentes na atuação do Abricó, as quais serão abordadas posteriormente neste artigo. Ao se prescindir da pesquisa como parte inerente e contínua nos projetos desenvolvidos, a produção de conhecimento realizada pela Extensão junto com os territórios parceiros não é objeto de reflexão crítica, exceto quando de alguma forma demandado.

Raras exceções ocorrem para fora desse ciclo de demanda, como a produção voluntária dos artigos para o ENANPUR e de manuais, como o de execução de parquinhos de pneu e, mais recentemente, os de técnicas de construção com terra crua e também de amarras com bambu. Porém, enquanto produtos, são estruturados e produzidos apenas pelos membros do Abricó, não abrindo espaço para a participação dos atores das comunidades parceiras. Essa ausência deles não ocorre de maneira proposital, pois há uma dificuldade ainda não transposta de conceber um modelo de trabalho em que a construção do conhecimento se dê de forma horizontal também na concepção de produtos científicos. Junto a isso, como já dito, o próprio movimento de reflexão crítica sobre o conhecimento produzido em conjunto aos territórios parceiros é posto em segundo ou até mesmo terceiro planos, dificultando a criação de bases para análises futuras.

5. Abricó-de-macaco ou *Couroupita guianensis* é uma árvore de origem amazônica, com grandes frutos amarronzados, muito presente nos campi da UFRJ.

6. LESSA, DE MOUROS & GARRITANO, op. cit. – o artigo "A Extensão Universitária na formação em Arquitetura e Urbanismo através dos EMAUs: estudo de caso sobre os cinco anos de atuação do Abricó como EMAU da UFRJ" trata sobre esses e outros projetos do Abricó de 2012 a 2017 de maneira mais completa.

Já do ponto de vista da demanda institucional, vinculada aos editais de fomento e às bolsas de Extensão há uma obrigatoriedade de participação na Semana de Integração Acadêmica da UFRJ. Isto implica na necessidade de elaborar uma reflexão sobre os projetos realizados e uma síntese apresentada em formato acadêmico, cuja linguagem e produtos se traduzem principalmente em apresentações e exposições de trabalhos. Essas ações, em sua maioria, acabam ficando limitadas aos espaços acadêmicos. Uma exceção foi o evento *UFRJ na Rua*<sup>7</sup> que buscou apresentar as ações de Extensão realizadas pela universidade para a sociedade através de um dia de atividades no Parque Madureira.

As exceções ao ciclo da demanda institucional apresentadas ocorrem pela existência de divergências internas ao Abricó quanto ao papel da análise crítica e da produção científica dentro do contexto da Extensão. Por um lado há um encantamento com a prática, em que deposita-se a expectativa da resolução de problemáticas e da produção de conhecimento através do empirismo. Por outro, o entendimento de que é necessário refletir e analisar os processos a partir de uma reflexão crítica que permita sistematizar

os conhecimentos produzidos de modo a possibilitar, inclusive, a reformulação de processos durante sua realização. Se a idealização da prática predomina ao longo da atuação do Abricó, o desejo pela reflexão crítica se manifesta individualmente ou em pequenos grupos e se materializa eventualmente nas exceções já citadas.

Mesmo que se tente estruturar estratégias para lidar com essa realidade, existe uma lacuna metodológica para o desenvolvimento de análises mais robustas e fundamentadas teórico-empiricamente. É fato que a reflexão crítica e a produção teórica não são focos do ensino de graduação em Arquitetura e Urbanismo praticado na FAU-UFRJ. E como crítica ao papel preponderante assumido pelo projeto de arquitetura, principalmente, mas também de urbanismo, é recorrente entre o corpo discente o desejo pela prática, tanto a experimental-constructiva, quanto em seu sentido social de lidar com problemáticas e situações da realidade de nossa cidade e sociedade. Trata-se da idealização ou encantamento pela prática, como referido anteriormente. Como consequência, há um déficit na formação que não instrumentaliza o estudante para a reflexão crítica, a sistematização de conhecimentos e a produção teórico-científica.

Um reflexo evidente na trajetória do Abricó é a produção de um livro empenhado a partir de recursos obtidos através de um edital de fomento a projetos de Extensão em 2015, porém nunca realizado. O grupo de estudantes que compunham o escritório modelo naquele momento definiu um escopo estruturador dos conteúdos a serem produzidos para o livro. Mas a redação jamais seguiu adiante. Um obstáculo natural, assim como em todas as ações realizadas pelo escritório, são as tensões relativas ao tempo, as quais trataremos à frente. Entretanto, as dificuldades são amplificadas pelo déficit do conhecimento necessário ao desenvolvimento do escopo previsto pelos estudantes, o qual pretendia a redação de um livro que analisasse a trajetória do Abricó e sua atuação a partir de temas. A intenção era gerar um produto que não fosse descritivo, isto é, que não consistisse num relato histórico, cronológico ou não, da trajetória do Abricó.

As mudanças na orientação do EMAU, com as saídas sucessivas de seus então orientadores,<sup>8</sup> contribuíram para que a figura de professor orientador do escritório modelo não auxiliasse para a superação desse déficit. A transição até a oficialização da nova professora orientadora do Abricó careceu de maiores definições acerca de sua atuação junto ao escritório modelo. Associado a isso, houve um conflito de

expectativas entre estudantes - que esperavam uma maior iniciativa por parte de sua nova orientadora em acompanhar o desenvolvimento das ações e projetos - e a própria - que revelou que esperava ser mais demandada pelos estudantes do que ter de demandá-los no acompanhamento e orientação do EMAU, respeitando os princípios da autonomia estudantil, autogestão e horizontalidade que regem o funcionamento dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Essa indefinição sobre como se daria efetivamente a atuação docente na orientação ao Abricó dificultou as possibilidades de diálogo e trocas entre os estudantes e a professora que escolheram e convidaram para orientá-los.

Por outro lado, em todas as vezes que foi demandada pelo coletivo, a nova orientadora enfatizou o incentivo à produção do livro e de artigos acadêmicos a partir das experiências de atuação do Abricó. Com o tempo e com a renovação do grupo de estudantes, o incentivo frutificou e a reflexão crítica passou a ser vista como algo importante, sendo apropriada por parte do grupo que se propôs a produzir artigos analisando a atuação do escritório modelo e submetê-los à participação no XVIII ENANPUR e em outros eventos acadêmicos e científicos, com abertura à discussão em torno da Extensão Universitária e da assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo.

7. O evento UFRJ na Rua foi realizado por estudantes de diversos cursos da UFRJ, em junho de 2019, e contou com participação do Abricó em sua construção.

8. LESSA, DE MOUROS & GARRITANO, op. cit.

## ii. Tempo

Equilibrar o tempo necessário de trabalho com o exigido na grade curricular é um desafio constante na atuação do Abricó,<sup>9</sup> porém não é a única forma com a qual os estudantes têm de lidar com esse tensionamento. Num coletivo formado por pessoas diversas, os tempos individuais são também diversos e sujeitos a interferências de origens pessoais (prioridades, planos, objetivos, necessidades) e do momento em que cada pessoa está na graduação (diferentes acúmulos, diferentes demandas e disponibilidades). Há ainda o tempo ditado pelo calendário acadêmico, seccionado em semestres letivos, que por sua vez são seccionados em épocas de avaliações, semanas acadêmicas e etc, e o tempo dos projetos e editais de Extensão. Todos eles em constante tensionamento com o tempo próprio dos territórios e comunidades, cada qual com suas urgências e expectativas, mas também com suas limitações de mobilização e participação social.

### a. Tempo Acadêmico Institucional

Em um curso cujo currículo sobrecarrega o corpo discente de disciplinas, a disputa por espaço no horário dos estudantes se torna desleal para as atividades de extensão. Mesmo entre os membros do Abricó - que por uma vontade militante dedicam parte considerável de sua vida acadêmica a estas atividades - encontrar tempo para realizar o trabalho, desenvolver reflexões sobre as experiências práticas e aprofundar o acúmulo teórico relativo às questões que se põem ao EMAU mostrou-se um desafio quase intransponível na sua completude.<sup>10</sup>

No primeiro artigo,<sup>11</sup> já tínhamos nos aproximado de uma reflexão sobre as dificuldades em torno da disponibilidade de tempo por conta da graduação e questões pessoais, mesmo que de forma breve. Concluímos que diversas vezes os estudantes que integram o Abricó se empenharam na busca por formas de conciliar o tempo demandado por atividades acadêmicas curriculares e atividades desenvolvidas pelo EMAU.

Em 2014, a disciplina eletiva *Transformações do Espaço Construído* - onde começou o trabalho em torno da Comunidade Indiana Tijuca - foi uma estratégia para lidar com a indisponibilidade de tempo dentro da grade horária curricular. Assim, ao transferir a demanda para uma turma de graduação através da disciplina eletiva, os integrantes do grupo puderam conciliar também os esforços para estruturação do escritório, o que lhes permitiu no ano seguinte assumir diretamente o protagonismo do trabalho junto à comunidade Indiana, no que podemos definir como uma assessoria técnica com envolvimento político-pedagógico.

A partir de então, o coletivo que compunha o escritório modelo passa a atuar numa perspectiva mais tradicional em sua relação com essa dimensão curricular do tempo, isto é, tentando conciliar as atividades de Extensão às demandas das disciplinas da graduação nos horários que sobram na grade curricular. Na prática, isto significou muitas idas a campo nos finais de semana. Característica que se fez presente no desenvolvimento do trabalho realizado nos condomínios Valdariosa, em Queimados, no primeiro semestre de 2015, e em Indiana, mais fortemente a partir do semestre seguinte.

É importante pontuar que, ao longo do ano de 2015, as tensões relativas ao tempo apresentaram-se de formas diferentes com o passar dos meses. Num primeiro momento, com o trabalho em Valdariosa se iniciando durante o período de férias de verão da graduação, não houve grandes desgastes na relação tempo dedicado à Extensão versus tempo dedicado à graduação. Num segundo momento, os *abricós*,<sup>12</sup> em grande parte, tiveram que conciliar as duas frentes de trabalho externas (Indiana e Valdariosa), os mutirões de construção da Praça Verde no Morro do Alemão,<sup>13</sup> a organização do ENEA Rio,<sup>14</sup> que contou com participação de membros do Abricó, e também atividades da greve nacional da educação, deflagrada na UFRJ inicialmente pelos técnicos-administrativos. Em um terceiro momento, com o fim dos trabalhos em Valdariosa, do ENEA Rio e da greve, a conciliação se deu entre o trabalho em Indiana, as disciplinas da graduação e as reverberações do trabalho no Morro do Alemão - a realização de uma exposição e a redação de um livro sobre a experiência, ambos idealizados e propostos pelos próprios estudantes.

9. LESSA, DE MOUROS & GARRITANO, op. cit.

10. LESSA, DE MOUROS & GARRITANO, op. cit., p. 16.

11. LESSA, DE MOUROS & GARRITANO, op. cit.

12. Nome dado aos integrantes/participantes do Escritório Modelo.

13. Como relatado no artigo "A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO ATRAVÉS DOS EMAUs: Estudo de caso sobre os cinco anos de atuação do Abricó como EMAU da UFRJ", o projeto *Praça Pr'Alemão Ter* surge de uma iniciativa estudantil dentro de uma disciplina de projeto optativa, cuja turma era composta em grande parte por membros do Abricó.

14. O ENEA Rio foi o XXXIX Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo e ocorreu no Rio de Janeiro, em 2015, com participação de membros do Abricó em sua organização.

O quarto momento consistiu na conciliação entre as disciplinas e o trabalho em Indiana, ainda no ano letivo de 2015, mas já adentrando 2016, no contexto pós-greve. É a partir de então que incorpora-se à atuação do escritório modelo a realização de oficinas de experimentação construtiva, a princípio com terra crua, numa busca pela consolidação de um canteiro experimental na FAU-UFRJ. Mais um elemento que demandaria tempo na já apertada grade curricular dos estudantes.

As disputas pelo tempo travadas entre as diversas frentes de trabalho que se apresentavam no período se materializaram em diferentes graus de presença do escritório modelo nos territórios. O que se aliava às especificidades de cada trabalho, tanto em relação à natureza de cada um, inclusive metodologicamente, quanto em termos conjunturais, não se traduzindo, portanto, numa problemática prioritária no desenvolvimento dos trabalhos ao longo de 2015 e 2016. Ao contrário de questões como a mobilização comunitária e a metodologia participativa, que se mostravam mais inquietantes em Valdariosa e no Alemão, em Indiana os conflitos internos entre lideranças comunitárias eram razão de desgastes crescentes.

De todo modo, com uma preocupação de uma contínua presença nos trabalhos em andamento, os integrantes do Abricó buscaram uma articulação entre projetos e eventos estudantis construídos pelo

grupo, como o CoNEA (Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Arquitetura e Urbanismo) e o ENEA Rio 2015 (em que foram realizadas atividades em Indiana e também no Morro do Alemão). Dessa forma, além de otimizar o tempo, aproveitou-se da oferta de pessoal e também de recursos financeiros.

A estratégia de vincular atividades extensonistas à grade curricular somente vai ser retomada em 2017, com abertura de uma nova disciplina eletiva, autogestionada pelos estudantes do Abricó. Uma das razões foi o aumento da tensão em torno da necessidade de conciliar os tempos dedicados ao Ensino e à Extensão em virtude de uma estratégia adotada para o enfrentamento de outra questão: a necessidade de renovar o grupo. Buscando integrar novos membros, o Abricó abre-se a três novas frentes de atuação externas e realiza uma chamada pública de novos membros em setembro-outubro de 2016. A adaptação dos novos integrantes à forma de atuar do escritório modelo mostrou-se bastante difícil e as tensões de dimensão temporal se mostraram um fator crucial. Nesse cenário, os membros mais antigos do EMAU disputavam o tempo de dedicação e adaptação dos novos integrantes com as disciplinas da graduação e os trabalhos externos.

Com a abertura de outra turma de uma disciplina eletiva, os *abricós* tinham o intuito inicial de realizar uma eletiva prática, restrita aos membros do escritório

modelo, que propiciasse a creditação das horas de trabalho dedicadas pelos estudantes ao desenvolvimento de ações junto à comunidade Indiana Tijuca. Após negociações com os professores orientadores, a proposta foi ressignificada, tornando a eletiva aberta ao corpo discente e com ênfase teórica, voltando-se ao debate de temas considerados inerentes aos princípios e à própria atuação do Abricó.<sup>15</sup> Apesar de ter contribuído para a captação de novos membros, para o acúmulo teórico e metodológico em torno dos temas debatidos, a eletiva não cumpriu o papel desejado inicialmente, tornando-se uma nova demanda a disputar o tempo dos *abricós* envolvidos em sua realização, o que se rebatia diretamente em sua disponibilidade para atuar nas frentes externas de trabalho.

#### b. Tempo Expectativa

A dimensão do tempo acadêmico institucional, enquanto tensionamento, se rebate em uma outra dimensão que influencia diretamente no trabalho de Extensão junto às comunidades com as quais o Abricó atua. Trata-se da tensão existente entre o andamento do trabalho com foco metodológico e processual e as expectativas - tanto comunitárias, quanto institucionais

ou, ainda, do próprio coletivo que compõe o escritório modelo. No primeiro artigo<sup>16</sup> já se tinha um entendimento do impacto e das problemáticas do tempo acadêmico, principalmente relacionado à gestão e questões internas do Abricó, mas pouco se entendia como isso se rebatia no tempo de projeto e, principalmente, nas expectativas da comunidade geradas em torno de um prazo. Podemos apontar a ideia de demandas urgentes, que muitas vezes não conseguimos atender no tempo que temos. Há também as tensões entre prazo e as expectativas do escritório modelo em gerar com a comunidade um produto consistente.

O tempo-expectativa enquanto prazo aparece de forma marcante no trabalho realizado nos condomínios Valdariosa. A previsão inicial de executar em três meses os projetos de três espaços de convivência em três condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Queimados, na Baixada Fluminense, foi rapidamente desconstruída pelos estudantes. Entretanto, apesar de se apropriar do processo já em curso no qual se inseriu, transformando prazos e métodos a partir de sua própria forma de atuação e princípios, o Abricó convive com a necessidade de fechamento dos trabalhos em Valdariosa. Necessidade que advém da estrutura e do contexto prévio,<sup>17</sup> mas

15. LESSA, DE MOUROS & GARRITANO, op. cit.

16. LESSA, DE MOUROS & GARRITANO, op. cit.

17. O Abricó foi convidado a compor este projeto quando o mesmo já se encontrava em andamento há mais de um ano. Nesse contexto, o coletivo foi convidado por um de seus parceiros, o Coletivo Basurama, a compor os mutirões de construção dos espaços coletivos, auxiliando inicialmente apenas na difusão das técnicas construtivas.

também dos próprios *abricós*. Como citado anteriormente, à esta altura os *abricós* conciliavam a atuação em Valdariosa com a assessoria à Comunidade Indiana Tijuca, com a organização do ENEA Rio e posteriormente com a greve da educação e os mutirões de construção da Praça Verde no Morro do Alemão.

As estratégias para lidar com isso partem, então, da reflexão sobre o processo pautada nos princípios de atuação dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Questionando a baixa participação comunitária, principalmente de adultos, como um fator que acarretaria na não apropriação dos espaços construídos, torna-se possível a dilatação de prazos junto aos demais atores envolvidos no processo em prol da busca pela mobilização de mais moradores. Há sucesso nessa tentativa, mas o grau de mobilização se dá conforme a faixa etária para a qual o espaço de convivência tinha sido pensado. Assim, crianças e jovens se envolvem nos mutirões realizados nos condomínios 3 e 2, enquanto adultos e idosos se envolvem mais nos mutirões do condomínio 1.

### iii. Espaço

Aqui, é importante esclarecer que quando tratamos do espaço enquanto um elemento de tensionamento, estamos nos referindo a dois espaços distintos: o espaço acadêmico

institucional e os espaços nos quais são constituídas as demandas de trabalho do Abricó. Ainda que o Abricó esteja inserido dentro do espaço acadêmico institucional da universidade, a proximidade com as comunidades parceiras, somadas às especificidades das mesmas e aos princípios norteadores de atuação dos escritórios modelos acabam por moldar a maneira como se conformam as práticas de Extensão do coletivo.

Por um lado, a inserção institucional condiciona as ações do Abricó a estarem vinculadas a determinadas diretrizes burocráticas, como por exemplo os formatos e linguagem empregados em artigos, apresentações e exposições de trabalhos; prazos alinhados com os ciclos semestrais acadêmicos; e condicionantes para inscrição em editais e conseqüentemente o reconhecimento da ação extensionista dentro da universidade. Por outro lado, o trabalho conjunto com as comunidades parceiras demanda outras temporalidades de ação, linguagens, instrumentos e um outro tipo de relação com a população de cada localidade.

Vale ressaltar que a institucionalidade e o aparato burocrático não são vistos aqui de forma negativa ou limitante. O reconhecimento institucional foi e continua sendo de extrema importância para o Abricó, tanto dentro da UFRJ, quanto fora dela. Na universidade, esse reconhecimento se manifesta na conquista de espaços de fala

nos colegiados da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na consolidação de uma sala própria para o Escritório Modelo, nos recursos viabilizados a partir das inscrições em editais de fomento e também na realização das duas disciplinas já oferecidas pelo coletivo. Fora da universidade, esse reconhecimento também desempenhou importante papel, durante o ano de 2015, no processo judicial em que o Abricó, junto à Comunidade Indiana Tijuca e à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, somou forças para viabilizar a permanência da comunidade em seu território.

O apoio oferecido pela Universidade foi por duas vezes – em audiências públicas distintas ocorridas durante a vigência dos projetos de extensão – considerado de grande valia.

Na primeira audiência, um aspecto inesperado da atuação do meio acadêmico foi o fortalecimento oferecido à parte mais fragilizada, ou seja, à própria defensora e aos moradores, pela simples aliança institucional. A Universidade foi convidada pela Defensoria a ter assento na sala da sessão durante o julgamento. O posterior desinteresse na desocupação da Indiana provocado na prefeitura, revelado até mesmo no descumprimento do prazo e desleixo do material apresentado como plano de demolição das residências, exigência da juíza nessa audiência, pode de certa forma ser atribuído à força obtida.<sup>18</sup>

O trabalho em conjunto com a comunidade, por sua vez, evidencia a necessidade da incorporação de outros elementos na prática da Extensão para além daqueles que são vivenciados no espaço acadêmico institucional. Esse processo de incorporação das especificidades de cada território nas metodologias de trabalho do Abricó não se dá de maneira homogênea, da mesma forma em que essas novas conformações metodológicas não são estanques. Se com o passar do tempo ampliam-se o número de espaços de atuação do Abricó, e conseqüentemente seus repertórios de práticas, a relação a longo prazo com as comunidades parceiras transformam as demandas e expectativas desses territórios.

Isto é passível de ser ilustrado a partir de dois projetos do Abricó: a experiência no conjunto PMCMV de Valdariosa, em Queimados e a assessoria técnica prestada na Comunidade Indiana Tijuca, já citada anteriormente. Nesses dois territórios, o pouco envolvimento dos adultos em determinados períodos do projeto era um grande entrave para a efetivação das atividades propostas. Assim, o coletivo optou por inserir em suas ações agentes geralmente negligenciados nos processos participativos e decisórios nos planos de urbanização e que, apesar disso, sempre se fizeram presentes durante as ações iniciais de ambos os projetos: as crianças e jovens. Ainda que em linhas

18. ALBERNAZ, M.P. G. L.; MINTO, F.C.N.; MIRANDA, M.F. de; & FELINTO, H.Q. (2017). Resistência e Melhoria Habitacional: reflexões sobre uma atuação dialógica junto à Comunidade Indiana na cidade Rio de Janeiro. In Anais do XVII ENANPUR. São Paulo: ANPUR.



FIGURAS 2 e 3: Mutirões de construção de um parquinho com crianças no Condomínio 2 do Conjunto MCMV Valdariosa, em Queimados.

Fonte: arquivo Abricó - EMAU / UFRJ

gerais a incorporação desses agentes aos respectivos projetos pudesse se dar de forma semelhante, as demandas específicas de cada território exigiram o desenho de diferentes instrumentos e metodologias.

Em Valdariosa, era preciso pensar a maneira como as crianças e jovens, em suas mais diversas faixas etárias, poderiam compor os mutirões de construção dos espaços coletivos pensados para cada um dos três condomínios do conjunto. Nesse processo, foi necessário compor grupos de trabalho específicos para cada faixa etária, de forma a se manter a responsabilidade sobre as ferramentas utilizadas e a qualidade dos equipamentos a serem construídos. Outra dificuldade do processo de mutirão era garantir a participação das meninas, especialmente as mais velhas, pois as mesmas frequentemente se sentiam fragilizadas frente às comparações de força física feitas pelos meninos. A partir dessas constatações, o Abricó questionou junto ao coletivo coordenador do projeto a possibilidade de prorrogação do prazo para produção dos espaços coletivos, sem que fosse necessário abrir mão do processo participativo e, conseqüente, excluir as crianças e jovens. Ali, os argumentos utilizados, como a ausência de um processo participativo que não incorporasse os moradores do conjunto - independentemente de sua faixa etária - ser um fator problemático para a posterior apropriação e manutenção dos espaços construídos, viabilizou a dilatação do prazo. Assim, em meio ao tensionamento entre



a prática e as percepções da Extensão, as expectativas institucionais e burocráticas, e as demandas específicas do território, foi possível reestruturar o próprio projeto, sem que o mesmo perdesse a legitimidade frente aos órgãos de financiamento.

FIGURAS 4 e 5: Registro das observações realizadas pelas crianças de Indiana no decorrer do percurso do Rio Maracanã.

Fonte: arquivo "Entre Cidades" e Abricó - EMAU / UFRJ.

Em Indiana, por sua vez, a inserção das crianças e jovens nas ações de Extensão se deu a partir de uma demanda bastante distinta daquela que se apresentou em Valdariosa. Com o objetivo de construir um contra-laudo frente à nova ameaça de remoção que a comunidade sofreu no início de 2018, as crianças e jovens, já presentes nas ações de Extensão desde 2017, foram convidadas a protagonizar essa nova frente de ação. Com uma maior disponibilidade de horário com relação aos adultos, somadas às suas observações perspicazes, esse grupo caminhou junto ao grupo extensionista<sup>19</sup> ao longo de todo o rio Maracanã. A caminhada mostrou que o principal personagem tido como um entrave para permanência da comunidade em seu território, o rio Maracanã, não era poluído e também não era ocupado apenas nas margens da favela, conforme apresentavam os pareceres emitidos pelo Ministério Público (MP). Dessa forma, lançando mão de diversos dispositivos de registro, como vídeos, fotografias, cartografias, questionários e brincadeiras, as crianças puderam elaborar um vasto material que evidenciava as contradições descritas nos pareceres do MP. Ainda que o material não tenha sido anexado diretamente nos documentos do processo judicial, pois o



mesmo foi encerrado antes que as atividades daquele período terminassem, a defensora responsável pelo processo reconheceu a importância do material elaborado pelas crianças. Este fato é um aspecto importante que tensiona e, conseqüentemente, reivindica a presença das crianças e jovens nos espaços institucionais públicos e decisórios.

19. Atualmente a frente de trabalho que atua na Comunidade Indiana Tijuca é formatada no projeto de extensão "Entre cidades de direitos e cidades de privilégios: disputando narrativas na Comunidade Indiana Tijuca", estabelecido a partir de parcerias entre os grupos Abricó - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (Projeto de Extensão FAU/UFRJ 2013 - atual), a equipe de Psicologia do NIAC - Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania (Programa de Extensão Interdisciplinar/ UFRJ 2006-atual) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), dando seqüência às atuações realizadas pelos grupos de maneira paralela desde 2013.

No processo de complementaridade entre as práticas dos espaços acadêmicos institucionais e os espaços comunitários parceiros, a própria ação extensionista se converte em um elemento de tensão. Essa característica é colocada em evidência quando tanto o Abricó como seus parceiros se apropriam das estruturas burocráticas institucionais para garantir visibilidade e legitimidade às ações desenvolvidas por ambas as partes. Se em um primeiro olhar a institucionalidade pode parecer um limitador para o desenvolvimento das ações do coletivo, em outro momento, essa mesma institucionalidade é ressignificada sem que sejam necessárias alterações nos princípios metodológicos que norteiam as ações dos escritórios modelo.

#### iv. Recursos Financeiros

Assim como diversos projetos de Extensão, a trajetória do Abricó se inicia antes pela vontade de estudantes e professores inquietos com a conjuntura social e acadêmica do que com o reconhecimento das necessidades da prática do escritório modelo e os recursos para viabilizá-las. Tendo sua trajetória iniciada em 2013, apenas em 2014 o coletivo consegue, pela primeira vez, se inserir em editais de fomento, um edital do Programa Institucional de Bolsas de Eventos (PIBEV). Nesse primeiro edital,

foram concedidas três bolsas por um período de três meses para os membros do coletivo. Sem interromper suas atividades nas comunidades parceiras naquele momento, o Abricó, a partir do edital, resolveu promover um evento que tornasse públicas as práticas dos escritórios modelo e convidar novos integrantes para compor o coletivo. O evento foi a primeira edição do CIPÓ - Ciclo Integrado de Palestras e Oficinas do Abricó.

Ainda em 2014, a necessidade de se conseguir recursos financeiros que garantissem a permanência dos membros do Abricó e, ao mesmo tempo, viabilizassem a compra de insumos permanentes para as atividades de campo, motivou as orientadoras do grupo a participar de dois editais, o ProExt/MEC/Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação e o PIBEX/UFRJ/Programa Institucional de Bolsas de Extensão da UFRJ. Obtendo uma boa classificação nos dois editais para o ano de 2015, o coletivo pôde, após dois anos iniciais de atividade, finalmente contar com uma expressiva quantidade de bolsas (totalizando nove estudantes bolsistas) e recursos financeiros para adquirir materiais de consumo e permanentes, suprimindo a necessidade de equipamentos e materiais de escritório, além de ferramentas para seus mutirões. É importante destacar que o edital ProExt era vinculado ao Ministério da Educação, tendo sido lançado pela última vez no ano de 2016. Não por coincidência,

o ano de 2016 é marcado pelo golpe sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Desde 2016 até o presente momento, não surgiram novos editais que disponibilizassem recursos financeiros para aquisição de material permanente para projetos de Extensão.

Em 2016, o Abricó se mantém em termos financeiros apenas a partir da renovação do edital PIBEX, garantindo suas antigas quatro bolsas vinculadas ao edital e deixando parte expressiva do seu corpo de antigos bolsistas sem recursos, diferente do que havia ocorrido no ano anterior. Com o PIBEX encerrado no início de 2017, o cenário financeiro do coletivo piorou, momento em que os estudantes do Abricó começaram a assumir a elaboração das propostas a serem submetidas a novos editais de fomento. Outro fato que contribui para a piora do cenário de oferta de recursos é a modificação das estruturas dos editais internos à UFRJ. A unificação dos editais de fomento à Extensão através do PROFAEX/Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão foi acompanhada pela interrupção da possibilidade de fomento a novos programas de Extensão (que conferiam até dez bolsas por projeto), permanecendo apenas alguns programas estratégicos na universidade. Assim, os novos editais contemplam as modalidades de projeto (com até cinco bolsas cada), evento e curso de Extensão. Além de interromper a oferta de recursos para compra de material permanente.

Nesse processo, enquanto os estudantes do Abricó aprendem a lidar com a burocracia juntamente com a sua nova orientadora, com experiência somente com editais de pesquisa e pós-graduação, comete-se um erro no preenchimento da proposta a ser submetida e o projeto acaba por não obter aprovação na primeira edição do PROFAEX. O Abricó passa, então, o ano de 2017 sem recursos para manter suas atividades. Como alternativa, os estudantes ainda tinham o grupo PET/Programa de Educação Tutorial em criação na FAU-UFRJ. O grupo tinha sido idealizado pelo próprio Abricó, que convidou um professor para elaborar uma proposta, em parceria com o Canteiro Experimental, a ser submetida no edital PET-UFRJ, no início de 2017. O bom resultado nessa seleção garantiu que seis membros do Abricó fossem contemplados com bolsas de tutoria pelo período de dois anos.

Em 2018, finalmente, o coletivo consegue a aprovação do projeto no edital PROFAEX, porém uma única bolsa é concedida. Essa bolsa, somada às bolsas do PET-2017, voltam a melhorar um pouco a manutenção da permanência dos membros do coletivo nas ações de Extensão. Ao mesmo tempo, os estudantes do Abricó começam a compreender os limites e possibilidades dos editais de fomento. Se apropriando das estruturas burocráticas dos editais, decidem começar a fragmentar as suas diversas frentes de atuação em diferentes projetos de Extensão, desenhando as mesmas

enquanto desdobramentos do primeiro projeto submetido pelo Abricó. Essa estratégia é pensada de forma a ampliar as possibilidades de obtenção de bolsas, dado o limite de cinco bolsas por projeto.

Tendo parte de suas frentes devidamente aprovadas no edital RUA/Registro Único de Ações de Extensão, no final de 2018 e em 2019, com a aprovação no PROFAEX de mais duas frentes de trabalho, o coletivo atingiu um total de doze bolsas, sendo nove delas vinculadas ao PROFAEX e três delas vinculadas ao PET, que também foi renovado.

Além dos editais de fomento à Extensão, o Abricó também tem usado da mesma estratégia de fragmentação para se inscrever em editais de fomento a eventos. Assim, ainda em 2019, o coletivo submeteu propostas de fomento a dois eventos de caráter distintos. Um deles, a Semente/Semana de Ensino de Tecnologias Ecológicas, evento voltado para popularização de técnicas de bioconstrução e permacultura em parceria com outros grupos de Extensão da própria UFRJ, e também a segunda edição do CIPÓ, fazendo um resgate histórico da trajetória do Abricó nos últimos cinco anos através de uma exposição, além de rodas de debate com personagens importantes de movimentos sociais e de assessorias técnicas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ambos eventos, financiados pelo edital de fomento a eventos estudantis da

PR7 (Pró-Reitoria de Políticas Estudantis) da UFRJ cumpriram, ainda, o importante papel de viabilizar a aquisição de materiais de consumo a serem reutilizados após os eventos em outras ações desenvolvidas pelo Abricó.

Conforme exposto nos parágrafos anteriores, o Abricó tem se adaptado às estruturas institucionais e à escassez de editais de fomento às ações de Extensão a partir da fragmentação das suas frentes. Vale ressaltar que a fragmentação institucional dessas frentes de trabalho não implica em uma fragmentação do trabalho do Abricó. Pelo contrário, a abertura de novas frentes foi extremamente importante para a manutenção da unidade do coletivo e da conformação de novas estruturas metodológicas para se tratar das especificidades de cada comunidade parceira. De todo modo, esse movimento não é suficiente para contornar a problemática dos recursos financeiros.

Ainda que a dificuldade de acesso a recursos para aquisição de materiais de uso permanente continue sendo uma questão sensível, acreditamos ser ainda mais problemática a inexistência de alternativas para conceder bolsas a agentes que fazem parte do grupo extensionista, mas não estão vinculados à universidade. Esses agentes são importantes personagens nas dinâmicas comunitárias dos territórios

em que o Abricó atua, onde os mesmos trabalham incessantemente na publicização das ações da universidade e na garantia da mobilização comunitária em torno do projeto. Por vezes inseridos em dinâmicas de trabalho informais e precárias, a existência de bolsas para esses agentes poderia se configurar como um importante instrumento para intensificar as pontes entre a universidade e os territórios não contemplados pelas práticas dos arquitetos urbanistas e planejadores urbanos.<sup>20</sup> A institucionalização desses agentes junto à universidade poderia finalmente tensionar a aproximação da academia com as reais demandas da sociedade. Ao mesmo tempo, esse processo também seria um importante elemento para consolidar as vias de mão dupla que a Extensão busca constituir entre a universidade e a sociedade, uma vez que não apenas a universidade estaria cumprindo seu papel social ocupando espaços negligenciados pelo poder público, mas também estariam sendo oferecidos instrumentos para que esses mesmos espaços também pudessem estar ocupando a própria universidade, tensionando e questionando as tradicionais formas de produção do conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas questões são importantes de serem retomadas antes de caminharmos para a conclusão deste artigo. Uma delas é lembrar que este texto é desdobramento de um artigo já existente, cujos questionamentos deram origem aos tópicos apresentados anteriormente.<sup>21</sup> No artigo apresentado no XVIII ENANPUR procuramos relatar a atuação do Abricó enquanto Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo e todo o processo de recriação e consolidação do mesmo como Abricó. As conclusões dessa análise apontaram que o Abricó tem procurado extrapolar as atribuições com as quais se compromete enquanto EMAU, porém pouco foi analisado e discutido sobre as tensões presentes na sua atuação, tanto dentro quanto fora da universidade. Assim, nos apropriamos das discussões realizadas durante o evento e elencamos os tópicos expostos acima como forma de ilustrar as diversas nuances da prática extensionista.

É importante pontuar que os tópicos aqui destacados não encerram a complexidade da ação da Extensão. Diversos outros aspectos poderiam ser trazidos para esta análise, como, por exemplo, a forma com que a Extensão gera expectativas, tanto

20. Entendemos que este problema não se limita apenas ao campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo ou do Planejamento Urbano. Aqui, o recorte utilizado pretende apenas enfatizar as diretrizes expressas no POEMA naquilo que tange a atuação dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo especificamente.

21. LESSA, DE MOUROS & GARRITANO, op. cit.

naqueles que a conduzem como aqueles que participam dela. Também poderiam ser destacadas as tensões quanto ao próprio processo participativo, não só no processo de escuta, mas também no de elaboração e materialização de outras formas de produção do conhecimento. Ainda seria possível falar sobre as dificuldades de se manter a gestão horizontal do coletivo. Todas essas questões, somadas àquelas já apresentadas no primeiro artigo, atravessam de maneira simultânea os diversos projetos conduzidos pelo Abricó ao mesmo tempo que os conectam.

Por fim, compartilhamos os tensionamentos experienciados a partir da prática extensionista do Abricó como forma de contribuir para outras atividades de Extensão que estejam em curso. Sem a pretensão de trazer fórmulas fechadas para a superação de determinadas questões, optamos por expor nossas dificuldades e, inclusive, as contradições presentes no processo de incorporação das diretrizes dos escritórios modelo à prática da Extensão. Se no artigo anterior nos debruçamos sobre os elementos que caracterizam o Abricó enquanto um EMAU, agora partimos da análise das práticas do dia a dia para repensar a própria concepção dessas diretrizes e a maneira como estas, quando confrontadas com a experiência prática, se conformam quase como abstrações metodológicas. Aqui as chamamos de abstrações pelo fato da consolidação de uma estrutura metodológica, tanto para o funcionamento do EMAU quanto para o trabalho a ser desenvolvido em suas respectivas comunidades de atuação, só ser passível de ser amadurecida a partir de somatórios de práticas empíricas e de suas posteriores reflexões analíticas.



Ilha do Bororé,  
São Paulo, 2019  
foto\_ Débora Laub

# TRAJETÓRIA, VIVÊNCIAS, PERMANÊNCIA E CONTINUIDADE

## REFLEXÕES SOBRE A EXTENSÃO NO XVIII ENANPUR

*Jane Roberta de Assis Barbosa  
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros*

# CAPÍTULO 8

### O CONVITE PARA O RELATO E A REFLEXÃO

As Oficinas de Práticas Urbanas ocorreram pela primeira vez, na programação do XVII Encontro Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – XVII ENANPUR, que ocorreu na cidade de São Paulo/SP, em 2017. O relato dessa experiência está disponível em: *Extensão em Prelúdio: crônicas das oficinas de práticas urbanas do XVII ENANPUR*, capítulo elaborado por Karina Leitão e Caio Santo Amore,<sup>1</sup> onde é possível observarem-se os esforços desempenhados por professores e pesquisadores para apresentar processos e dinâmicas presentes nos campos de suas atividades extensionistas e pesquisas.

Esforço semelhante foi o da Comissão Organizadora da 18ª edição do ENANPUR, realizada em Natal/RN, que acolheu o desejo da comunidade anpuriana de dar continuidade às oficinas extensionistas. Nesse sentido, colegas dos programas de pós-graduação do Rio Grande do Norte, associados à ANPUR, aceitaram o desafio de apresentar o território e um portfólio das suas práticas de Extensão, bem como das pesquisas realizadas no âmbito de seus programas. O evento ofereceu aos seus participantes dez oficinas, que integraram as atividades pré-evento, nos dias 25 e 26 de maio de 2019. Elas serão apresentadas neste texto por meio do relato dos seus organizadores.

Do convite à realização das Oficinas percorreu-se um longo processo de organização, o qual poderíamos ter descrito por meio das trocas de correspondências eletrônicas, dos arquivos de documentos, resumos e recibos de pagamentos. Seria, portanto, um relatório técnico de prestação de contas. Todavia, optamos por refletir e escrever a respeito das Oficinas com base no relato daqueles que as organizaram. Tentaríamos, portanto, abstrair-nos da pressa habitual para cumprir as tarefas da vida docente (Ensino, Pesquisa, Extensão e administração) e, sem deixar de honrar os

compromissos assumidos, convidar nossos colegas para tomarmos um café e “bater um papo” a respeito de suas experiências. Para isso, seguimos algumas estratégias. A primeira delas foi respeitar o tempo disponível e a compatibilidade de agendas, pois, nem todos poderiam dispor de tempo para, entre uma atividade e outra, se deslocar para nos atender. A segunda estratégia diz respeito à escolha do local onde ocorreriam os encontros, e percebemos que realizá-los na circunscrição da universidade seria mais cômodo. Os encontros, animados pelo café e uma conversa agradável, além de nos ajudar a compreender melhor as escolhas, estratégias, pontos positivos e desafios à oferta e realização das Oficinas de pré-evento, proporcionaria, a nós e nossos convidados, a oportunidade de conhecer melhor a prática do outro.

Cabe, no entanto, um esclarecimento. Das dez Oficinas, três tiveram seus relatos enviados por *e-mail*, e os outros sete foram sendo generosamente narrados/compartilhados durante encontros presenciais. Os relatos que ora apresentamos, obtidos no período de 29 de julho a 01 de agosto de 2019, não têm a pretensão de promover discussões teóricas e conceituais sobre a prática extensionista. Nosso interesse é apresentar, com a mesma generosidade com a qual tivemos nosso

convite atendido, os relatos obtidos. Embora tenhamos feito esforços para não privilegiar uma ou outra Oficina, com o cuidado de elaborar um roteiro básico para orientar a conversa, não pudemos evitar que alguns professores fossem mais detalhistas em seus relatos, tornando possível explorar mais elementos na produção dos textos correspondentes. Todavia, assumimos inteira responsabilidade no que concerne ao modo escolhido para expor o conteúdo dos relatos, e, desde já, pedimos desculpas se não tivermos conseguido expressar a riqueza que envolveu os depoimentos dos colegas. Ao aceitarmos o convite para escrever sobre as Oficinas, assumimos o desafio de refletir sobre o sentido da Extensão e sua realização no âmbito do XVIII ENANPUR. Assumimos ainda a escolha de respeitar a liberdade de pensamento daqueles que ouvimos e a liberdade de escrita para traduzir, na forma de um texto, a riqueza das ideias e vivências coletadas.

O texto aqui apresentado está estruturado em três partes, precedidas de uma breve introdução cujo objetivo é convidar o leitor para acompanhar o resultado do diálogo estabelecido entre nós e os realizadores das Oficinas. Em seguida, as Oficinas são apresentadas em sua trajetória, a qual perpassa questões relacionadas à sua elaboração e à execução. Na segunda parte, que tem foco nas vivências constituídas no âmbito da realização da atividade, exploram-se os ensinamentos e aprendizados derivados da experiência. Na terceira parte, destaca-se a relevância de dar continuidade

às Oficinas de pré-evento nas próximas edições do ENANPUR, dado o papel que elas desempenharam para o estabelecimento de conexões entre os participantes e a divulgação do conhecimento produzido sobre o território norte-rio-grandense. O texto finaliza com algumas considerações acerca dos relatos dos organizadores e notas da organização, procurando refletir sobre a importância da Extensão Universitária na atualidade.

Desejamos que o sabor, a intensidade e o perfume do café que deu um toque especial aos nossos diálogos acompanhem o leitor deste texto.

## TRAJETÓRIA

Em virtude do sucesso obtido com a realização das Oficinas de Prática Urbanas no XVII ENANPUR, houve uma expectativa, por parte da Coordenação da 18ª edição, de dar continuidade às Oficinas. Para que elas pudessem ocorrer seria necessário cumprir uma trajetória, haveria um caminho a ser percorrido, a respeito do qual alerta o poeta Antonio Machado: “*Caminante, no hay camino, / se hace camino al andar*”. E mesmo aqueles aparentemente mais curtos, dotados de equipamentos que facilitam o trajeto, têm desafios que necessitam ser superados.

1. LEITÃO, K. & SANTO AMORE, C. (2017). Extensão em Prelúdio. Crônica das Oficinas de Práticas Urbanas no XVII ENANPUR. In C. D'OTTAVIANO & J. ROVATI. Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: FAUUSP/ANPUR, pp. 50-66.

QUADRO 1: Oficinas do XVIII ENANPUR

Fonte: elaboração das autoras, 2019

O primeiro deles era que as Oficinas continuassem a promover espaços de compartilhamento do conhecimento produzido e de interação entre a universidade e a comunidade. Afinal, se é verdade que a Extensão tem uma função social importante, era preciso “romper os limites” da forma arquitetônica onde o evento estava abrigado e construir caminhos para a reflexão da prática acadêmica na rua, em assentamentos, nos conselhos comunitários, no transporte público de uso coletivo e demais espaços de vivências.

Nesse sentido, a coordenação do evento realizou convites para docentes e pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFRN, ao Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais - PPEUR/UFRN e ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido - PLANDITES/UERN, associados à ANPUR. A adesão dos colegas possibilitou uma diversidade de experiências com escalas que permitiram observar processos representativos das dinâmicas socioeconômicas do Rio Grande do Norte (ver Quadro 1). Nem sempre os convites e as conversas, com a coordenação geral do evento, para definir e ajustar as ações que seriam realizadas, ocorreram por meio de reuniões formais. As trocas de e-mails, os telefonemas, as trocas de mensagens rápidas através de aplicativos, os encontros nos corredores e nas escadas de distintos prédios da UFRN foram primordiais para cada ajuste das oficinas.

O Quadro 1 mostra a diversidade temática explorada nas Oficinas, bem como os lugares onde elas ocorreram. Vê-se que predominou a escolha de bairros e comunidades situados em Natal, mas municípios como Tibau do Sul, Extremoz e São Miguel do Gostoso, por exemplo, também estiveram em evidência para oferecer aos 279 inscritos um amplo leque de opções, considerando a possibilidade de se fazer inscrição para os dois dias de oferta, a saber: sábado e domingo. Dos participantes, 51% eram do estado do Rio Grande do Norte, oriundos de várias instituições de ensino superior, sobretudo a UFRN, e 15% do estado de São Paulo; mas também foram representativos os números dos estados de Rio de Janeiro (5,4%), Rio Grande do Sul (4,3%), Santa Catarina (4%), Pará (3,6%), Minas Gerais (3,3%) e Paraná (3,3%). Destaca-se que houve participação de estrangeiros nas oficinas, procedentes da Colômbia e dos Estados Unidos da América.

Quanto à titulação, a representação vai da graduação ao doutorado, bem como a de inscritos com pesquisas de pós-doutorado em processo de finalização. A diversidade dos inscritos não estava apenas no que se refere ao local de origem e sua titulação, mas, também, às faixas etárias, pois 18% dos inscritos tinham até 22 anos, 38% estavam na faixa etária entre 23-30 anos, 20,1% era o percentual entre 31-40, e, finalmente, a faixa entre 41-59 alcançou 15,05%. Os que não informaram a data de nascimento compunham o seguinte percentual: 8,24%.

W	DIA	Nº DE VAGAS	OFICINA	ORGANIZADORES	LOCAL	OBJETIVO
1	SÁB / DOM	20	Apresentar (com) o Espaço Urbano: Narrativas sobre a Cidade de Natal através dos Desenhos de Locação	José Clewton do Nascimento (PPGAU/UFRN)	Vila de Ponta Negra, Natal/RN	Realizar atividade de apreensão e registro de aspectos morfológicos de trechos definidos previamente, localizados em Natal, visando reforçar a ideia do “olhar calmo e atento sobre a cidade”, no sentido da construção de um conhecimento e síntese do que é observado.
2	SÁB	40	Comércio Popular e Reestruturação Urbana no Bairro do Alecrim: Espaço Público, Apropriações e Disputas Territoriais	Claúdio Roberto de Jesus (PPEUR/UFRN); Ruth Maria da Costa Ataíde (PPGAU/UFRN); Alexandre Ferreira Cardoso da Silva (PPEUR-PPGAU/UFRN); Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (PPEUR-PPGAU/UFRN).	Bairro do Alecrim, Natal/RN	Gerar uma reflexão sobre a dinâmica urbana do Alecrim no presente, visando sistematizar conhecimento acadêmico e questões propositivas que contribuam para a agenda dos movimentos sociais mobilizados principalmente em defesa dos direitos dos comerciantes informais do Alecrim, na perspectiva do Direito à Cidade.
3	SÁB	20	O Outro Lado do Rio: Velhas e Novas Configurações da Periferia de Natal	Jane Roberta de Assis Barbosa (Estúdio Conceito/UFRN); Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros (PPEUR/UFRN); Beatriz Medeiros Fontenelle (PPEUR/UFRN); Daniel Nicolau de Vasconcelos Pinheiro (PPGAU/UFRN).	Região Administrativa Norte de Natal/RN	Refletir sobre as diversas apropriações do espaço, considerando a produção do espaço residencial, as dinâmicas dos circuitos da economia, e o papel do planejamento urbano e regional na indução de dinâmicas de ocupação para o “desenvolvimento”, estando mesclado com cenários de desigualdades socioespaciais.
4	DOM	20	Paisagem e Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Natal: Espaços Livres, Áreas Ambientais e os Dilemas de uma Região em Crescimento	Ruth Maria da Costa Ataíde (DARQ/UFRN); Alexandre Ferreira Cardoso da Silva (DPP/UFRN) e Amíria Bezerra Brasil (DARQ/UFRN). Apoio das pós-graduações: Erika Milena Carvalho Guimarães Leoncio (PPEUR/UFRN) e Karitana Maria de Souza Santos (PPGAU/UFRN).	Região Metropolitana de Natal, nos municípios de Parnamirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Macaíba	Conhecer e identificar os principais pontos de conflito entre a expressão da metropolização e a existência das áreas ambientais – protegidas ou não – que revelam algumas dimensões da problemática socioambiental, discutindo os impactos à paisagem e as alternativas ao enfrentamento dos problemas.
5	SÁB	40	Na Brisa do Vento: Energia Eólica no Litoral Potiguar	José Gomes Ferreira (PPEUR/UFRN). Apoio do pós-graduação: Herbert Emmanuel Lima de Oliveira (PPEUR/UFRN).	São Miguel do Gostoso/RN	Discutir a controvérsia pública sobre a construção do complexo eólico e sua inserção na paisagem e no conjunto de atividades econômicas do município.
6	SÁB	40	Cartografias Insurgentes: Economia Feminista e Agroecologia	Winifred Knox (PPEUR/UFRN) e Cimone Rozendo (PGCS/UFRN). Apoio das pós-graduações: Carine Santos (PGCS/UFRN) e Victória Carvalho (PPEUR/UFRN).	Pitangui, Extremoz/RN	Conhecer novas formas de produção e reprodução dos modos de vida e economia, assim como novas formas de relação com o ambiente.
7	DOM	20	Bicicletada na Orla: do Imobiliário-turístico às Zonas de Proteção e de Interesse Social	Rodolfo Finatti (PPEUR/UFRN); Huda Andrade Silva de Lima (Observatório das Metrópoles/RN/Natal). Apoio das pós-graduações do PPEUR/UFRN: Alenusk Lucena Medeiros e Gabriela Baesse Iglesias Alves Pereira.	Via Costeira, Natal/RN	Percorrer o trecho da faixa litorânea e urbana de Natal sobre bicicleta para presenciar conflitos diferenciados na paisagem urbana da cidade
8	DOM	40	Pessoas em Situação de Rua na Cidade de Natal	Verônica Maria Fernandes de Lima (PPGAU/UFRN); Ricardo Moretti (DARQ/UFRN); Tadeu Mattos (UFRN).	Bairro de Ribeira, Natal/RN	Apoiar a comissão que discute sobre os moradores em situação de rua em Natal/RN, na busca de respostas para questões tão delicadas e urgentes como: O que é população em situação de rua? Quem são as pessoas que compõe? Quais são suas características? Quais são suas principais demandas? Quais as soluções mais viáveis para atendê-las?
9	SÁB	40	Pipa na Lógica Litorânea do Turismo Sol e Praia	Josué Alencar Bezerra (PLANDITES/UERN) e Larissa da Silva Ferreira Alves (PLANDITES/UERN).	Litoral Sul da Região Metropolitana de Natal/RN	Situar o ordenamento territorial do turismo no Rio Grande do Norte, contextualizando o papel de Pipa (Tibau do Sul-RN) na lógica litorânea do turismo de “sol e praia”.
10	DOM	40	Arena do Morro: Mais do que um Projeto de Arquitetura	Nilberto Gomes de Sousa (UFRN) e Yuri de Souza Duarte (UFRN).	Bairro de Mãe Luiza, Natal/RN	Provocar reflexões sobre a experiência de Mãe Luiza e sua possível irradiação para outras localidades que passam por problemas semelhantes.

A organização do XVIII ENANPUR cercouse de alguns cuidados para a realização das Oficinas. Os transportes contratados, ônibus e micro-ônibus, estavam abastecidos com água e lanches. Foram contratados seguros de vida para cada participante, medida essa que exigiu o encerramento prévio das inscrições para que se repassassem as informações pessoais dos inscritos à seguradora com antecedência de cinco dias até a data de realização de cada Oficina. Os custos com seguro são de valor reduzido e essa medida amplia consideravelmente a segurança para os participantes e os organizadores. A bicicletada foi uma das ações com maior custo, pois envolveu, além do seguro, o aluguel de bicicletas, a disposição de uma equipe médica em ambulância, equipe de apoio e suporte ao conserto das bicicletas.

Outro desafio que se buscou superar diz respeito às ausências de alguns inscritos no evento, muitas comunicadas e justificadas em virtude das mudanças e cancelamentos de voos da companhia Avianca (que estava em recuperação judicial). Desse modo, algumas Oficinas foram executadas com menos de 40% dos inscritos, embora a maioria tenha sido realizada com cerca de 70% dos inscritos. Lembramos que não havia possibilidade de inscrições no dia da Oficina, em virtude dos seguros contratados.

As descrições detalhadas têm como objetivo demonstrar que a prática de Extensão, com exposição na realidade, requer cuidados e custos que por vezes não fazem parte da prática administrativa das instituições e/ou não estão previstas em orçamentos e contratações.

## VIVÊNCIA

A ideia de vivência nos remete ao conteúdo existencial que permeia as ações, encontros/desencontros, uso de objetos, consumos, anseios e expectativas com as quais temos que lidar diariamente. São os prédios, as casas, as ruas, por exemplo, que, animados pela sociedade em movimento, dão sentido às cidades que habitamos. Essas formas ou objetos, com as quais cotidianamente nos defrontamos para com elas coexistir, compõem as paisagens resultantes das relações com os lugares, criadas ao longo do tempo. A observação atenta e criteriosa da cidade pode, como um texto, revelar os sucessivos processos de transformação que resultaram na sua dinâmica atual.

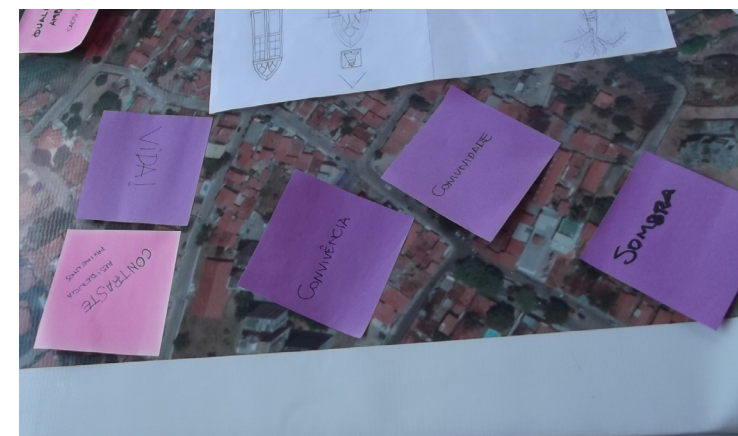
Apresentamos aqui os relatos das Oficinas na sequência em que elas foram inseridas no site do evento, que corresponde, também, à sucessão dos acontecimentos: convite da coordenação do evento para os colegas, elaboração da proposta e divulgação.

Havia, para os dias em que se realizariam as Oficinas de pré-evento, várias expectativas, uma das quais dizia respeito à previsão do tempo. Anunciavam-se manhãs de sol, seguidas de pancadas de chuva, para as tardes e noites dos dias 25 e 26 de maio de 2019. Os dias seriam quentes, mas havia a possibilidade do sol não brilhar com intensidade.

A OFICINA 01, **Apre(E)nder (com) o Espaço Urbano: Narrativas sobre a Cidade de Natal através dos Desenhos de Locação**, organizada pelo Prof. José Clewton do Nascimento (PPGAU/UFRN), forneceu aos que nela se inscreveram a possibilidade de observar a Vila de Ponta Negra como parte de um texto complexo cujo conteúdo maior é a cidade de Natal. Seu objetivo foi, portanto, provocar reflexões e formas de representação da cidade através do desenho, partindo de uma metodologia utilizada pelo Grupo Urban Sketchers (USK), que existe há sete anos no Departamento de Arquitetura da UFRN. A escolha do local deveu-se à possibilidade de oferecer um campo de observação interessante para os participantes, tendo em vista que nela estão concentrados, num trecho curto da cidade, dois grandes contrastes: de um lado tem-se a especulação imobiliária da cidade, que atinge a Vila de Ponta Negra, de outro, a resistência frente a essa especulação. Além disso, ela ainda guarda referências importantes da sua origem como vila de pescadores.

FIGURAS 1a 5 : Oficina 01

Fotos: Marcos Kyoto (1 e 2); André Baptista (3 a 5)





A Oficina reuniu um público diverso, do qual cerca de 60% eram arquitetos. Todavia, como 40% dos participantes não possuía familiaridade com a técnica do desenho, havia uma certa ansiedade sobre se os participantes conseguiriam expressar no papel os elementos da paisagem observada. Para Clewton Nascimento, citando Eduardo Salavisa, mais importante que o desenho é o processo de observação: o que observo? Como a realidade observada pode ser representada? Questões como essas foram amplamente discutidas na Oficina. Desse modo, o ponto de partida era a observação da paisagem, cuja representação poderia ocorrer através do desenho, mas poderia, também, utilizar outros recursos variados, como a colagem de materiais coletados na rua. Assim, o receio de não dominar a arte de desenhar e o contato com uma paisagem que lhes era estranha – a maioria dos participantes não era de Natal – foi resolvido com uma conversa.

O trajeto percorrido conduziu os participantes à Praça do Cruzeiro (tráfego mais intenso), pela principal rua da Vila, denominada Floresta, com posterior parada em frente à Igreja Matriz de São João. O ponto final do trajeto foi uma tapiocaria situada na Vila de Ponta Negra, onde se realizou a culminância da atividade por meio da construção de um painel síntese composto por desenhos, narrativas e palavras-chave. O final da Oficina foi coroado com uma roda de samba e uma apresentação cultural promovidas pela tapiocaria.

A OFICINA 02, **Comércio Popular e Reestruturação Urbana no Bairro do Alecrim: Espaço Público, Apropriações e Disputas Territoriais**, contou com a organização de Cláudio Roberto de Jesus (PPEUR/UFRN), Ruth Maria da Costa Ataíde (PPGAU/UFRN), Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva (PPEUR-PPGAU/UFRN) e Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (PPEUR-PPGAU/UFRN). A proposta partiu do professor Cláudio Jesus, remetendo a uma proposta fomentada pelo Professor Roberto Monte-Mór, no XV ENANPUR, realizado em Belo Horizonte, com foco em bairros populares. Para o XVIII ENANPUR, essa ideia foi resgatada e agregaram-se a ela as demandas dos outros colegas do PPGAU. Conforme informado no resumo submetido pelos professores que coordenaram a atividade, “o bairro do Alecrim é área de residências populares, de comércio de rua e de comércio formal, atraindo pessoas de todas as partes da cidade em busca de produtos baratos, oportunidades de emprego e renda, e dos serviços ofertados”.

A ideia era caminhar pelos principais pontos do comércio informal, considerando que a informalidade está diluída, inclusive em diversas edificações. O grupo saiu do Hotel Praia Mar e dirigiu-se até a entrada da Vila da Marinha. Trafegaram em direção ao camelódromo, passando pelo relógio, e então fizeram movimentos de dispersão e concentração, a cada 15-20 minutos, com o compartilhamento das experiências vivenciadas.



FIGURAS 6, 7 e 8 : Oficina 02

Fotos: Claudio Jzsus

O trajeto percorrido ficou a critério dos participantes, os quais caminharam sem roteiro previamente definido, cruzando ruas, pontos comerciais e a feira livre do bairro.

Os participantes puderam, então, conhecer a cidade de Natal para além do roteiro turístico. Durante a tarde, o grupo se reuniu para discutir os elementos que puderam observar nos locais visitados e estabelecer comparações entre as experiências nesses locais e as obtidas por meio de suas pesquisas ou de paisagens que lhes são habituais.

A OFICINA 03, **O Outro Lado do Rio: Velhas e Novas Configurações da Periferia de Natal**, contou com a organização de Jane Roberta de Assis Barbosa (Estúdio Conceito/UFRN), Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros (PPEUR/UFRN), Beatriz Medeiros Fontenele (PPEUR/UFRN) e Daniel Nicolau de Vasconcelos Pinheiro (PPGAU/UFRN).

A intenção foi apresentar parte das pesquisas e indagações colocadas pelo Grupo Cidades Contemporâneas sobre a Região Administrativa Norte da Cidade de Natal. Essa é uma área estigmatizada, em virtude da sua ocupação por uma população de menor poder aquisitivo, mas que passa por amplos processos de transformações advindos de investimentos públicos e privados. A equipe organizadora da Oficina disponibilizou encarte com informações acerca do trajeto que seria percorrido, bem como um mapa para o exercício de observação/anotação.

A Oficina iniciou com um trajeto de trem, partindo da estação da Ribeira com destino à estação Nordelândia. Trata-se de um trecho fortemente demarcado pelas ocupações irregulares, autoconstrução e bordas

FIGURAS 9 a 12 : Oficina 03

Fotos: Inês Martina (9 a 11); Marcos Kyoto (12)

dos conjuntos habitacionais. A segunda parte do roteiro foi realizada de ônibus, adentrando os conjuntos da COHAB, com uma perspectiva de ordenamento e padrão das moradias peculiares a Natal – que não possui a conotação de remoção de favelas, comum a outras capitais do Brasil. Além disso, ainda, no ônibus, foi possível observar novos investimentos instalados na Região Administrativa Norte de Natal, como o Ginásio Nélio Dias, equipamento esportivo inaugurado em 2008 e fechado desde 2017. O projeto é do arquiteto natalense Moacir Gomes – também autor do antigo estádio Machado e do ginásio Machadinho.



Em seguida, o grupo foi conduzido ao Partage Norte Shopping, onde se deu uma conversa com o seu administrador. A culminância da Oficina ocorreu no Mercado Público da Redinha, com a colaboração dos representantes do Conselho Comunitário Jonh Pierre de Brito Nascimento e Gutemberg dos Santos, no restaurante da Dona Marta, que recepcionou os participantes com café, água de coco e gíngua com tapioca – uma iguaria local. Os representantes do Conselho do bairro apresentaram a agenda de reivindicação da comunidade, destacando os conflitos envolvidos nas obras de urbanização da orla da praia e os demais investimentos para a atividade turística, que nem sempre se refletem em melhorias para os moradores.



Explorando a escala da Região Metropolitana, tivemos a OFICINA 04, **Paisagem e Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Natal: Espaços Livres, Áreas Ambientais e os Dilemas de uma Região em Crescimento**, que foi organizada por Ruth Maria da Costa Ataíde (DARQ/UFRN), Alessandro Ferreira Cardoso da Silva (DPP/UFRN) e Amíria Bezerra Brasil (DARQ/UFRN). Ela contou com o apoio das pós-graduandas: Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio (PPEUR/UFRN) e Karitana Maria de Souza Santos (PPGAU/UFRN).

Conforme proposta divulgada no XVIII ENANPUR, “os municípios contíguos a Natal (Parnamirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Macaíba) apresentaram, na última década, crescimento mais acentuado do que o polo da RM, especialmente em suas áreas periféricas”. A escolha do roteiro se deu com base na escolha de locais que fossem representativos da temática que seria abordada, abarcando, portanto, o anel viário metropolitano, áreas turísticas e de especulação imobiliária, Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs), Aeroporto Aluizio Alves e empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida situados próximo ao aeroporto (Natal e Extremoz; São Gonçalo e Macaíba; Parnamirim e Natal). É importante destacar que esse percurso já havia sido realizado em uma disciplina da pós-graduação ministrada pelas professoras Ruth Ataíde e Amíria Brasil.

A Oficina foi organizada prevendo dois momentos. O primeiro ocorreu pela manhã e correspondeu à entrega de material para registro e cumprimento do trajeto anteriormente mencionado. O segundo consistiu no mapeamento e definição de propostas: políticas, planos, leis, e foi realizado durante a tarde. Destacaram-se, nas observações, os marcos regulatórios de proteção ao meio ambiente na cidade de Natal. Conforme relato dos seus realizadores, a Oficina permitiu a observação *in loco*, enriquecendo, assim, as discussões daquele dia e durante o evento.



FIGURAS 13 e 14 : Oficina 04

Fotos: Érica Guimarães

FIGURAS 15 a 18 : Oficina 05

Fotos: Anne Brustolin

A 128 km de Natal, o município de São Miguel do Gostoso foi o local de realização da OFICINA 05, **Na Brisa do Vento: Energia Eólica no Litoral Potiguar**, organizada por José Gomes Ferreira (PPEUR/UFRN) e com o apoio do pós-graduando Herbert Emmanuel Lima de Oliveira (PPEUR/UFRN). A preparação desta Oficina se deu com cerca de seis meses de antecedência, demandando contatos com o prefeito José Renato Teixeira de Sousa e visitas mais técnicas para acertar os pormenores do evento.

A primeira parte da Oficina realizou-se no Centro de Cultura de São Miguel do Gostoso, com a visita ao parque principal da Voltalia, os edifícios de manutenção e a subestação. Os diversos equipamentos e, em particular, a imponência das torres eólicas construídas em betão pela DoisA Engenharia impressionaram os visitantes, assim como os impactos diretamente sentidos, entre eles o ruído e o efeito estroboscópico das pás das turbinas ao girarem contra a luz do sol. No encerramento da atividade, destacou-se, por parte dos participantes, a compreensão da especificidade da produção de energia eólica em São Miguel do Gostoso e dos arranjos conseguidos entre os atores sociais no sentido de produzir energia eólica, manter a atividade turística e a pesca – em São Miguel do Gostoso, o conflito existente na fase de instalação afastou os parques 2 km da linha de costa – e reforçar a imagem da cidade como destino preferencial para turistas, velejadores, empresários, e comunidade. Os participantes tiveram a oportunidade de vivenciar importantes momentos de aprendizagem.



Com o tema **Cartografias Insurgentes: Economia Feminista e a Agroecologia**, a OFICINA 06 foi organizada por Winifred Knox (PPEUR/UFRN) e Cimone Rozendo (PGCS/UFRN), contando com o apoio das pós-graduandas Carine Santos (PGCS/UFRN) e Victorya Carvalho (PPEUR/UFRN). A proposta da Oficina foi promover uma visita à associação de mulheres que produzem e beneficiam algas, e, nesse momento, realizar conversas coletivas, dinâmicas sociais territoriais afetivas e almoço, experimentando-se assim “novas formas de produção e reprodução dos modos de vida e economia, assim como novas formas de relação com o ambiente”. O grupo ouviu relatos de mulheres muito empoderadas, as quais falaram sobre a riqueza da sua participação na associação e suas conquistas.

A proposta da Oficina deu visibilidade a uma experiência com mulheres pescadoras. A ideia era mostrar abordagens sobre as pesquisas que estão sendo desenvolvidas pelo grupo LabRural da UFRN, as quais estabelecem a conexão universidade-comunidade.

Um mês antes da Oficina houve uma conversa com as mulheres sobre suas trajetórias, o que seria importante ser explorado na Oficina e definição da logística. Os alimentos utilizados na Oficina foram produzidos pelas próprias mulheres ou trazidos de comunidades parceiras. Elas serviram alimentos à base de algas e frutos do mar, com uma variedade que impressionou os participantes. Além



FIGURAS 19, 20 e 21 : Oficina 06

Fotos: Elionete Garzoni (19); Rayssa Cortez (20); Cimone Rozendo (21)

FIGURAS 22, 23 e 24 : Oficina 07

Fotos: Anne Brustolin (22); Rossana Rebelo (23); Rodolfo Finatti (24).

disso, procuraram dar visibilidade a outros grupos e comunidades do entorno. Durante a Oficina, promoveu-se uma visita a lugares significativos na comunidade.

Quando questionados sobre os motivos que fizeram escolher aquela Oficina, os participantes destacaram a importância de discutir questões relacionadas às mulheres, tendo em vista que há poucos espaços ofertados para discutir essa temática, e pelo debate sobre mulheres com foco na economia solidária, considerada pelas organizadoras uma prática insurgente.

Uma das oficinas mais disputadas no XVIII ENANPUR, a OFICINA 07, **Bicicletada na Orla: do Imobiliário-turístico às Zonas de Proteção e de Interesse Social**, contou com a organização de Rodolfo Finatti (PPEUR/UFRN), Huda Andrade Silva de Lima (Observatório das Metrôpoles/RMNatal) e o apoio das pós-graduandas Alenuska Lucena Medeiros (PPEUR/UFRN) e Gabriela Baesse Iglesias Alves Pereira (PPEUR/UFRN). Os organizadores dessa Oficina assumiram o desafio lançado pelo professor Márcio Valença: a proposta de uma Oficina a ser realizada com um percurso de bicicleta. Diante disso, elaboraram um roteiro detalhado, o qual foi previamente testado, com a preocupação em oferecer todos os procedimentos de segurança. A distância a ser percorrida foi testada várias vezes, chegando-se a um percurso de 15 km.



O roteiro da Oficina, que previu diversos itens e paradas a serem observados, teve como ponto de partida a Praia de Ponta Negra. Seguindo o sentido Via Costeira em direção à Ponte Newton Navarro. Os participantes puderam observar como esse trecho da cidade foi sendo concebido, ao longo de mais de trinta anos, para atender às demandas do turismo, tornando-se também uma expressão de conflitos fundiários. Em seguida, percorreu-se um trecho da orla nas proximidades de Mãe Luiza, Região Administrativa Leste de Natal, onde, em 2014, ocorreu um grande deslizamento de terra, deixando vários moradores desabrigados. Chegando à Fortaleza dos Reis Magos, o grupo reuniu forças para os dois trechos finais da bicicletada, a saber: a Ponte Newton Navarro e o late Clube de Natal, tendo sido realizado um passeio de barco.

O fato de o grupo ser bastante heterogêneo atrapalhou o andamento da Oficina, mas, mesmo assim, a bicicleta proporcionou uma interação maior entre grupos participantes e o meio circundante. O interesse das pessoas pelo conteúdo abordado e a satisfação de integrar-se à atividade foram muito positivos.

A OFICINA 08, **Pessoas em situação de rua a cidade de Natal**, teve a organização de Verônica Maria Fernandes de Lima (PPGAU/UFRN), Ricardo Moretti (DARQ/UFRN) e Tadeu Mattos (UFRN), e contou com o apoio de Letícia de Lima. O relato foi enviado pelos organizadores, que destacaram aspectos elecandos a seguir.

A Oficina teve como meta chamar a atenção sobre o problema da população em situação de rua, que já se manifesta intensamente também em Natal. Para o enfrentamento desse problema, o Serviço do Patrimônio da União-SPU cedeu à prefeitura um casarão situado no bairro da Ribeira, junto ao porto de Natal, na perspectiva de instalação de um equipamento público para atendimento à população em situação de rua. A Oficina se estruturou, pois, a partir de um exercício prático de visita ao prédio e formulação do programa de necessidades para desenvolvimento do projeto para esse equipamento, em conjunto com os participantes e com os representantes da população de rua que estavam presentes.

O Movimento Nacional de População de Rua tem uma forte presença em Natal, e seu coordenador nacional, Vanilson Torres, teve um papel decisivo em todo o processo de mobilização e também na Oficina da ENANPUR.

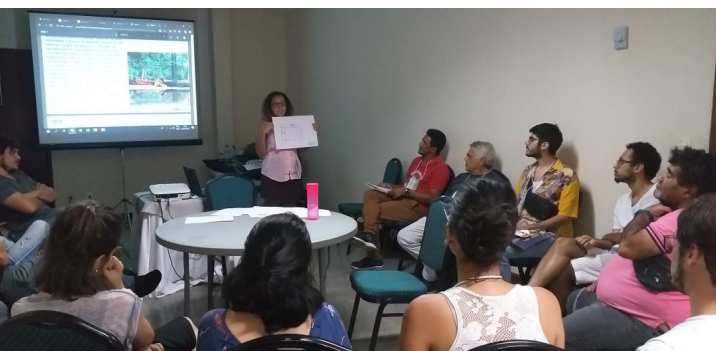
No período da manhã foi feita uma visita ao casarão e a alguns locais de concentração de população em situação de rua na região central da cidade. O trajeto incluiu uma passagem pela Comunidade de Mãe Luiza e o Ginásio de Esportes "Arena do Morro", equipamento projetado pelo escritório Herzog & De Meuron, e que foi uma conquista emblemática do movimento organizado da comunidade. Ainda no período da manhã, foi projetado o curta-metragem "Catarro", de direção de Paulo Dumaresq, que trata do

FIGURAS 25 a 28 : Oficina 08

Fotos: Verônica Lima

tema, para auxiliar no processo de debate e reflexão, e também foi apresentada uma análise e diagnóstico do quadro da população em situação de rua no Brasil e em Natal. Foram ainda debatidas as diretrizes, para a solução do problema, contidas no relatório que foi encaminhado ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social/CONHABINS. No período da tarde, foi lançado o desafio de preparação de um programa de necessidades e de um zoneamento definindo espaços e funções para a proposta de reuso do casarão. Foram formados dois grupos de trabalho que, ao final da tarde, apresentaram e discutiram as propostas formuladas.

Surgiram duas diferentes propostas, ambas concebendo o uso do casarão em duas partes: acesso público para atendimento de serviços básicos para a população em situação de rua em geral, e constituição de repúblicas, incluindo uma especificamente voltada ao público feminino.



O destino mais desejado, Pipa, foi o campo da OFICINA 09, **Pipa na Lógica Litorânea do Turismo Sol e Praia**, organizada por Josué Alencar Bezerra (PLANDITES/UERN) e Larissa da Silva Ferreira Alves (PLANDITES/UERN). Entramos em contato com os organizadores, que enviaram um relato, a partir do qual formulou-se o texto.

A proposta da Oficina nasceu da demanda de abordar a dinâmica turística de Pipa, no contexto da dinâmica internacional de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro, inserindo-se no debate a formação urbana desses espaços turistificados, tendo em vista que, no NE, muitas políticas públicas de turismo tiveram o papel e perfil de políticas urbanas.

Os organizadores optaram por um percurso que contemplasse boa parte do litoral oriental do RN, passando por núcleos urbanos com equipamentos turísticos importantes para o estabelecimento da atividade no estado, estabelecendo então um elo na cadeia do debate sobre turismo/urbanização.

É importante ressaltar que o uso da ferramenta Google maps (ver figura 28) permitiu que o percurso, que teve início na Praia de Ponta Negra, fosse acompanhado pelos participantes por meio da observação da paisagem e da imagem de satélite disponível na ferramenta, a qual expressou com clareza a riqueza do itinerário. Percorreu-se o seguinte trajeto: Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, Parnamirim - a base

concentra operações de lançamentos de foguetes de pequeno e médio porte, é uma área militar de preservação permanente, e foi base militar de apoio aos Aliados na 2ª Guerra Mundial; Pirangi do Norte, Parnamirim - área de extensão urbana da Grande Natal, de investimento turístico de temporada e de relevantes pontos turísticos, como o maior cajueiro do mundo e os parrachos de Pirangi; Praia de Búzios, Nísia Floresta - ponto de urbanização extensiva da Grande Natal, com edificações tipicamente projetadas para segunda moradia; Estação Papary, Nísia Floresta - estação ferroviária construída no final do século XIX e que hoje abriga o restaurante Marina's Camarões onde se deu a parada para o almoço; Lagoa de Guaraíras, Tibau do Sul - região que é a maior produtora de camarão do país; Praia de Cacimbinha, Tibau do Sul - importante eixo de integração ao turismo de Pipa; Santuário Ecológico de Pipa, Tibau do Sul - Trilha ecológica realizada no intuito de inserção no território, análise da paisagem e da dinâmica ambiental; Centro de Pipa, Tibau do Sul - relato sobre o processo histórico de formação e atual contexto do turismo de Pipa; Chapadão da Pipa, Tibau do Sul - deuse aí o encerramento do roteiro, exatamente às 17h, com vista do pôr do sol e da Praia do Amor, finalizando o dia de atividades.



FIGURAS 29 a 32 (página anterior): Oficina 09

Fonte mapa: produção própria (29)  
Fotos: Rebeca Marota (30); Josué Bezerra (31 e 32).

FIGURAS 33 e 34 : Oficina 09 Fotos: Rebeca Marota (33); Cadmiel Mergulhão (34).

Durante a Oficina foi disponibilizado aos participantes um material didático em formato de mapa, que também fornecia pequenos relatos de cada ponto visitado. O roteiro permitiu uma compreensão mais ampla do turismo no estado do Rio Grande do Norte, a sua dimensão urbano-litorânea, a macrocefalia da RMNatal e as distintas composições urbanas.

A número 10 das Oficinas, denominada **Arena do Morro: Mais do que um Projeto de Arquitetura**, contou com a organização de Nilberto Gomes de Sousa (UFRN) e Yuri de Souza Duarte (UFRN). A Oficina foi realizada no bairro de Mãe Luiza. Conforme proposta divulgada, esse bairro originou-se da ocupação de parte das dunas que limitam a cidade nas proximidades do litoral. Embora situada em área valorizada, essa sempre foi uma das áreas mais carentes e violentas da cidade.



A concepção da Oficina nasceu no âmbito do grupo Estúdio e Conceito, que atua nas discussões sobre os projetos de arquitetura e seus efeitos na cidade. Nesse sentido, discutir o projeto Arena no Morro se apresentou como uma proposta interessante, pois Nilberto conhecia os arquitetos suíços que fizeram o projeto. A ideia era priorizar a apresentação do projeto social que estava por trás do projeto de arquitetura, dando voz à Pastoral, aos arquitetos e à comunidade.

A presença de participantes não arquitetos e de participantes residentes em Natal foi bastante positiva, pois muitos desconheciam o projeto em sua perspectiva arquitetônica e social. Não sabiam, por exemplo, que o projeto Arena abriga, além das atividades esportivas, atividades culturais. A receptividade da comunidade e seu interesse em participar, colaborando inclusive com empréstimo de som e cadeiras para que a Oficina pudesse ser realizada, gerou uma economia de recursos financeiros, com base na qual foi possível comprar um *datashow* - item essencial para a execução da Oficina - e doá-lo ao centro pastoral, como uma contrapartida.





FIGURAS 35 e 36 : Oficina 10. Fotos: Anne Brustolin.



Os relatos das vivências possuem suas especificidades, mas também coincidem em muitos aspectos. São palavras que se unem em uma narrativa de atuação e integração dos participantes do XVIII ENANPUR. Como exercício de síntese, inserimos os relatos apresentados em um site gerador de nuvens de palavras (<https://www.wordclouds.com/>), tendo o seguinte resultado:



FIGURA 37 : Nuvem de palavras.

Fonte: produção própria.

## PERMANÊNCIA E CONTINUIDADE

A prática extensionista é, a um só tempo, gratificante e desafiadora. E, conforme pudemos observar nos relatos obtidos, ela perpassa o percurso formativo de muitos colegas. Faremos agora, alguns apontamentos, utilizando parte das experiências compartilhadas pelos colegas durante os relatos, no que concerne à reflexão sobre a prática extensionista. Utilizaremos o primeiro nome de cada colega, no âmbito da informalidade de uma conversa, que, aliás, não ocorreu com todos ao mesmo tempo.

Para incorporar a Extensão em nossa prática acadêmica é necessário se despir de preconceitos, estar abertos, segundo Cláudio, à negociação, e superar desafios. De modo geral, o professor que faz Extensão é visto pelos demais, equivocadamente, como menos profundo. Todavia, como afirma Cimoni, não existe Extensão sem pesquisa e reflexão. A Extensão permite a mediação entre as escalas “de fora” (da universidade) e “de dentro” (da universidade); permite um “corpo a corpo” (Amíria). Assume, também, um papel fundamental no processo de formação dos discentes. A universidade precisa estabelecer um diálogo mais estreito com a comunidade, trazer essa população para dentro da Instituição. Deve-se reconhecer que a Extensão permite estabelecer o “elo perdido entre a universidade e a comunidade, sendo um pilar de apoio

muito forte, que deve estar sempre ligado à pesquisa” (Nilberto). “Ela é fundamental para questionar e atualizar os debates teóricos, uma vez que promove mediações entre a realidade e uma teoria mais distante, funcionando como um campo empírico para pesquisa” (Cláudio). Nessa mesma linha, Cimone reforça que “as oficinas promovem cooperação para a pesquisa e outras atividades que se deseje fazer. O desafio é encarar a Extensão como pesquisa”. Para isso, são necessárias mudanças substantivas de valorização e reconhecimento das ações de Extensão.

As Oficinas organizadas no âmbito do ENANPUR proporcionam uma aproximação teórica similar às escolhas das Sessões Temáticas (Cimone), o intercâmbio entre os participantes, a possibilidade de “quebrar a bolha” para além do espaço do evento, muitas vezes realizado em um hotel (Cláudio), abrindo novas perspectivas de olhar a paisagem e a cidade (Huda e Rodolfo), colocando a todos “cara a cara” com a realidade” (Nilberto).

Por meio dos relatos obtidos é possível ainda extrair aprendizados que podem ser considerados nas próximas edições do Evento. O primeiro deles diz respeito à necessidade de detalhar mais as informações sobre os locais onde as Oficinas serão realizadas. Isso implica a produção de um material didático no qual se busque explorar mapas e imagens dos lugares percorridos durante as Oficinas, o que não foi pensado por todos os organizadores. Igualmente importante é a escolha de espaços

com boa estrutura para fazer a culminância, tendo em vista que, sendo um momento para o fechamento das ideias, eles devem oferecer as melhores condições possíveis para a produção de reflexões, relatórios e de mapas-síntese. Destaque-se, no entanto, que os organizadores das Oficinas relataram que a logística disponibilizada para as oficinas do XVIII ENANPUR atendeu a demanda e que eles próprios não dispõem desse cenário em suas práticas como docentes. Além disso, alguns organizadores consideraram que o tempo necessário para a realização desse tipo de evento poderia ser ampliado para que a exploração do material e a discussão pudessem se dar de modo mais profundo. Surgiram, ainda, sugestões sobre a gestão da Oficina, a exemplo da proposta de que o fechamento das inscrições – do qual depende a definição da logística necessária para a realização da atividade – ocorra com maior antecedência, promovendo uma melhor organização. Como as Oficinas de pré-evento do ENANPUR abarcam um público diverso, inclusive com origem, idade e formação variadas, evidencia-se a importância de que ações no âmbito do ENANPUR sejam propostas também por técnicos e gestores da administração pública local.

Durante a construção do relato, sentíamos despertar, à medida que ouvíamos os organizadores, um desejo de que o dom da onipresença tivesse nos permitido participar de cada ação. As Oficinas, como um espaço de partilha e aprendizado, deixam legados importantes. A comunicação estabelecida nas Oficinas foi ampliada com a formação de alguns grupos de whatsapps. Recorremos a esses grupos em busca dos registros fotográficos realizados pelos participantes. Registramos aqui nosso agradecimento pela generosidade em ceder as imagens. Reconhecemos, sobretudo, a força que a Extensão possui de mobilizar mentes, corpos e corações. A Extensão é essencial para trilharmos o caminho de uma ciência mais humana, inclusiva, solidária, participativa e democrática.

E, finalmente, há que se agradecer ao sol, que, contrariando nossos temores, agraciou as Oficinas pré-evento, cujos relatos ainda tiveram um sabor especial de cafezinho compartilhado!





Ocupação Povo Sem Medo, Porto Alegre, 2019.  
foto\_ Ananda Rossi

# A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO XVIII ENANPUR

*Inês Martina Leroch*

*Rita de Cássia Lucena Velloso*

## CAPÍTULO 9

Este capítulo apresenta uma síntese dos trabalhos debatidos na **Sessão Temática 09 – Extensão Universitária e Assistência Técnica no Campo e na Cidade (ST-09)**, do XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – XVIII ENANPUR, realizado em Natal, de 27 a 31 de maio de 2019.

Com base em nossas experiências, entendemos que os principais objetivos da Extensão Universitária no campo do Planejamento Urbano e Regional são estreitar laços e consolidar vínculos entre a Universidade e a Sociedade, com vista à melhor compreensão da realidade urbana e política local, regional e nacional.

Fazemos Extensão para reafirmar o compromisso da Universidade com a construção de uma relação dialógica que a aproxime da realidade e, a partir da ação, tencione nossas práticas de Ensino e Pesquisa.

Na prática extensionista, especificamente em nossa área, as iniciativas devem assegurar um processo de formação norteado pela responsabilidade social e pelo intercâmbio entre os saberes sobre a cidade; o reconhecimento de que o outro (comunidades, movimentos, atores sociais) não são objetos, mas sujeitos com os quais se dialoga. Por isso mesmo, torna-se imperiosa a defesa de uma política que conceba a Extensão como um processo acadêmico permanente, decisivo para a formação dos alunos e qualificação dos professores em nível de graduação e pós-graduação.

A ANPUR, fórum historicamente dedicado principalmente à pesquisa, outorga hoje importante espaço para a reflexão e o debate sobre a prática extensionista. Este fato expressa o reconhecimento (e a prática efetiva) da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão. Trata-se de uma conquista empreendida pelos colegas que nos antecederam. A eles, a nossa gratidão!

O espaço dedicado à Extensão se expandiu desde o XVII ENANPUR realizado em São Paulo, no ano de 2017, avançando em número de artigos propostos, em número de mesas e Sessões Livres, bem como na qualidade de suas discussões.

Quando nos propomos a escrever sobre o que realizamos nas atividades de Extensão, estamos exercitando a capacidade de registro e de sistematização. Sistematizar, segundo Jara,<sup>1</sup> “é refletir sobre as experiências”, é “uma missão que recupera e reflete sobre as experiências como fonte de conhecimento do meio social para a transformação da realidade”. Nos apoiamos nos ensinamentos desse educador popular, que tem como forte referência a obra de Paulo Freire, para: i) compreender a importância dos relatos sobre as atividades de Extensão feitos por meio dos artigos e de suas apresentações; ii) darmos continuidade à cultura do registro sobre a Extensão Universitária no campo do Planejamento Urbano e Regional por meio da presente publicação.

Com este artigo, queremos dar subsídios para a compreensão sobre os avanços alcançados, sistematizando dados que podem nos auxiliar no fortalecimento da Extensão em nossos próximos encontros.

## OS TRABALHOS DA ST - 09

O Comitê Científico<sup>2</sup> avaliou os artigos segundo a relevância de seus conteúdos e sua pertinência ao tema proposto pela organização do evento, com um olhar atento para as iniciativas que valorizavam o compromisso social do conhecimento.

A Sessão recebeu 57 trabalhos – 36 foram selecionados para a categoria “Apresentação e Publicação nos Anais”, 5 para a categoria “Publicação nos Anais”. Dos selecionados para apresentação e publicação, 35 compõem nos Anais.

Cabe destacar que 30 trabalhos (86% do total) foram apresentados pelos seus autores e debatidos nas sessões do evento – ou seja, de fato, houve presença, discussão e compartilhamento de experiências. Esse pode parecer um dado pouco importante, mas, considerando-se a grandeza do evento e o enorme esforço dispendido para organizá-lo, nada é mais frustrante do que uma sessão “esvaziada”, porque isso pode refletir o desinteresse dos participantes, suas dificuldades financeiras para estarem presentes ou mesmo algum desajuste na agenda do evento.

A ST-09 registrou um público médio de 25 a 30 pessoas, contando sempre com amplo e instigante debate ao final de cada sessão. As relações entre artigos submetidos e apresentados nos dois últimos eventos da ANPUR são apresentados no Quadro 1.

Os trabalhos recebidos demonstraram uma significativa representatividade institucional e regional, com trabalhos desenvolvidos de norte a sul do país. No universo dos trabalhos apresentados no último ENANPUR, vimos que a Extensão foi realizada predominantemente por Instituições de Ensino Superior Federais (68%) e Estaduais (6%), com destaque para a participação de alguns Institutos Federais nas regiões metropolitanas e no interior do país associadas às Universidades Federais (3%) e estaduais (3%). As instituições privadas contribuíram com 14% dos trabalhos.

Entre as regiões do país, verificou-se a distribuição representada na Figura 1.

1. JARA, O. (2012) apud DE DEUS, S. (2019). Sobre Viver e Fazer da Extensão. In: B.C.E. MELLO, G.R. NODARI, I.M. LERSCH & J.F. ROVATI (Orgs.). Práticas Urbanas Emergentes: extensão universitária. Porto Alegre: UFRGS, p. 4.

2. Constituído pelas professoras Amadja Henrique Borges (PPGAU/UFRN), Inês Martina Lersch (PROPUR/UFRGS), Jane Roberta de Assis Barbosa (Cidades Contemporâneas/UFRN), Rita de Cássia Lucena Velloso (NPGAU-EA/UFGM) e Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros (PPEUR/UFRN).

QUADRO 1: Relações de artigos sobre Extensão Universitária entre os dois últimos eventos da ANPUR

Fonte: produção própria.

EVENTO/ ANO	ARTIGOS SUBMETIDOS	APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO	APROVADOS PARA PUBLICAÇÃO	Nº DE SESSÕES
XVII ENANPUR (2017)	46	26	0	5
XVII ENANPUR (2019)	57	36	5	7
VARIAÇÃO	+24%	+34%	-	-

- o espaço público como lugar de acolhimento e aprendizagem, compreendendo experiências de transformação e produção do espaço. São os casos dos trabalhos de GRUB; PARDO, ARAÚJO, BASTOS & ROCHA; BUCHEBUAN & SIGNORI;

- direito à cidade, com experiências de assessoria técnica de habitação de interesse social (ATHIS), associação a movimentos sociais, relatos de resistência e autoconstrução. São os casos dos trabalhos de PANIZZI; SOUZA & BORGES; MACHADO, BARRETO, SILVA & LOURENÇO; SCOCUGLIA; LESSA, MEDEIROS & SANTOS; SOBRINHA, DUARTE, LÉLIS & WANDERLEY; LIMA & RIBEIRO; BIENESTEIN, GORHAM, BIENESTEIN & SOUZA; SILVA & LEAL; MATSUNAGA, SILVA & TAKAMATSU; PINHEIRO; FREITAS, LIMA & ARAÚJO; MÁXIMO; LESSA, MOUROS & FERREIRA; MOG, PICCININI, FIGUEIREDO & REIS; LINHARES; VIEIRA, SCHERER & JANSEN; CARNEIRO, BARROS, BAHIA Fº & SOUZA; CARDOSO & LOPES; SANTOS, MENDONÇA, SANTOS & SILVA; MOURA, DURAN & DIAS; RIERA & ZANATA; KNEBEL.

As experiências apresentadas emergiram predominantemente de Escritórios Modelos (EMAUs), de Grupos (formais) de Pesquisa e Extensão, de Núcleos (exclusivos) de Extensão Universitária, de Coletivos de Assessoria Técnica e de profissionais arquitetos e urbanistas. No que diz respeito aos parceiros externos, observou-se relações firmadas com prefeituras municipais, organizações não-governamentais e movimentos sociais, como o MST (Movimento Sem Terra) e movimentos de ocupações urbanas.

Os relatos de experiências de Extensão apresentados foram desenvolvidos no âmbito de cursos de graduação e de pós-graduação de cursos de arquitetura e urbanismo. Chamou nossa atenção a presença significativa de alunos como apresentadores dos trabalhos. (Figuras 2, 3 e 5).

#### POR QUE SISTEMATIZAR EXPERIÊNCIAS?

Oscar Jara, educador popular e referência para o contexto latino-americano na defesa do legado de Paulo Freire, nos ensina que sistematizar experiências se trata da "reconstrução do processo vivido para analisá-lo, interpretá-lo criticamente e, assim, extrair as aprendizagens significativas (lições da prática) e compartilhá-las". O autor aponta os motivos pelos quais devemos sistematizar as experiências no campo da Extensão Universitária. Conforme Jara, são eles:

Deve-se ressaltar que, em sua maioria, os trabalhos incluem relatos da empiria (da experiência vivenciada) e de questões de método, o que nos pareceu muito mais significativa do que a simples apresentação "objetiva" de resultados.

Os trabalhos foram distribuídos em mesas segundo as seguintes temáticas:

- *práticas urbanas*, com iniciativas que buscaram observar, intervir e "fazer junto" com a comunidade, valorizando um processo de ensino-aprendizagem que vai além da sala de aula. São os casos dos trabalhos de autoria de MARTINI, SANTOS, SILVEIRA & ROSA; COSTA & SOUZA; MICELI & ALMEIDA; PEREIRA, GIAVENUTI, MELO & BRASIL;

- *indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão*, com projetos que procuraram aproximar conteúdos operados na formação de estudantes de graduação e de pós-graduação, utilizando-se da Extensão como estratégia pedagógica. São os casos dos trabalhos de BASSANI, MASSIMETTI & RODRIGUES; HECK, BECKER & MÜLLER; DEPONTI, KIST & AREND; MELLO, NODARI, LERSCH & ROVATI; NEVES, COSTA & BARBOSA;

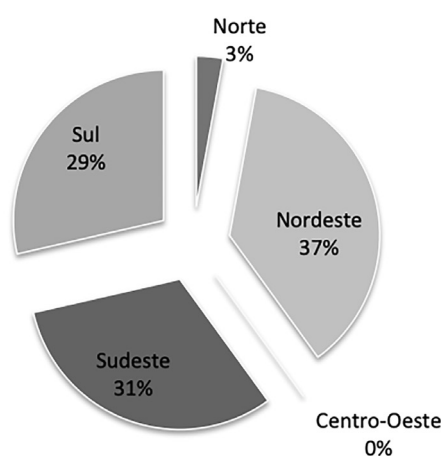


FIGURA 1 : Distribuição dos trabalhos segundo as regiões do país

Fonte: produção própria.

FIGURAS 2 a 5: Mesas diversas da Sessão Temática - 09 (ST-09)

Fotos: XVIII ENANPUR (2 e 5);  
Martina Lersch (3 e 4).



a. compreender mais profundamente nossas experiências e assim poder melhorá-las;

b. trocar e compartilhar nossos aprendizados com outras experiências semelhantes;

c. contribuir para a reflexão teórica com conhecimentos surgidos diretamente das experiências;

d. incidir em políticas a partir de aprendizados concretos advindos das experiências.<sup>3</sup>

Por meio dos relatos na ST-09, é possível identificar a existência de “abismos” entre o que foi pensado “no projeto” e o que, de fato, foi realizado e alcançado. Mas, acima de tudo, constata-se, também, que há significativos aprendizados, mesmo com os percalços, obstáculos, “pedras no caminho”, dias de chuva ou “as coisas não-planejadas”. Ainda por isso, “contar experiências, sistematizar, permite superar a separação entre prática e teoria; permite colocar no papel, além da cor e do texto, o sentido de vidas e suas histórias”.<sup>4</sup>

Os artigos apresentados podem ser compreendidos, portanto, como produtos de sistematização dos processos enfrentados em contextos diversos e que encontram no ENANPUR um espaço essencial para reflexão e debate.

## SOBRE AS REFERÊNCIAS

Seguindo a análise proposta por Rovati, Santo Amore e Lins,<sup>5</sup> sobre os autores citados ao longo dos artigos da Sessão Temática 09, que incluem em seus títulos a palavra **extensão**, verifica-se que a dispersão continua sendo uma constante (Quadro 2).

Além das citadas acima, vale destacar as seguintes referências, que não incluem a palavra “extensão” em seus títulos:

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1982). Educação popular. São Paulo: Brasiliense.
- FREIRE, Paulo (1987). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (1982). Ação cultural para a liberdade e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (1996, 2000 e 2016). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (2000). Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP.
- FREIRE, Paulo (1997). Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

3. Material didático do Curso Educação Popular, ministrado por Oscar Jara e organizado pela Pró-Reitoria de Extensão/UFRGS, em Porto Alegre/RS, 2019. Do mesmo autor, pode ser consultado: JARA, O. (2012). A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis. Brasília: CONTAG.

4. DE DEUS, op. cit., p. 4.

5. ROVATI, J.; SANTO AMORE, C.; & LINS, R. (2017). A Extensão Universitária no XVII ENANPUR. In C. D'OTTAVIANO & J. ROVATI. Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: FAUUSP/ANPUR, pp. 123-136.

QUADRO 2: Sobre a Extensão: Trabalhos citados nos artigos apresentados na ST - 09

Fonte: produção própria.

AUTORIA/ ORGANIZAÇÃO	TÍTULOS	Nº DE CITAÇÕES
ABRICÓ EMAU/UFRJ	Reflexões e propostas sobre o tema “ensino e <b>extensão</b> no projeto pedagógico” para o “Diálogo sobre o projeto pedagógico: debates e reflexões”. In: Diálogo sobre o Projeto Pedagógico: debates e reflexões. Rio de Janeiro, 2015. Caderno de Resumos. p 58-67.	1
BRASIL. Presidência da República.	Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e <b>Extensão</b> Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.	1
CALDERÓN, Adolfo Ignacio.	“ <b>Extensão</b> universitária: institucionalização sem exclusão”. In: Revista Educação Superior. Piracicaba: EDUNIMEP, 2003.	1
CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana.	A <b>extensão</b> universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. São Paulo, Setembro de 2007. CORRÊA, Roberto Lobato.	1
CARNEIRO, Daniel Marostegan.	A <b>extensão</b> universitária e o campo das assessorias técnicas. XVIII ENANPUR. São Paulo 2017.	1
D’OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. (orgs.).	Para além da Sala de Aula: <b>Extensão</b> Universitária e Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: FAUSP, 2017.	3
DEMO, Pedro.	Lugar da <b>extensão</b> . In: Construção Conceitual da extensão universitária na América Latina. P. 141-158. Doris Santos (org.). Brasília: UNB, 2001.	1
DE PAULA, João Antônio.	A <b>extensão</b> universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.	1
DEPONTI, C. M.; KIST, R. B. B.; AREND, S. C.	TIC e Agricultura Familiar: uma experiência de pesquisa e de <b>extensão</b> tecnológica no território do Citros-RS. In: Anais Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional, p., 2017.	1

AUTORIA/ ORGANIZAÇÃO	TÍTULOS	Nº DE CITAÇÕES
DEPONTI, Cidonea Machado.	Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da <b>extensão</b> rural pública do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. 276 f. Doutorado (Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.	1
FORPROEXT	ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE <b>EXTENSÃO</b> DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, 7, 1993, Cuiabá. Anais... Cuiabá: Editora UFMT, 1993.	1
FORPROEXT	Política Nacional de <b>Extensão</b> Universitária. Manaus/AM, 2012.	3
FREIRE, Paulo.	<b>Extensão</b> e comunicação? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977/1983.	9
GIL, Carmem Zeli de Vargas.	Da Vila Dique ao Porto Novo. <b>Extensão</b> popular, rodas de memórias e remoções urbanas. São Leopoldo, Oikos, 2013.	1
GORDILHO-SOUZA, Angela.	Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: experiência inovadora em ensino, pesquisa e <b>extensão</b> . In 7º PROJETAR – Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo: Ensino pesquisa e prática. Anais... Natal, 30 de setembro a 02 de outubro de 2015.	1
GURGEL, Roberto Mauro.	<b>Extensão</b> Universitária: Comunicação ou Domesticação. São Paulo: Cortez; Universidade Federal do Ceará, 1986.	1
JENIZE, Edineide.	As Práticas Curriculares e a <b>Extensão</b> Universitária. 2004. Disponível em: < <a href="http://br.monografias.com/trabalhos-pdf901/as-praticas-curriculares/as-praticas-curriculares.pdf">http://br.monografias.com/trabalhos-pdf901/as-praticas-curriculares/as-praticas-curriculares.pdf</a> > . Acesso em: 19/11/18.	1
LEÓN, Andres Leonard.	La <b>Extensión</b> Universitaria en América Latina desde Susorigenes a la Actualidad. Colombia, 201_.	1
LODDI, L. B. R. et al.	<b>Extensão</b> Universitária em Arquitetura e Urbanismo: A Prática dos Escritórios Modelo. In: 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Anais... Ouro Preto, 7 a 9 de setembro, 2016.	1

(cont.) QUADRO 2: Sobre a Extensão: Trabalhos citados nos artigos apresentados na ST - 09

Fonte: produção própria.

AUTORIA/ ORGANIZAÇÃO	TÍTULOS	Nº DE CITAÇÕES
MENONI, José Agustín.	La <b>extensión</b> universitaria en la transformación de la universidad latinoamericana del siglo XXI: disputas y desafíos. Buenos Aires: CLACSO, 2014	1
MENONI, José Agustín.	La <b>extensión</b> universitaria en la UNAM: principales tendencias históricas. COMIE - XIV Congreso Nacional de Investigación Educativa. Potosi, Bolívia, 2017.	1
NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.).	<b>Extensão</b> universitária: diretrizes conceituais e políticas Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas/ UFMG, 2000.	1
NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.).	Políticas de <b>Extensão</b> Universitária Brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2005.	1
PICCININI, Livia Salomão; MOROSO, Karla.	A (in)justiça cognitiva e a <b>extensão</b> universitária: uma experiência entre a escola e a comunidade. In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. Caderno de resumos: desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?. São Paulo: FAU-USP, 2017. v. 1. p. 1-21.	1
PROEX/UFMG.	Conselho de Ensino, Pesquisa e <b>Extensão</b> da Universidade Federal de Minas Gerais. Resolução no 12, de 2015. Formação em Extensão Universitária na UFMG. Diário Oficial, Belo Horizonte, MG, 22 set. 2015.	1
ROCHA, Roberto.	A construção conceitual da <b>extensão</b> universitária na América Latina. In: Construção Conceitual da extensão universitária na América Latina. P. 13-31. Doris Santos (org.). Brasília: UNB, 2001.	1
SOUZA, Ana Luiza.	A história da <b>extensão</b> universitária. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar Brasileira apresentado à Faculdade de Educação, Universidade de Goiás. Goiânia, 1996.	1
TAVARES, Maria.	Os múltiplos conceitos da <b>extensão</b> . In: Construção Conceitual da extensão universitária na América Latina. P. 73-85. Doris Santos (org.). Brasília: UNB, 2001.	1

A dispersão bibliográfica continua uma tendência – há poucas obras compartilhadas entre os autores dos trabalhos. Porém, a bibliografia citada no encontro de Natal/RN é mais ampla e diversa do que a citada no evento anterior. Constatamos ainda que Paulo Freire continua sendo o autor mais citado no campo extensionista, agora ladeado por Carlos Rodrigues Brandão, outra importante referência no campo da educação popular.

#### SOBRE AS PALAVRAS-CHAVES

Nem todos os artigos indicaram as palavras-chave. Por esta razão, não foi possível realizar, para fins de comparação, a análise proposta por Rovati, Santo Amore e Lins.<sup>6</sup> Empreendemos, em vez disso, um estudo das palavras mais frequentemente empregadas em cada artigo (desconsiderando nomes próprios), utilizando o método de nuvens de palavras, representadas de modo gráfico. Imprecisões podem estar contidas neste estudo. Em todo caso, ele mostra que algumas palavras foram empregadas com maior frequência, o que pelo menos nos sugere alguns eixos de reflexão.

Inicialmente, foram geradas as “nuvens de palavras” de cada um dos textos, em separado. A partir dessa primeira aproximação, foram então selecionadas as cinco palavras mais citadas em cada texto que, tomadas em conjunto.

Desta vez, novos “grandes eixos” de debate foram apontados pelos autores:

- **cidade:** como lugar de disputa, o ambiente no qual os projetos de Extensão estão acontecendo;
- **moradores:** como caracterização do público alvo predominante;
- **projeto:** palavra empregada para se referir tanto ao meio pelo qual o arquiteto atua, quanto ao modo pelo qual a Extensão é oferecida e exercida (“Projeto de Extensão”);
- **processo:** para caracterizar algo que demanda tempo, dedicação permanente (“preparação e cozimento” de todos os ingredientes), atenção por parte de todos os envolvidos, exercício da democracia;
- **extensão:** palavra utilizada em diferentes dimensões e compreensões;
- **assistência técnica:** uma expressão que apareceu com mais força nas sessões deste evento do que no realizado em São Paulo em 2017, possivelmente porque estava contemplada no próprio título da ST-09.

6. ROVATI, SANTO AMORE & LINS, op. cit., p. 128.

FIGURA 6: Nuvens de palavras dos artigos da ST-09

Fotos: produção própria



## CAMINHOS

Para o futuro, a partir das discussões presenciais da ST-09, apontou-se sobretudo para a necessidade de incluir os atores urbanos e os integrantes dos movimentos sociais nos nossos fóruns de debate, procurando trazê-los aos nossos eventos. Supõe-se que isso poderá enriquecer muito nossos debates, tencionando eventuais narrativas "acadêmicas" ou unilaterais, e, por conseguinte, valorizando as práticas de abertura, experimentação e diálogo que têm demarcado a atividade extensionista.

O desejo das autoras deste sucinto relato é que ele possa contribuir para a melhor compreensão da importância da Extensão para a Universidade e para a produção do conhecimento, chamando a atenção da responsabilidade que todos nós temos quando a praticamos visando o diálogo entre saberes técnicos e saberes tradicionais, comunitários, populares.

Seguimos acreditando na Extensão Universitária como um caminho para descobrir outras formas possíveis de ensinar e aprender, sempre na esperança de um outro mundo possível.

## TRABALHOS APRESENTADOS NA ST-09

BASSANI, Jorge; MASSIMETTI, Flávia Tadim; RODRIGUES, Marla. Extensão universitária na Ilha do Bororé: o território como instrumento pedagógico. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

BIENENSTEIN, Regina; GORHAM, Cynthia; BIENENSTEIN, Glauco; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de. Autonomia, resistência e enfrentamento: caminhos da assistência técnica. Contribuições para extensão universitária socialmente referenciada. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

BUCHEBUAN, Terezinha de Oliveira; SIGNORI, Luiza. Construindo pontes: um lugar de vida na Zona do Cemitério. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assistência e assessoria técnica: entre o discurso e a prática. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

CARNEIRO, Daniel Marostegan e; BARROS, Iago Albuquerque; BAHIA FILHO, Léo Silvano; SOUZA, Erika Barbosa de Oliveira. Assessoria técnica e extensão universitária, rompimentos temporais: o caso da Gamboa de Baixo. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

COSTA, Isis dos Santos; SOUSA, Cláudio Rogério Cruz de. Implementação da coleta seletiva em Pau dos Ferros-RN: Concepções baseadas a partir do Bairro Nações Unidas. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

DEPONTI, Cidonea Machado; KIST, Rosane Bernardete Brochier; AREND, Silvio Cezar. Ações de extensão como intervenção para o desenvolvimento regional: relato de experiência do NEGAF/UNISC-RS. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio; LIMA, Mariana Quezado Costa; ARAÚJO, Rogério da Costa. Os Sem Endereço: a desinformação urbanística na ZEIS Bom Jardim e novas possibilidades de construção da cidadania urbanística. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

GRUB, Julian. Aproximações: um convite à prática do acolhimento nos espaços infra-estruturais da cidade. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

HECK, Adalberto da Rocha; BECKER, Débora; MÜLLER, Angela Maria. A experiência da curricularização de atividades de extensão como estratégia pedagógica: o atelier de habitação social. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

KNEBEL, Norberto Milton Paiva. Diagnóstico sócio-urbanístico pela prática do desentendimento e o comum - reflexão teórica sobre o planejamento urbano ao nível da sociedade. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

LESSA, Lucas Golignac; MEDEIROS, Natália Maria Moura; SANTOS, Marcela Monteiro dos. Assessoria e Assistência Técnica pelo direito à moradia e à cidade: a contribuição da Taramela para a consolidação de um campo de atuação profissional em Fortaleza, Ceará. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

LESSA, Maria Eduarda Sant'Anna; MOUROS, Erick Santos de; FERREIRA, Bruna Garritano. A extensão universitária na formação em Arquitetura e Urbanismo através dos EMAUs: estudo de caso sobre os cinco anos de atuação do Abricó como EMAU da UFRJ. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

LIMA, Bruno de Albuquerque Ferreira, RIBEIRO, Thalita Alves Silva Ribeiro. Assistência aos movimentos sociais em tempos de incertezas: os efeitos na parceria da CIAPA (MDU/UFPE) com a ocupação da Vila Sul. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

LIMA, Junia Maria Ferrari de; RIERA, Hernan Espinoza; ZANATTA, Lucas Yuri Alves. A extensão em construção: uma experiência de 'imersão' em Raposos/MG. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

LINHARES, Juliana de Faria. A moradia autoconstruída como processo de morar da população de baixa renda: um olhar para além da precariedade. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

MACHADO, Gisele Marques Carraro; BARRETO, Isabela Resende Barreto; SILVA, Margarete Maria de Araújo; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. "No meio do caminho tinha uma pedra...". A assessoria técnica e o direito à cidade na Ocupação Vicentão em Belo Horizonte/MG. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

MARTINI, Douglas Silveira; SANTOS, Bárbara Kayser dos; SILVEIRA, Pedro Henrique Ayete; ROSA, Ana Aguirre Silveira da. Planejamento urbano popular na Vila Dique: construindo um diagnóstico coletivo. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

MATSUNAGA, Melissa; SILVA, Marcelle Vilar da; TAKAMATSU, Patricia. Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo via Extensão Universitária: a experiência do ATAU-UNIFAP

MÁXIMO, Rérisson. Assessoria técnica para moradias autoconstruídas no sertão central cearense. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de; NODARI, Gabriela Rosa; LERSCH, Inês Martina; ROVATI, João Farias. Extensão em uma xícara de chá. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

MICELI, Vítor Soares; ALMEIDA, Mayara Barbosa de. Avaliação pós-ocupação da Praça Só Alegria: processo, projeto e extensão. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

MOG, William; PICCININI, Livia Salomão; FIGUEIREDO, Renata de; REIS, Beatriz da Fé. Projeto Civis: uma experiência pedagógica de assistência técnica. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

MOURA, Débora Andrade Gomes; DURAN, Camila Oddi; DIAS, Jean Felipe Oliveira. Ação extensionista e a produção de interfaces sócioespaciais. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

NEVES, Antonio Alessandro; COSTA, Bruno Fernandes; BARBOSA, Antonio Carlos Leite. A extensão universitária e o desenvolvimento socioespacial: a experiência do grupo de pesquisa núcleo avançado de urbanismo no semiárido nordestino. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

PANIZZI, Wrana. O ornitorrinco de papel: universidade, cidade e extensão universitária. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

PARDO, Mariana Ribeiro; ARAÚJO, Ana Clara Oliveira de; BASTOS, Davi Lima; ROCHA, Maria Luiza Freitas. Co-criando a cidade com crianças e adolescentes: articulações e reflexões a partir de experiências em espaços educativos. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

PEREIRA, Jayne Lucas; GIANVENUTI, Elisa; MELO, Nathalia Azevedo de; BRASIL, Amíria Bezerra. Curtas Urbanos: o uso do audiovisual para debater questões urbanas. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

PINHEIRO, Valeria. Curso A Produção Capitalista da Cidade: a legitimação da Universidade Pública pela Pesquisa-ação com os movimentos sociais urbanos. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

SANTOS, Iara Pezzuti dos; MENDONÇA, André Siqueira de; SANTOS, Raul Pacheco Lemos dos; SILVA, Margarete Maria de Araújo. Extensão Universitária no contexto da Reforma Agrária: reflexões acerca das políticas públicas, assessoria técnica e formação profissional no campo. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy Cavalcanti. Abrace o Porto do Capim. Requalificação urbana e direito à cidade. Uma experiência de extensão universidade-comunidade. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

SILVA, Viviane Zerlotini da; LEAL, Luiz Felipe Velloso. Assessoria técnica a ocupações urbanas: relação não alienada entre homem e natureza. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

SOBRINHA, Maria Dulce Picanço Bentes; DUARTE, Marise Costa de Souza; LÉLIS, Reinaldo Lima Souza de; WANDERLEY, Marcello Uchoa. Vivências, troca de saberes e formação cidadã para o direito à cidade: experiências do Projeto Motyrum – UFRN, de educação popular em direitos humanos, na Comunidade do Jacó, em Natal/RN. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

SOUZA, Dmetryus Targino Marques de; BORGES, Amadja Henrique. Da bricolagem ao desenho do impossível. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.

VIEIRA, Rafaela; SCHERER, Kátia Ragnini; JANSEN, Giane Roberta. O papel da Universidade na Gestão de Risco de Desastres. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal, 27 a 31 de maio de 2019.





Dimensões  
para  
pensarmos  
a Extensão  
Universitária

# POSFÁCIO

*Márcio José Veríssimo Catelan*

No XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR –, ocorrido em Natal/RN, entre os dias 27 a 31/05/2019, aproximadamente 1500 participantes puderam se encontrar, se reencontrar, para pensar, debater e construir narrativas críticas em relação ao modo como vimos produzindo nossas cidades e, para além disso, chegar às muitas formas de ação no planejamento e na gestão urbanos no Brasil. Num país em que a desigualdade socioespacial, o abismo de renda que separa segmentos sociais, as normatividades de gênero, de sexualidade, de cor, compõem um conteúdo espacial de separação e de fragmentação, o diálogo estabelecido por meio de ações efetivas entre Universidade e Sociedade é cada vez mais premente.

Minhas reflexões partem do momento e a partir da mesa *Extensão Universitária: desafios e o potencialidades na formação de planejadores urbanos e regionais*, apresentada no dia 29 de maio de 2019 e composta pelas professoras Karina Oliveira Leitão (FAUUSP) e Luciana Correa Lago (IPPUR/UFRJ) e pelos professores Caio Santo Amore de Carvalho (PPGAU/FAU/USP), e Renato Pequeno (PPGAU+D/UFC). O conteúdo da mesa, sem dúvida, necessário e instigante,

como bem ressaltam as professoras e os professores componentes da mesa, tratou da “Extensão Universitária como prática transformadora” pensada na dimensão do Ensino e da Pesquisa acadêmicos-científicos. Além do âmbito acadêmico, outra dimensão ainda ressalta sobre o caminho que orientou o debate dessa mesa que é a dimensão pública, como forma de se valorizar o caráter coletivo, como contexto por meio do qual se pode promover transformações. A vontade em escrever sobre esta proposta advém um pouco das inquietações sobre a Extensão Universitária e quais os desafios em sua relação com o Ensino e a Pesquisa quando a pensamos em termos de ação.

Para dar conta de algumas questões, vou então reunir três dimensões de análises: 1. Uma primeira refere-se à Teoria da Ação, que aqui coloco com iniciais em maiúsculas para representar a relevância dessa proposta feita pela professora Ana Clara Torres Ribeiro;<sup>1</sup> 2. Em segundo, sugiro o conceito de experiência urbana como forma de não somente sentirmos, mas apreendermos como o cotidiano se processa; 3. Por último, parto da dimensão do sujeito como escala e modo de chegarmos à construção de ações efetivas. As três dimensões agrupam elementos que surgiram como questionamentos no momento da mesa realizada no ENANPUR diante do que mais

me incomodou e que trago aqui como proposta e hipótese para avançarmos na discussão sobre a Extensão Universitária. Me dedico aqui a explorar as três dimensões que, ao meu ver, permitem dialogarmos no campo de Extensão saindo e transpondo a teoria e a prática com retorno à primeira.

No que tange à ação social, sem dúvida, encontramos uma série de dificuldades apresentadas pelos palestrantes. A experiência junto à população do Jardim Grajaú, na cidade de São Paulo, trabalho que tem sido desenvolvido por meio de um curso de capacitação de profissionais que ao mesmo tempo levam conhecimento à população com, inclusive, construção de obras de pequeno porte, mas de grande relevância ao cotidiano daquela população, e a experiência que instiga a questionarmos quais são os limites da Extensão Universitária quando nos aproximamos de comunidade de vulnerabilidade social, periférica e a com muitas formas vividas de separação e necessidades daquilo que é básico ao contexto da vida urbana em Fortaleza, me levou à proposição feita pela professora Ana Clara Torres Ribeiro, para quem a *teoria da ação* seria uma forma de reunirmos o conhecimento e a prática acadêmicas de modo articulado. A professora e pesquisadora insistiu num processo de construção de uma Teoria da Ação, uma

forma de não somente levarmos nosso conhecimento, mas transformá-lo como um reagente que estimula meios e formas de organização social. O conhecimento científico direcionado de forma direta, experimentado e penetrado no cerne da vida cotidiana, num contexto no qual

atualmente, a implosão tendencial da urbanidade desestabiliza a reprodução social da maneira mais evidente, articulando a luta diária pela sobrevivência à crise urbana, que é mais ampla e dolorosa nos países periféricos.<sup>2</sup>

A ideia de “implosão”, aqui, serve para pensarmos o quão a prática da Extensão Universitária efetiva e participativa pode interromper um cotidiano de ausências em vidas periféricas ou mesmo aquelas que são representativas das desigualdades socioespaciais ainda que ocupem espaços centrais da cidade como nas ocupações de luta por moradia nos centros das cidades. A autora ainda fala do sujeito projetado pela cultura hegemônica e homogeneizante, convencido de que as coisas e a vida irão acontecer. Enquanto assistia à mesa fiquei pensando sobre isso. Sobre como pensarmos uma ação que chegue nos lugares e nos sujeitos? Confesso que me incomodo com o fazer “pontualista”, aquele de pequenas ações como intervir num bairro, num

fragmento da cidade, para um conjunto de pessoas que no projeto da cultura hegemônica não foram incluídas, nem seus lares, nem suas necessidades, muito menos seus desejos que se diluem como aspirações de esperança de um dia melhor.

Não vou mais a fundo para dizer sobre isso porque só estou me referindo ainda aos fragmentos, aos pedaços da vida urbana nos quais as práticas do urbanismo, do planejamento urbano e da gestão pública chegam em partes, quando chegam! Concordo com Ana Clara Torres Ribeiro, a cidade contemporânea, da “privatização do próprio imaginário urbano” se desfaz em “retalhos mal costurados, cacos, superfícies isoladas, fraturas e desagregação”.<sup>3</sup> Por isso, nos animemos não somente em escrever, mas também a experienciar, viver a Extensão Universitária com o objetivo de transformar a prática, em solidificar a experiência que antes seria apenas sabermos sobre nossos sujeitos e objetos pesquisados quase que numa perspectiva exploratória.

Por isso, para falar da teoria de ação concordando com Ana Clara Torres Ribeiro, o exercício é nos aproximarmos do fazer e em que pese o “fazer científico” transmutado em práticas levadas ao cotidiano. O enorme enfrentamento é construir uma ação no fragmentado, no retalho de cidade

1. RIBEIRO, A. C. T. (2005). Sociabilidade, Hoje: Leitura da experiência urbana. Caderno CRH, Salvador, v. 18, n. 45, Set./Dez, p. 411-422.

2. RIBEIRO, op. cit., pp. 417-418.

3. RIBEIRO, op. cit., p. 419.

esquecida pela anti-ação do aparato institucional do Estado, e que faça da parte um todo. A proposta é adotarmos a *teoria da ação* como condição e possibilidade de incorporação do conhecimento nas práticas da Extensão.

Vou, sem esgotar a primeira, falar da segunda dimensão de análise no que tange à prática da Extensão, um ponto que também me instigou a considerar a partir do debate que se estabeleceu na mesa já citada aqui por mim. Enquanto o debate sobre a prática da Extensão Universitária ocorria não pude deixar de pensar sobre como considerarmos a experiência urbana no plano do cotidiano, tendo em vista que ao nos aproximarmos do que chamamos de senso comum se estabelece um processo de criação junto aos sujeitos daquela “cena” à qual simulamos fazer parte. Os casos apresentados na mesa e todos outros que somos capazes de lembrar sobre a prática da Extensão Universitária no campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano e regional nos levam a construir certa simulação para que num cotidiano construído por sujeitos que só se reconhecem pela experiência espacial possamos, de certo modo, nos integrar.

Gostaria de propor também essa segunda dimensão como proposta analítica e a pensar um passo adiante da prática da Extensão Universitária. A experiência espacial, tal como considera Mongin,<sup>4</sup> não existe sem a construção do lugar e um dos elementos constitutivos da experiência urbana é a relação entre escalas que conectam espaços. Mongin explora a escala do corpo como dimensão pela qual apreendemos a experiência urbana. Assim, a experiência seria uma possibilidade de chegarmos à práxis, sem atingir a mudança profunda, sem transformar de fato, mas trazendo portas e janelas a determinado grupo social promovendo, antes de tudo, a ação. Talvez seja essa a principal proposta da Extensão Universitária no campo da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano e regional, sobretudo porque é neste campo em que atingimos uma estrutura solidificada da vida, da moradia e do lugar no qual se vive a experiência pública na cidade, o bairro. Não há como o profissional da assistência técnica, do coletivo que luta por maior dignidade na moradia não considerar que a essência desta experiência espacial é o quão se pode mudar pequenas coisas naquele cotidiano.

Quando, no final da tarde, a poeira do cimento, da terra, o barro nos tomou por inteiro, depois de ter provado daquela comida em caldeirões carinhosamente feita por mãos que já picaram cebolas enquanto em seu telhado adaptado a água da chuva nem sempre foi um alívio, depois de ter tomado aquele cafezinho doce, preparado para ser servido com um pão com manteiga anunciando que ali café, pão e manteiga é sinônimo de luta vencida, nós que vivemos a experiência espacial transpomos também barreiras que os métodos até então apreenderam, mas nunca haviam sido testados ali. Isso é a experiência.

Fico sempre com uma dúvida, é possível intervir no cotidiano? Essa dimensão nos é tão cara, é tão sólida que nem as canaletas de escoamento para água da chuva, o protótipo para que a casa ganhe mais qualidade ou um novo sistema de telhado não são capazes de fato de remexer no cotidiano. No máximo conseguimos trazer algo de novo, poderia até usar a palavra “esperança”, mas vou me furtar dela aqui, deixo para outro momento. Por outro lado, em lugares onde a dignidade não chega, de fato transformar é uma ação mais simples. A *teoria da ação* aqui é amanhecer para tomar

um café docinho sobre mesa com uma bandeja coberta com um pano de prato alvo pintado à mão, com crochê feito pela vizinha. Então não vou compartilhar da ideia de que experiências de Extensão Universitária que chegam à dimensão da casa e do bairro não são eficazes porque não rompem com a condição social daquelas pessoas. Que incomoda, incomoda sim, quando vamos embora no final da tarde, a pergunta se fizemos algo de eficaz é latente.

A experiência urbana seria, então, um dos elementos para explicarmos a intervenção no espaço buscando revelar “um mundo escondido pela relação de um fora com um dentro”.<sup>5</sup> Com a ideia de Mongin<sup>6</sup> chego à terceira dimensão que traz a relação entre o sujeito como meio para acessarmos as ações coletivas. O individual e coletivo, o privado e o público representados nas ações cotidianas daqueles que vivem uma experiência espacial incompleta na cidade. O sujeito carrega subjetividades, razões e emoções envolvidas por um campo do coletivo-social. Nesta dimensão, a Extensão Universitária tem o compromisso de não somente implementar um projeto, mas de pensar a ação com potencial transformador por meio do diálogo com a comunidade.

4. MONGIN, O. (2009). A condição urbana. A cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade.

5. MONGIN, op. cit., p. 243.

6. MONGIN, op. cit.

Ousaria dizer, cada caso é um caso, para me referir ao quão complexo o cotidiano olhado pelos sujeitos se torna. Na Pesquisa, no Ensino e também na Extensão Universitária o grande desafio será, sem dúvida, construir um processo participativo, pois é por meio dele que chegaremos a projetos e intervenções mais próximas da escala da vida cotidiana. Os sujeitos, aqueles que animam o cotidiano, estão prontos a receber novas e mais organizadas formas de pensarmos o espaço e os ambientes? Esta é uma questão relevante para sempre problematizarmos sob quais perspectivas poderemos elaborar projetos de intervenção na escala microlocal, visto que não poderemos sempre achar que a intervenção ou mesmo ações como da assistência técnica são ações de caridade. Este cotidiano e estes sujeitos não precisam de caridade, eles buscam dignidade.

Destacadas essas três dimensões, gostaria de tratar ainda de um último ponto que nos ajuda a compreender que a Pesquisa e a Extensão estão separados apenas por uma questão institucional e de formalização dos currículos acadêmicos. Acreditamos que num campo como a Arquitetura e Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional o encontro da Pesquisa e da Extensão nos aproxima de algumas possibilidades de avançar: 1. Aproximação entre a Universidade e a Sociedade por meio da prática como resultante de um conhecimento científico traduzido no plano do senso-comum. Trata-se de fazermos um caminho de volta a este plano, mas agora munidos de técnicas e possibilidades de atuação em múltiplas escalas da vida cotidiana; 2. Aprimoramento das metodologias com ênfase àquelas que nos permitem experienciar o espaço e tocar os sujeitos a ponto de promover mudanças.



Vila Nazaré, Porto Alegre, 2018.  
foto\_ Camila Alberti

# SOBRE OS AUTORES

**Camila D'Ottaviano** Arquiteta e Urbanista. Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Observatório das Metrópoles (desde 2004) e do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab-FAUUSP). Membro da diretoria da ANPUR | Gestões 2015-2017 e 2019-2021.

**João Rovati** Arquiteto e Urbanista. Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Cidade em Projeto - Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão. Membro da diretoria da ANPUR | Gestão 2015-2017

**Inês Martina Lersch** Arquiteta e Urbanista. Professora Adjunta do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura/UFRGS. Pesquisadora do Cidade em Projeto - Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão

**Jane Roberta de Assis Barbosa** Geógrafa. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**Jorge Bassani** Arquiteto e Urbanista. Professor Associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

**Luciana Corrêa do Lago** Arquiteta e Urbanista. Professora Titular aposentada do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)/UFRJ. Professora permanente no Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES)/UFRJ. Pesquisadora do Observatório das Metrópoles.

**Márcio José Veríssimo Catelan** Geógrafo. Docente do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Câmpus de Presidente Prudente/SP. É membro do Grupo de Pesquisa "Produção do Espaço e Redefinições Regionais" - GAsPERR, do Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas - CEMESP, Observatório das Cidades e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe.

**Rita de Cássia Lucena Velloso** Arquiteta. Professora Adjunta na Escola de Arquitetura e Design da UFMG. Coordenadora do grupo de pesquisa Cosmópolis (CNPq).

**Renato Pequeno** Arquiteto e Urbanista. Professor Associado IV do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFC), do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFC). Pesquisador das redes Observatório das Metrópoles e de Pesquisadores sobre Cidades Médias. Coordena o Laboratório de Estudos da Habitação - LEHAB.

**Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros** Geógrafa. Docente do curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas e do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Secretária Executiva da ANPUR | Gestão 2019-2021.

**Wrana Panizzi** Filósofa e Bacharel em Direito. Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Reitora da UFRGS | Gestões 1996-2000 e 2000-2004. Membro da diretoria da ANPUR | Gestões 1983-1984, 1984-1986 e 1991-1993. Presidente da ANPUR | Gestão 1993-1995.



**Bruna Garritano Ferreira** Arquiteta e Urbanista. Pós-graduanda no curso de especialização em Política e Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ). Extensionista do Abricó - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo | 2014-2018. Participa do Projeto de Extensão "Entre cidades de direito e cidades de privilégio: disputando narrativas na Comunidade Indiana Tijuca" (IPPUR/UFRJ).

**Erick Santos de Mouros** Graduando da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Integrante do Abricó | 2014-2019. Integra o núcleo RJ da rede BrCidades.

**Maria Eduarda Lessa** Graduando da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Integrante do Abricó | desde 2017. Participa grupo de pesquisa naMORAR.

**Mariana Aló Rodrigues Araujo da Silva** Geógrafa. Pós-graduanda no curso de especialização Divulgação e Popularização da Ciência (COC/FIOCRUZ). Professora de Geografia da rede municipal de Porto Real - RJ.



**Ana Clara Oliveira de Araújo**  
**Davi Lima Bastos**  
**Maria Luiza Freitas Rocha**  
**Mariana Ribeiro Pardo**

O Curiar - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo é um Programa de Extensão Permanente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), que teve início em 2011, a partir da iniciativa de um grupo de estudantes. O Curiar atua de forma horizontal, processual e democrática, tendo contado com a participação de estudantes de Arquitetura e Urbanismo, Urbanismo, Geografia, Psicologia, Serviço Social e Bacharelados Interdisciplinares. Os trabalhos desenvolvidos pelo Escritório Modelo constituem-se através da interlocução com organizações comunitárias, movimentos sociais e outros coletivos organizados de Salvador e sua região metropolitana, buscando repensar os espaços e as instâncias nos quais a cidade é constituída, debatida e efetivada, bem como possibilitar a construção partilhada de conhecimentos.

**miolo pólen** 70g/m<sup>2</sup>

**capa** alta alvura 240g

**tiragem** 300 exemplares

**corpo texto** Avenir LT Std

**títulos capítulos** Stockholm

**subtítulos/ legendas** Caviar Dreams

**nome autores** Golden Plains

**cabeçalho** Caviar Dreams | Antro Vectra

**número de páginas** Orator

**notas de rodapé** Nilland



ANPUR 2019

LPG . Publicação e Produção Gráfica



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-65-80485-03-1



9 786580 485031